

**MEC**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**RENAPI**

REDE DE PESQUISA E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIAS DIGITAIS

**IFG**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS

**OBSERVATÓRIO DO MUNDO DO TRABALHO**

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO

PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

**EQUIPE TÉCNICA EXECUTIVA**

Geraldo Coelho de Oliveira Júnior – Pesquisador Gestor

Walmir Barbosa – Pesquisador Orientador

Maxmillian Lopes da Silva – Pesquisador Orientador

Denise Talitha Soares Carneiro – Economista

Letícia Daniele Silva Ferreira – Aluna Bolsista – Observatório

Luiza Batista da Costa – Aluna Bolsista – Observatório

Marcelo Regis da Silva Filho – Estagiário – IFG

**O Boletim de Conjuntura Econômica e do Mercado de Trabalho do Estado de Goiás** é uma publicação do **Observatório do Mundo do Trabalho – Núcleo IFG**. Esse Boletim tem como perspectiva proporcionar dados, indicadores e análises semestrais acerca da economia e do mercado de trabalho do Estado de Goiás, geral e desagregados por microrregião, tendo em vista subsidiar a atuação dos Institutos Federais (em Goiás e no Distrito Federal) e das demais instituições de ensino que atuam com educação profissional e tecnológica. O Observatório, como projeto interinstitucional da Rede de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais - RENAPI/MEC, tem a responsabilidade de desenvolver metodologias, pesquisas e projetos, socializando-os junto às instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, concorrendo para a consolidação da referida rede.

Os textos não assinados do Boletim são de responsabilidade do Observatório. Os textos assinados se constituem artigos de responsabilidade de seus autores.

## SUMÁRIO

EDITORIAL.....	5
----------------	---

### ANÁLISE CONJUNTURAL

PANORAMA ATUAL DA ECONOMIA GOIANA.....	8
EMPREGOS FORMAIS EM GOIÁS.....	15

### ARTIGOS

ELEMENTOS DE ANÁLISE DA CONJUNTURA MACROECONÔMICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL.....	31
---	----

Walmir Barbosa; Denise Talitha Soares Carneiro

ORIGENS, DESENVOLVIMENTO, CRISE E RECOMPOSIÇÃO DO DISCURSO NEOLIBERAL NA PERSPECTIVA DO TRABALHO.....	89
--	----

Walmir Barbosa

### RESENHAS

ECONOMIA NACIONAL EM TEMPOS DE CRISE: REVISÃO E APONTAMENTOS DAS ANÁLISES DO DIEESE.....	108
---	-----

### RELATÓRIOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS

DADOS E INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA MICRORREGIÃO DO ENTORNO DE BRASÍLIA PARA SUBSIDIAR A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO.....	114
---	-----



## EDITORIAL

### Fatores Sociais a Respeito do Mercado de Trabalho em Goiás

Diversos indicadores (elevadas taxas de crescimento do PIB, da atividade industrial e dos comércios varejista e exterior) têm demonstrado que os níveis de produção em Goiás continuam aumentando. Assim, temos um aumento da renda<sup>1</sup> na região, o que representa um fator que concorre para a elevação do poder de compra real e maior qualidade de vida da população empregada<sup>2</sup>.

Um indicador importante para verificar as características dessa elevação de renda é o índice de Gini<sup>3</sup>, que apresentou uma redução na década de 2000, passando de 0,60 para 0,54, de 2000 a 2009. O valor do índice foi inferior ao brasileiro (0,518) e ao do Centro-Oeste (0,54)<sup>4</sup>, em 2009. Logo, a elevação da renda no Estado de Goiás teve impacto positivo no poder de compra do trabalhador, que também aumentou devido ao aumento real do salário mínimo, em curso desde 2004.

A elevação da produção e, possivelmente, da produtividade trouxe impactos positivos com relação aos salários: cerca de 91% dos trabalhadores formais receberam um salário superior ao salário mínimo, em 2009. Apesar do aumento da oferta de trabalho formal, sabe-se que a elevação de renda de uma região geralmente atrai migrantes esperançosos de conseguir trabalho e melhor qualidade de vida, mas muitos desses não possuem qualificação suficiente para serem empregados na economia formal e são somados aos contingentes de trabalhadores marginalizados socialmente.

Assim, parte desses imigrantes são integrados à economia informal, também contribuindo indiretamente para a elevação da produção, de um lado, mas também concorrendo para a frear ganhos salariais dos trabalhadores sob contrato formal de trabalho, em função de sua condição de exército industrial de reserva, de outro. Os trabalhadores menos qualificados que não encontram um meio de ganhar a vida, sob exclusão social, concorrem para o aumento de índices como os de criminalidade e

---

<sup>1</sup> Uma economia só pode consumir exatamente o que ela produz. Mesmo levando em conta o comércio com outras regiões, pois é necessário trocar os bens e serviços produzidos pelos que serão adquiridos. Assim, produção e renda são duas formas de entender o mesmo fenômeno.

<sup>2</sup> A potencial elevação do poder de compra e da qualidade de vida da população empregada em Goiás é contraditória, em certa medida, pelo caráter do modelo agropecuário predominantemente apoiado no agronegócio e pela propriedade transnacional de grande parte dos complexos agroindustriais.

<sup>3</sup> O índice de Gini mede o grau de concentração de renda, atribuindo valores que vão de zero a um. Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é essa distribuição.

<sup>4</sup> Dados do IBGE.

alcoolismo, mesmo nas regiões que apresentam índices elevados de crescimento econômico.

Políticas públicas que promovem a qualificação do trabalhador, proporcionando condições mais favoráveis para a elevação de sua produtividade, possuem impacto positivo na redução do desemprego, do mercado informal e da pobreza. São exemplos dessas políticas: oferta de cursos gratuitos de curto, médio e longo prazos, e auxílio à procura de emprego. Essas políticas públicas devem ser acentuadas, tendo em vista a redução da criminalidade e da marginalidade social.

### **Brasil**

O Brasil é o quinto maior país do mundo em território – são 8.514.876,599 km<sup>2</sup> de área total, incluindo as ilhas oceânicas. Conta com uma população de 190.732.694 conforme o Censo 2010 do IBGE, pessoas distribuídas em 26 estados, formados por um total de 5.565 municípios. Dessa população, 84,35% vive em área urbana e apenas 15,65% em área rural. A quantidade de homens (48,96%) é levemente inferior à de mulheres (51,04%). Quase metade de toda a população brasileira (42,13%) se concentra na região Sudeste.

### **Centro-Oeste**

A região Centro-Oeste possui 160.636,787 km<sup>2</sup> de extensão e conta com uma população de 14.050.340 habitantes, distribuídos em três estados (Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul) e no Distrito Federal. No universo dessa população, 88,82% vive em áreas urbanas e apenas 11,18% em áreas rurais. A distribuição entre homens (49,65%) e mulheres (50,35%) é a mais equitativa dentre as regiões brasileiras. Quase metade da população da região Centro-Oeste se concentra no Estado de Goiás (42,73%). Por compreender o Distrito Federal, essa região assemelha-se, em alguns aspectos, às regiões Sul e Sudeste. No entanto, seus indicadores são mais heterogêneos, havendo grande disparidade entre as unidades da federação que a compõe.

**Goiás**

O Estado de Goiás é o sétimo maior estado da federação – são 340.130,48 km<sup>2</sup> de área total. Sua população é composta por 6.004.045 habitantes, distribuídos em 246 municípios. Goiás é a quarta unidade da federação brasileira com maior taxa de urbanização (perde apenas para São Paulo, Rio de Janeiro e para o Distrito Federal). A população que vive na área urbana representa 90,29% e na área rural, apenas 9,71%. A população masculina (49,66%) é levemente inferior à feminina (50,34%). Mais de um terço da população (2,206 milhões) reside na região Metropolitana de Goiânia, formada por 21 municípios. A população economicamente ativa totaliza 52,6% do universo dos habitantes.

## PANORAMA ATUAL DA ECONOMIA GOIANA

A crise econômico-financeira originada nos Estados Unidos, em 2008, denominada Crise dos *Subprime*, afetou toda a economia mundial. A atual crise da União Europeia, chamada de Crise da Dívida Pública da Zona do Euro, também se constitui em continuidade daquela crise.

A crise econômico-financeira afetou a economia brasileira no final de 2008 e, sobretudo, em 2009, desacelerando-a em um momento em que se encontrava aquecida. Desde então, o Governo Federal tomou várias medidas anticíclicas com o objetivo de conter a desaceleração da economia e de preservar os níveis de renda e de emprego, como a ampliação da oferta de crédito e a redução das taxas de juros. Tais medidas não impediram que o PIB brasileiro caísse -0,3%, em 2009, mas que alcançasse 7,5%, em 2010.

A economia brasileira apresentou crescimento modesto do PIB em 2011, quando alcançou 2,7%. Este percentual de crescimento foi próximo ao percentual de crescimento do PIB mundial naquele ano (3%).

Esse cenário foi mais favorável à economia goiana, quando comparada à brasileira. O PIB goiano cresceu mais rápido do que o brasileiro. As vendas no comércio varejista e a balança comercial indicam que o comércio goiano esteve mais aquecido do que o brasileiro e a atividade industrial goiana também cresceu a taxas superiores às nacionais. Tal realidade decorre do processo de reprimarização da economia brasileira, com ampliação da importância da produção de matérias-primas agropecuárias e minerais e dos setores de atividade industrial que se apoiam no uso intensivo de recursos naturais<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> No Centro-Oeste, em especial no Estado de Goiás, teve curso uma grande expansão da produção de matérias primas e da produção de bens agroindustriais.

## 1 Produto Interno Bruto<sup>2</sup>

A Tabela 1 mostra o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e o goiano entre 2008 e 2011, sendo que este último corresponde a cerca de 2,5% do PIB do país. O Gráfico 1 apresenta a taxa de crescimento dos PIBs em questão comparados ao mundial, no mesmo período. Pode-se notar que o crescimento do PIB de Goiás foi superior ao brasileiro, mas acompanhou este em suas oscilações. Tanto o PIB brasileiro quanto o goiano superaram o mundial em taxa de crescimento no intervalo 2008-2010. Já em 2011, a taxa de crescimento do PIB mundial alcançou a do PIB brasileiro. Quanto ao PIB *per capita*, os últimos dados disponíveis são de 2009, quando o brasileiro atingiu R\$ 16.917,66 e o goiano, R\$ 14.446,68<sup>3</sup>.

**Tabela 1 – Produto Interno Bruto no Brasil e em Goiás: 2008 – 2011 (milhões de R\$)**

Ano	PIB	
	Brasil	Goiás
2008	3.032.204	75.271
2009	3.239.404	85.615
2010	3.770.085	94.298
2011	4.143.015	103.446

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

<sup>2</sup> O Produto Interno Bruto (PIB) mede a produção e a renda gerada por uma economia em determinado período. É um indicador bastante utilizado para apontar a evolução do desenvolvimento da economia em questão.

<sup>3</sup> Dados do IBGE.

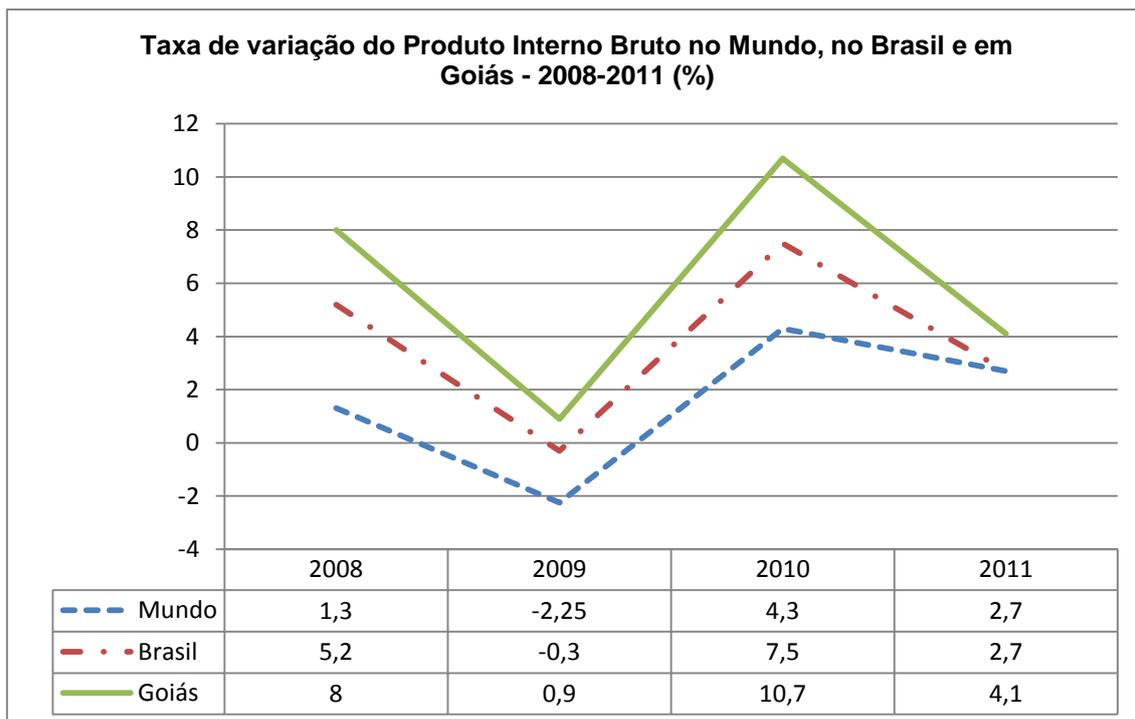


Gráfico 1 – Taxa de Variação do Produto Interno Bruto no Mundo, no Brasil e em Goiás - 2008-2011  
 Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE e do Banco Mundial (apud Google Public Data).

## 2 Vendas no Varejo <sup>4</sup>

No tocante às vendas no varejo, os dados do IBGE, de maio de 2012, indicam que todas as 27 unidades da Federação apresentaram resultados positivos em comparação a maio de 2011. Nesse período, o crescimento brasileiro foi de 8,9%, e o goiano, 9,2%. O Gráfico 1.2 mostra a evolução do índice. Nota-se que o comércio goiano apresentou-se mais aquecido do que o brasileiro.

<sup>4</sup> As vendas no varejo são um bom indicador do aquecimento do mercado e do nível de consumo. Os dados utilizados são os do volume de vendas e excluem as vendas de veículos, motocicletas, partes e peças. Os dados foram retirados dos Indicadores do IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio. Maio 2012. Disponível em:  
[ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio\\_e\\_Servicos/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Comercio/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/pmc\\_201205caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pmc_201205caderno.pdf)> Acesso em: 20/07/2012.

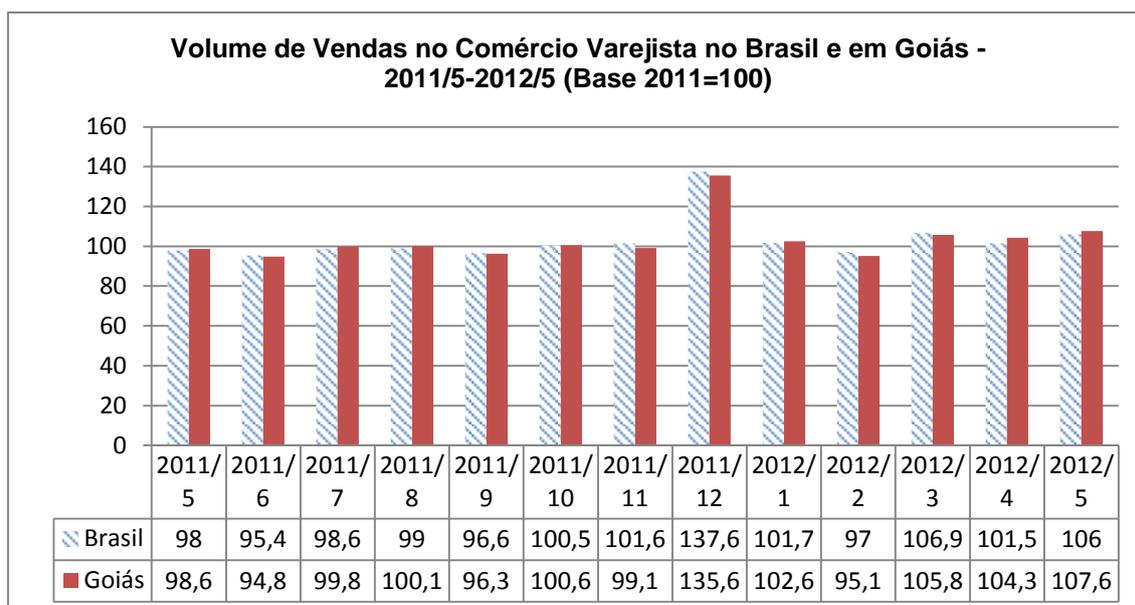


Gráfico 2 – Volume de Vendas no Comércio Varejista no Brasil e em Goiás - 2011/5 – 2012/5 (Base 2011 = 100)

Fonte: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

### 3 Variação Bruta de Capital Fixo<sup>5</sup>

Os níveis de investimento da economia brasileira variaram muito entre 2008 e 2011. Conforme demonstrado no Gráfico 3, declinaram no último trimestre de 2008 e ao longo de 2009. A retomada dos níveis de investimento teve curso no decorrer de 2010. Todavia, declinaram de modo acentuado ao longo de todo o ano de 2011 e no primeiro trimestre de 2012. A ampliação dos níveis de investimento público não tem sido suficientes para assegurar que os níveis de investimento se situem em torno de 18% ou 20% do PIB.

<sup>5</sup> A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) mede o aumento ou a redução dos bens de capital em uma economia. É um indicador muito utilizado para aferir o grau de investimento na economia.

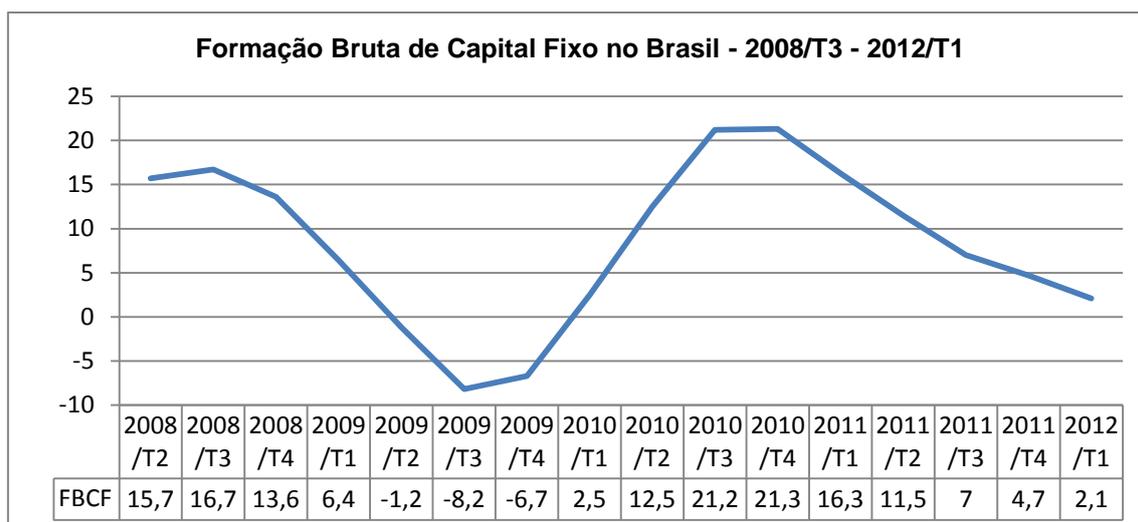


Gráfico 3 – Formação Bruta de Capital Fixo no Brasil - 2008/T3 – 2012/T1

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE - Séries Históricas.

#### 4 Índice de Preços ao Consumidor<sup>6</sup>

O comportamento da inflação brasileira pode ser analisado a partir do Índice de Preços ao Consumidor (IPC). O Gráfico 4 permite comparar esse comportamento em relação a outros países, posto que compara o IPC brasileiro ao dos Estados Unidos, Alemanha, Japão, Argentina e Chile. Pode-se perceber que a taxa de inflação brasileira foi superior à dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e Chile, mas relativamente estável e não alta, como a da Argentina. Como na maior parte dos países apresentados, com exceção do Japão e da Argentina, a taxa de inflação brasileira caiu no começo de 2012.

<sup>6</sup> O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) é calculado tendo por base uma cesta fixa de bens e serviços habitualmente consumida pela maioria das famílias em uma economia. É um indicador bastante utilizado para medir a taxa de inflação.

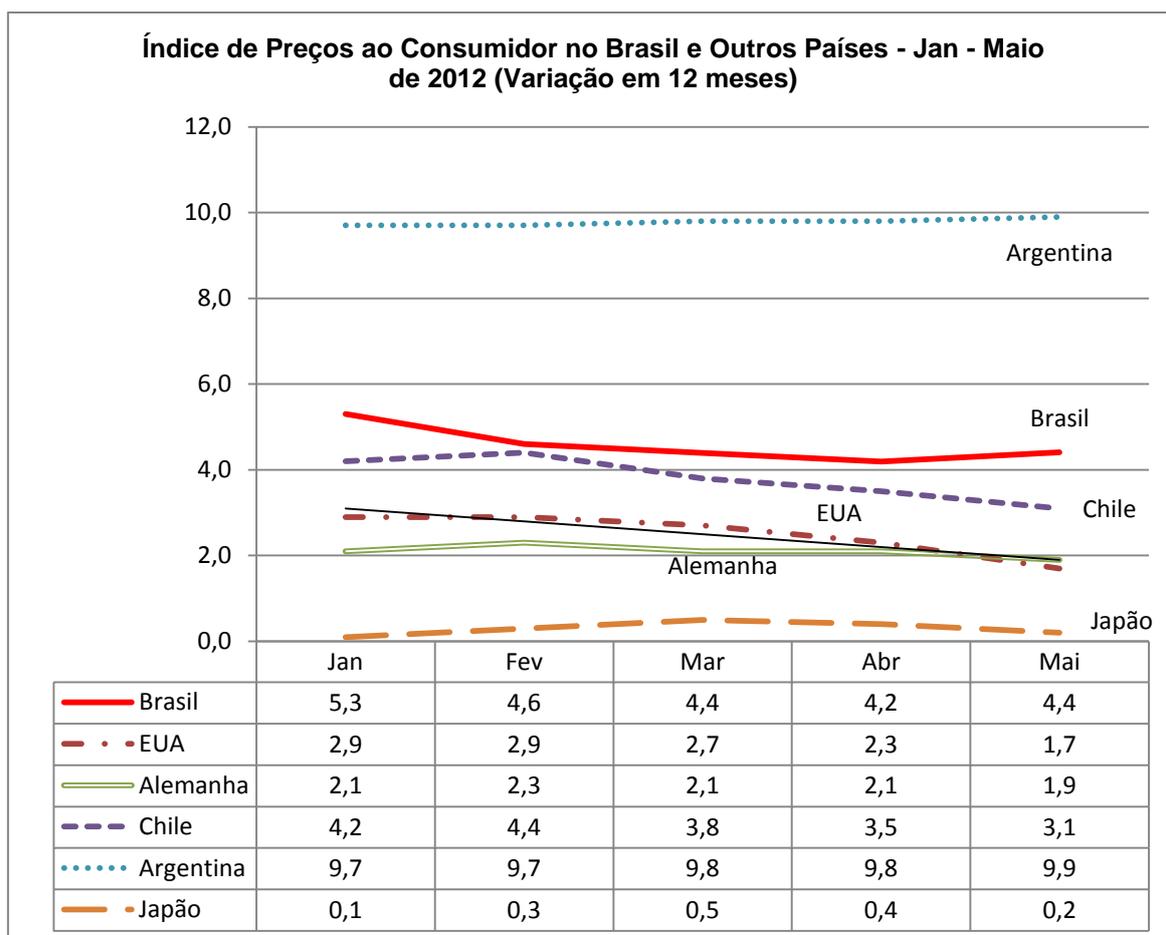


Gráfico 4 – Índice de Preços ao Consumidor no Brasil e Outros Países - Jan – Mai 2012 (Variação em 12 meses)

Fonte: Elaboração própria com dados do Banco Central - Dados Consolidados.

## 5 Atividade Industrial<sup>7</sup>

O Índice de Atividade Industrial (IAA) pode ser analisado por meio da Tabela 2, que considera o período compreendido entre maio de 2011 e abril de 2012. Pode-se perceber que o desempenho da indústria goiana supera o da brasileira, principalmente no ramo da Indústria de Transformação. Grande parte do impulso dessa indústria decorreu da expansão do setor químico, que cresceu 36%, em 2011 (SEGPLAN, 2012)<sup>8</sup>. No entanto, o crescimento da indústria de transformação vem desacelerando desde outubro de 2011.

<sup>7</sup> O índice de Atividade Industrial é utilizado para medir o desempenho de uma economia nos segmentos que compõem o setor industrial.

<sup>8</sup> O crescimento do setor químico foi puxado pelo ramo farmoquímico. Todavia, saliente-se que se trata de um ramo fortemente marcado pela condição “maquiladora” (ou “indústria maquiladora”), posto que praticamente se restringe a compor e embalar produtos farmacêuticos. Não por acaso os produtos farmacêuticos (na forma de insumos elaborados) representam 26,9% do total das importações de Goiás (SEPIN, 2012).

**Tabela 2 – Atividade Industrial no Brasil e em Goiás: Mai/2011 – Abr/2012 (Base 2002 = 100)**

	Brasil			Goiás		
	Indústria Geral	Indústria Extrativa	Indústria de transformação	Indústria geral	Indústria Extrativa	Indústria de transformação
<b>mai-11</b>	134,24	151,83	133,33	172,55	168,4	172,9
<b>jun-11</b>	129,34	151,03	128,21	180,95	155,02	183,13
<b>jul-11</b>	133,18	155,6	132,01	192,5	152,36	195,87
<b>ago-11</b>	139,52	155,71	138,68	178,07	155,35	179,98
<b>set-11</b>	132,29	151,26	131,3	193,18	153,39	196,52
<b>out-11</b>	134,19	153,16	133,2	173,57	164,87	174,3
<b>nov-11</b>	132,01	153,06	130,91	185,36	166,11	186,98
<b>dez-11</b>	119,78	155,45	117,92	159,55	139,95	161,19
<b>jan-12</b>	113,19	139,83	111,8	162,77	149,16	163,91
<b>fev-12</b>	115,69	140,68	114,39	158,25	153,22	158,67
<b>mar-12</b>	129,02	147,18	128,07	186,51	153,51	189,28
<b>abr-12</b>	118,45	144,53	117,09	157,91	153,66	158,27

Fonte: Elaboração própria com dados do IBGE.

## 6 Balança Comercial

As exportações e as importações goianas em 2011 cresceram, respectivamente, a taxas de 38,6% e 37,2%, em relação a 2010. O fluxo de comércio total obtido foi de US\$ 11.333.592.000,00. A Tabela 3 permite comparar a balança comercial goiana à brasileira. A goiana cresceu, em exportações e importações, 11,8 e 12,7 pontos percentuais a mais do que a brasileira. Goiás exportou principalmente produtos primários (75,5%) e industrializados intensivos do uso de recursos naturais (24,5%). Os principais produtos importados foram veículos, partes e acessórios (37,7%) e produtos farmacêuticos (26,9%) (SEPIN, 2012).

**Tabela 3 – Balança Comercial em Goiás e no Brasil (Em US\$ 1000 FOB)**

	Goiás		Brasil	
	Exportação	Importação	Exportação	Importação
<b>2010</b>	4.044.661	4.175.313	201.915.285	181.768.427
<b>2011</b>	5.605.193	5.728.399	256.039.575	226.243.409
<b>Variação</b>	38,6%	37,2%	26,8%	24,5%

Fonte: Elaboração própria com dados da SEGPLAN – GO/ SEPIN.

## EMPREGOS FORMAIS EM GOIÁS

### 1 Panorama da Última Década

Podemos observar pelo Gráfico 1 que, em média, o emprego formal em Goiás cresce a uma taxa superior à brasileira (1,63 pontos percentuais superior, em média, para os anos observados<sup>1</sup>). Taxa esta cujo desvio padrão<sup>2</sup> também foi maior (0,0142, para Goiás, e 0,0126, para o Brasil), indicando que Goiás apresentou uma maior flutuação no número de empregos formais gerados. Os empregos formais na capital do Estado de Goiás, Goiânia, também cresceram a uma taxa superior à brasileira, porém inferior à taxa de crescimento desse Estado. O desvio-padrão superior (0,0229) indica que a geração de empregos em Goiânia foi mais instável que em Goiás e no Brasil, pois sofreu maiores flutuações.

O crescimento dos empregos formais em Goiás estava em queda entre 2001 e 2004. A partir deste ano, a taxa de crescimento voltou a subir de maneira relativamente estável, com picos consideráveis em 2005 e em 2010, quando cresceu a taxas de 2,55% e 1,94% , respectivamente. A taxa de crescimento do emprego formal em Goiás foi relativamente estável, com um pequeno decréscimo de 0,14% para o período observado. O emprego formal no Brasil e em Goiânia também cresceu a uma taxa relativamente estável, com uma pequena elevação de 0,35% e 0,23% no período.

Enquanto uma região que possui baixo desemprego tem limitações em criar novos empregos, a geração de empregos em uma região pode ser mais alta simplesmente porque sua taxa de desemprego é também mais alta, ou sua taxa de atividade, mais baixa. Pois, neste caso, o número de empregos tem maior possibilidade de expandir e qualquer expansão já representa muito percentualmente. Seria o caso de Goiás em relação ao Brasil? De acordo com dados da PNAD 2009, a taxa de desocupação em Goiás em 2008 e em 2009 estava 6,8% e 7,8%, respectivamente, menor do que a média nacional (que nesses anos foram de 7,1% e 8,3%), enquanto as taxas de atividade do estado nesses anos foram 64,9% e 65,8%, ambas acima da

---

<sup>1</sup> As médias das taxas de crescimento para Goiânia, Goiás e Brasil no período observado de 2001 a 2010, foram, respectivamente: 5,4%, 6,82% e 5,19%.

<sup>2</sup> Média dos desvios das observações em relação à média aritmética. Quanto maior, mais as observações oscilam, ou seja, mais instável é a série.

nacional (62% e 62,1%). Portanto, a maior geração de empregos no Estado de Goiás em relação ao Brasil não é devido às suas possíveis piores condições de empregabilidade anteriores, pois a sua taxa de desocupação já era menor do que a brasileira e sua taxa de atividade, maior.

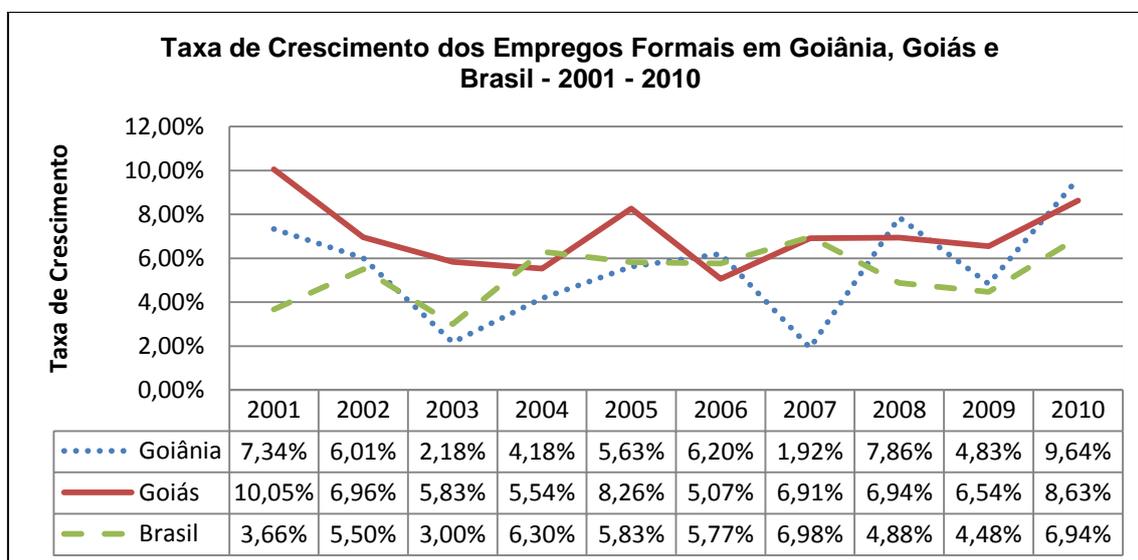


Gráfico 1 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais em Goiânia, Goiás e Brasil: 2001-2010  
Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Isto significa que as condições de empregabilidade de Goiás no período considerado foram melhores do que as nacionais.

O Gráfico 2 apresenta o comportamento da taxa de crescimento do número de empregos formais em Goiás e nas Microrregiões de Goiânia e de Anápolis. Percebe-se que, embora em média o crescimento dos empregos formais na Microrregião de Goiânia seja inferior ao apresentado pelo Estado de Goiás (5,97% e 6,82%, respectivamente), ambos seguem a mesma tendência, aumentando e diminuindo com uma certa sincronia, pois a Microrregião de Goiânia, sozinha, é responsável por 54% dos empregos formais no Estado de Goiás<sup>3</sup>. O crescimento dos empregos formais na Microrregião de Anápolis é bastante mais variável do que no Estado e na Microrregião de Goiânia (seu desvio-padrão foi de 0,0272, enquanto o desvio da Microrregião de Goiânia e de Goiás foram, respectivamente, 0,0179 e 0,0142): caiu de 2001 a 2003; cresceu muito e rapidamente até 2005; voltou a cair em 2006; de 2006 a 2008 cresceu novamente; caiu de 2008 a 2009 e voltou a crescer, com uma taxa menor, no biênio 2009/10.

<sup>3</sup> Dado referente ao ano de 2010.

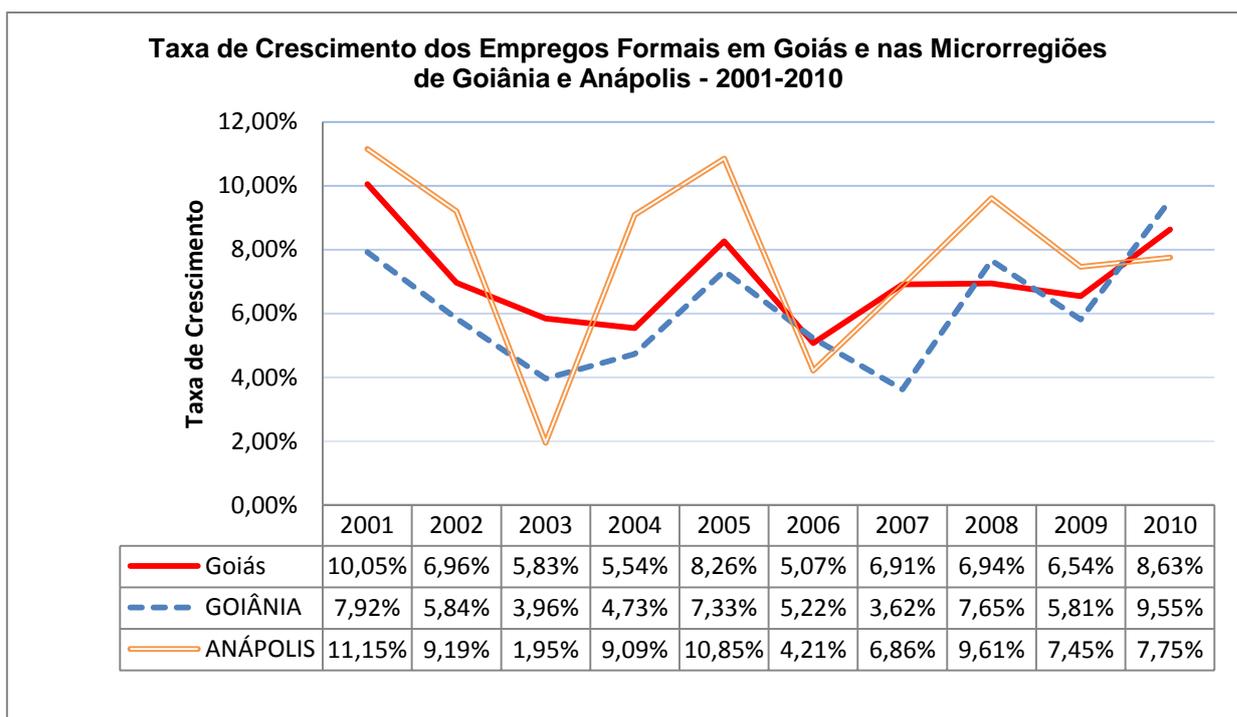


Gráfico 2 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais em Goiás e nas Microrregiões de Goiânia e Anápolis: 2001 – 2010

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

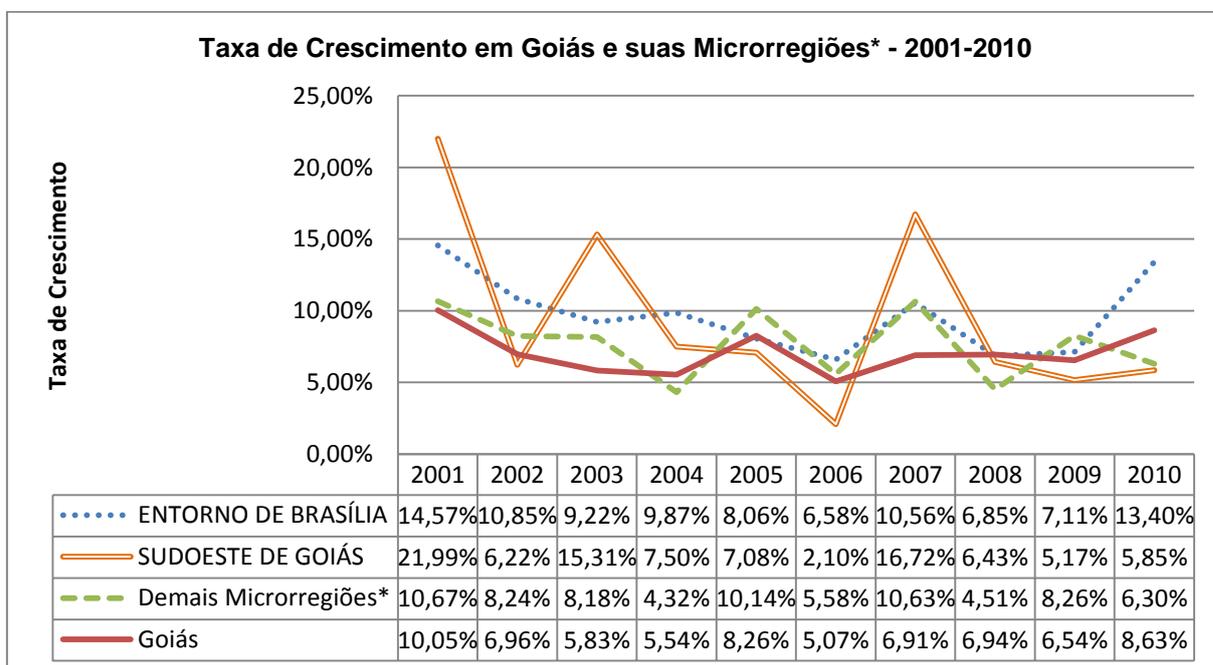


Gráfico 3 – Taxa de Crescimento em Goiás e suas Microrregiões\*: 2001 – 2010

\* Exceto as microrregiões de Anápolis e Goiânia.

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

No Gráfico 3, podemos observar o comportamento de outras microrregiões do Estado de Goiás. A Microrregião Sudoeste apresenta um crescimento médio dos empregos formais superior à média do Estado (a taxa foi 8,87% na microrregião e 6,62% em Goiás). No entanto, a criação de empregos na região sofreu maior variação, tendo um desvio-padrão de 0,0563. Na Microrregião do Entorno de Brasília, o crescimento foi bem mais estável, tendo um desvio-padrão de 0,0247. Sua média também foi superior à goiana: 9,24%.

Nas demais microrregiões do Estado de Goiás, o crescimento do número de empregos formais também excedeu à média do Estado, como é visível no Gráfico 3. No entanto, seu número de empregos foi muito pouco representativo no total, apenas 9%. A Microrregião de Goiânia apresentou crescimento do número de empregos formais menor quando comparada às demais microrregiões e, por possuir uma grande representação no número total do Estado, abaixou a média de Goiás. Isso ocorreu porque a microrregião já possuía grande número de empregos (mais da metade do total de Goiás), o que reduziu sua possibilidade de expansão.

O Gráfico 4 ilustra a distribuição dos empregos formais em Goiás por suas microrregiões. As microrregiões que totalizavam menos de 1% do total de empregos formais em Goiás foram agregadas em “Demais Microrregiões”.

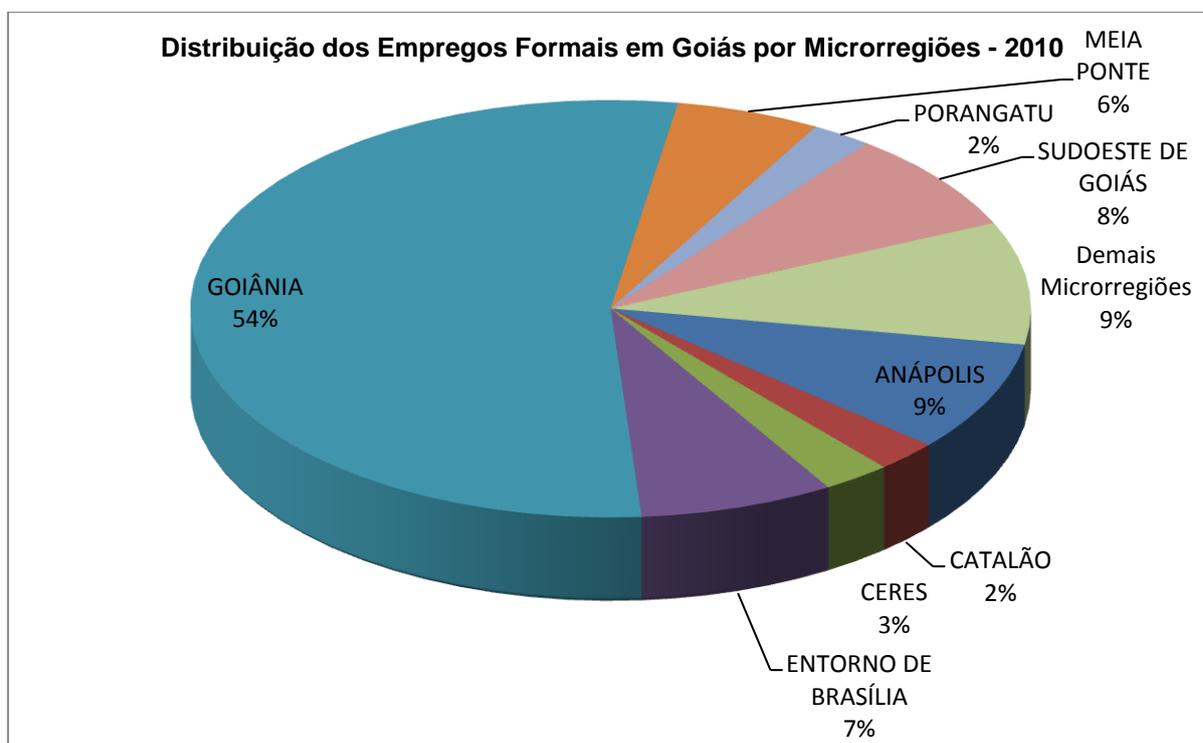


Gráfico 4 – Distribuição dos Empregos Formais em Goiás por Microrregiões – 2010

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

A Microrregião Goiânia é a que mais concentra empregos formais no Estado de Goiás (54%), seguida pelas Microrregiões Anápolis (9%), Entorno de Brasília (7%) e Meia Ponte (6%).

O baixo número de empregos formais na Microrregião do Entorno de Brasília decorre do fato de que grande parte de sua população trabalha em Brasília, com vínculos empregatícios registrados no Distrito Federal.

Podemos ver, pelo Gráfico 5, que o número total de empregos<sup>4</sup> formais em Goiás está em crescimento, aumentando mais rapidamente quando comparado ao crescimento presente na Microrregião de Goiânia, como demonstrado anteriormente.

Já o Gráfico 6 ilustra o crescimento do número de empregos formais nas Microrregiões Anápolis, Entorno de Brasília e Sudoeste de Goiás. Observa-se que nessas microrregiões o número de empregos formais em 2010 mais do que dobrou em relação aos empregos formais em 2000.

A partir dos dados apresentados, pode-se afirmar que a geração e a formalização de empregos no Estado de Goiás têm crescido rapidamente na última década, superando os índices nacionais. Esse processo acompanhou e refletiu a elevação dos indicadores econômicos regionais abordados anteriormente (PIB, vendas no varejo, atividade industrial e balança comercial), o que evidencia o crescimento econômico do Estado de Goiás.

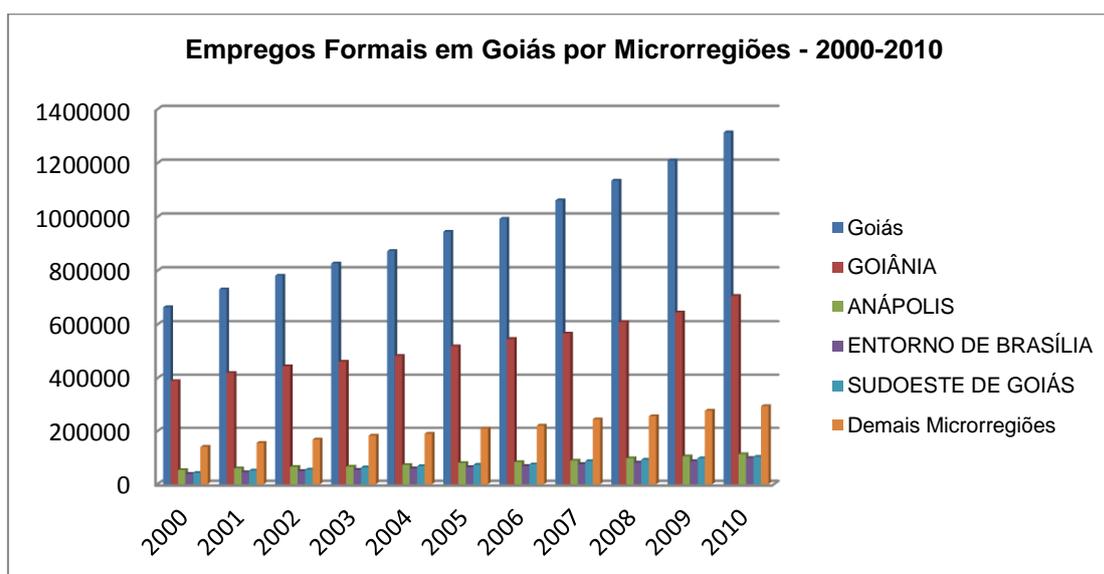


Gráfico 5 – Empregos Formais em Goiás por microrregiões - 2000 – 2010

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

<sup>4</sup> Perceba que estamos nos referindo ao número de empregos e não mais a sua taxa de crescimento.

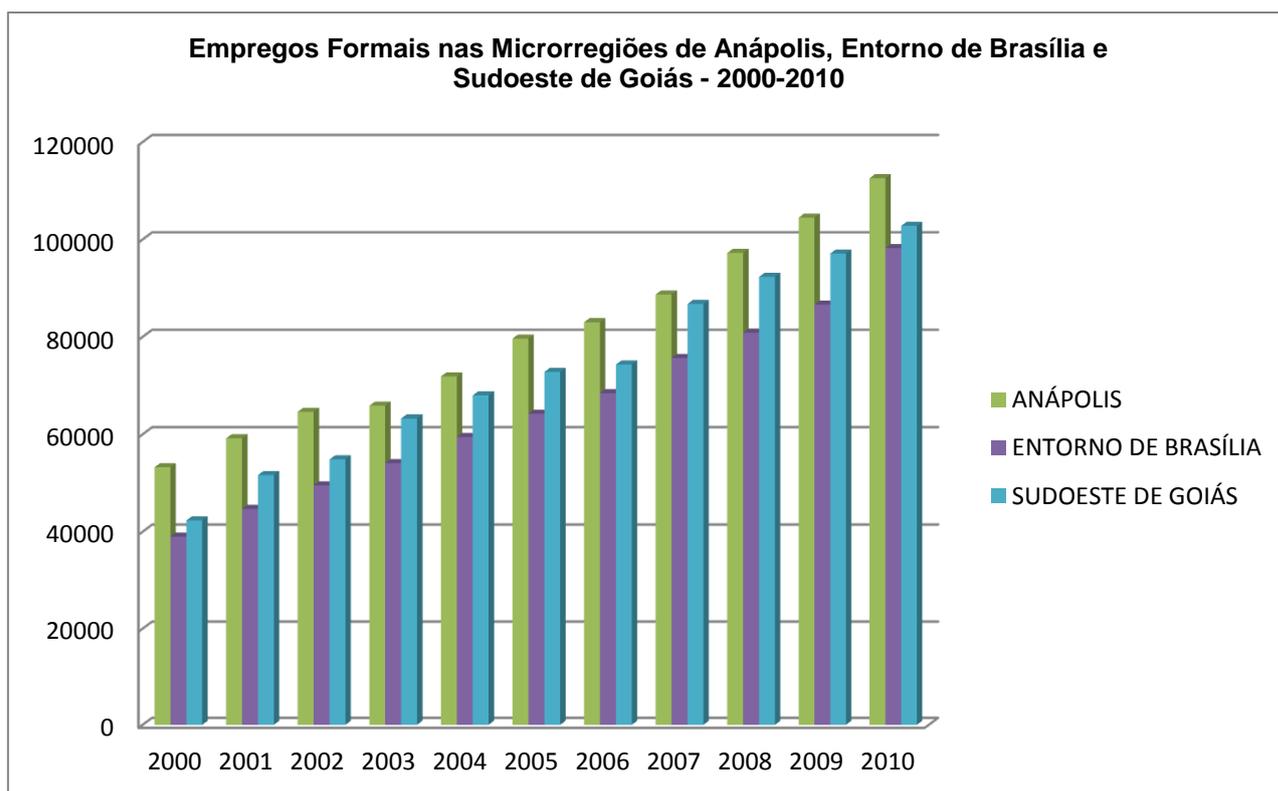


Gráfico 6 – Empregos Formais nas Microrregiões de Anápolis, Entorno de Brasília e Sudoeste de Goiás - 2000 – 2010

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS/MTE.

## 2 Empregos Formais em Goiás por Faixa Etária

A maior parte dos empregos formais no Estado de Goiás (Gráfico 7) concentra-se na faixa etária de 30 a 39 anos (29%), em seguida vem a faixa de 40 a 49 anos (21%) e a de 18 a 24 anos (18%). Essa distribuição é quase idêntica à brasileira e à do Centro-Oeste, como podemos observar pela Tabela 2.1. Goiás tem maior predominância de trabalhadores jovens do que o Brasil, superando a porcentagem brasileira até a faixa de 30 a 39 anos.

De 2003 a 2010, a faixa etária com maior taxa média de crescimento nos empregos formais ao ano foi a de 50 a 64 anos (2,72%), seguida da faixa de 65 anos ou mais (1,09%). Esses dados refletem, entre outros fatores, a elevação da qualidade de vida dos idosos, que estão vivendo mais e chegam à terceira idade ainda aptos ao trabalho. A menor taxa anual de crescimento dos empregos foi para a faixa de 15 a 17 anos (-2,39%).

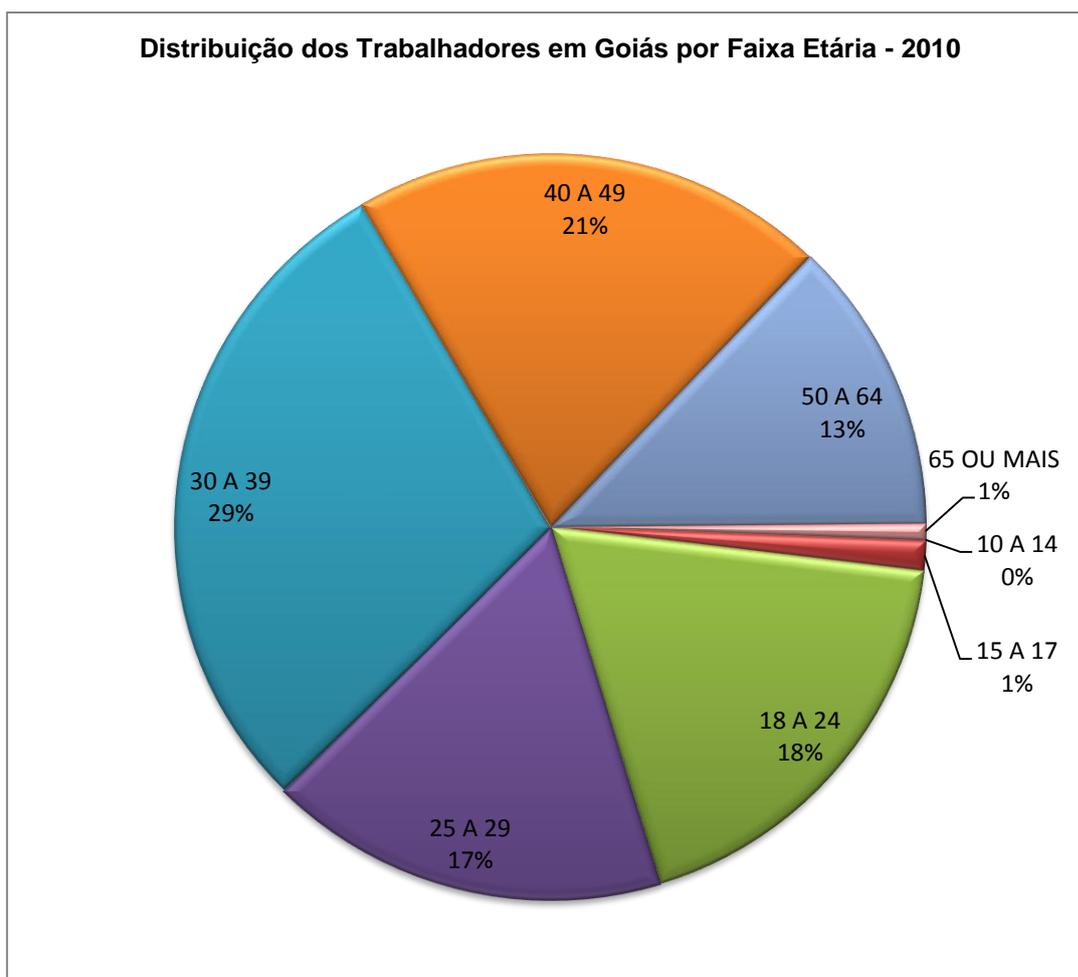


Gráfico 7 – Distribuição dos Trabalhadores em Goiás por Faixa Etária - 2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

**Tabela 2 – Empregos Formais por Faixa Etária no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás – 2010 (%)**

	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS
<b>Brasil</b>	0,01	0,98	17,11	17,17	28,96	21,56	13,39	0,82
<b>Centro-Oeste</b>	0,01	1,13	18,20	17,27	29,27	20,97	12,46	0,70
<b>Goiás</b>	0,02	1,32	18,37	17,28	29,06	20,49	12,76	0,70

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Como mostra o Gráfico 8, a remuneração média dos empregos formais em Goiás foi de 2,6 salários mínimos e aumentou conforme a faixa etária, ultrapassando a média na faixa etária de 30 a 39 anos. Conforme é possível verificar na Tabela 2, a remuneração média em Goiás foi inferior à brasileira e esta, por sua vez, inferior à do Centro-Oeste.

Isso demonstra que, apesar do Estado de Goiás gerar mais empregos, proporcionalmente, aos gerados no Brasil e possuir uma taxa de desemprego menor, a remuneração do trabalhador goiano foi, em média, inferior à nacional.

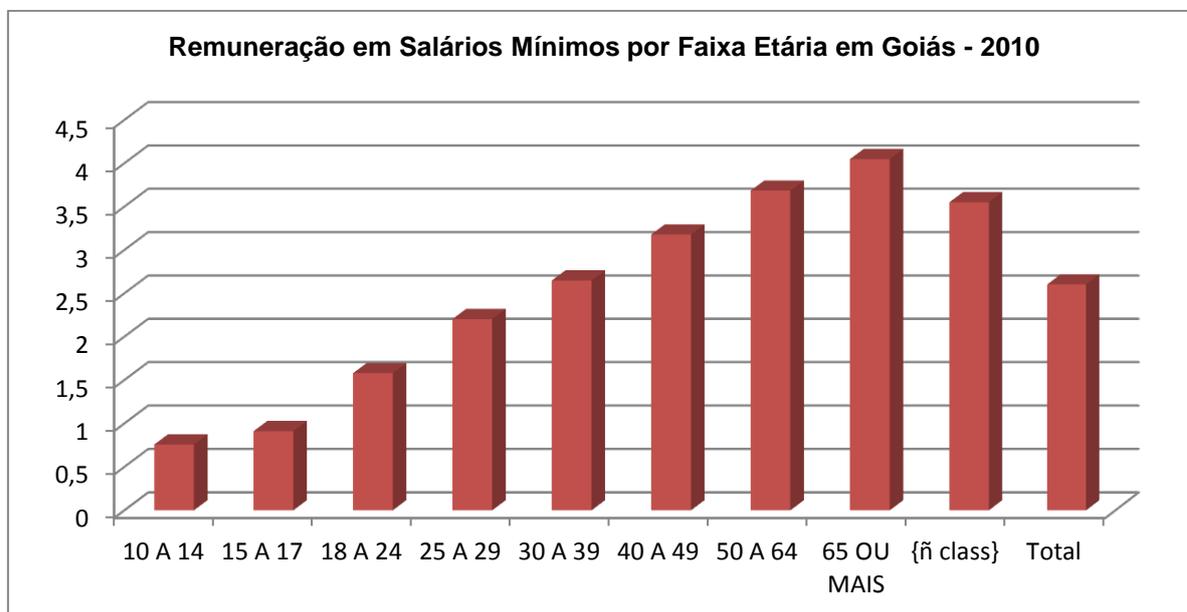


Gráfico 8 – Remuneração em Salários Mínimos por Faixa Etária em Goiás – 2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

**Tabela 2 – Remuneração Média em Salários Mínimos no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás - 2010**

	15 a 17	18 a 24	25 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 64	65 ou mais	{ñ class}	média
<b>Brasil</b>	1,04	1,71	2,48	3,14	3,84	4,50	4,70	2,46	3,11
<b>Centro-Oeste</b>	0,93	1,82	2,81	3,81	5,13	6,10	6,58	3,98	3,82
<b>Goiás</b>	0,91	1,58	2,20	2,65	3,18	3,68	4,05	3,55	2,60

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

### 3 Empregos Formais em Goiás por Remuneração

O Gráfico 9 apresenta a distribuição dos empregos formais em Goiás por faixa de remuneração. A maior concentração está nos empregos que pagam acima de um e até dois salários mínimos, seguidos da faixa salarial de 1,51 a 2 e de 2,01 a 3. Somando as faixas de maior concentração, percebe-se que 70% dos empregos formais goianos remuneraram de 1,01 a 3 salários mínimos.

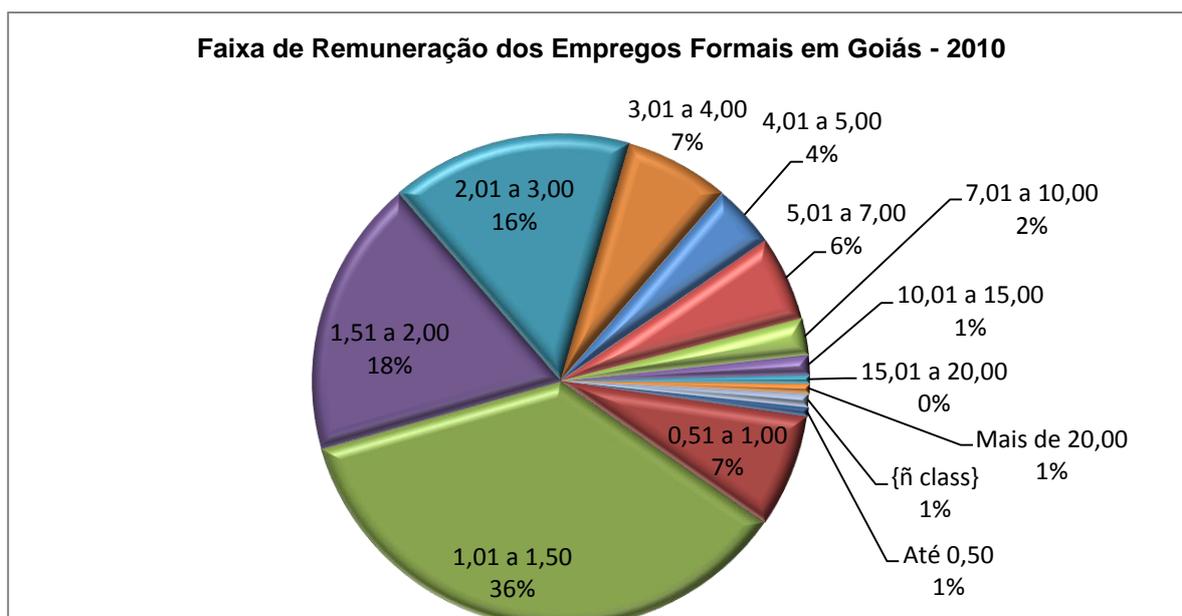


Gráfico 9 – Faixa de Remuneração dos Empregos Formais em Goiás – 2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

**Tabela 3 – Remuneração Média no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás por Faixa Salarial (em salários mínimos) – 2010**

	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20,00
<b>Brasil</b>	0,36	4,53	26,46	18,33	18,76	9,05	5,48	6,15	4,13	2,80	1,25	1,76
<b>Centro-Oeste</b>	0,45	4,66	31,30	16,94	15,68	6,97	4,22	5,98	4,76	3,92	1,55	2,56
<b>Goiás</b>	0,64	7,38	35,88	18,17	15,71	6,77	4,14	5,59	2,40	1,31	0,54	0,64

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 3 apresenta a distribuição por faixa de remuneração no Brasil. As semelhanças são perceptíveis. Podemos destacar:

- Em Goiás, 43% dos empregos formais remuneraram na faixa de 0,51 a 1,5 salários mínimos. No Brasil, essa faixa corresponde a 37%.
- 34% dos empregos formais em Goiás estão na faixa de remuneração de 1,51 a 3 salários mínimos. No Brasil, essa faixa representa 36,79%.
- O Brasil apresenta remuneração média levemente superior a Goiás.

Em relação ao Centro-Oeste, destaca-se que, enquanto 62% dos empregos formais goianos remuneraram até 2 salários mínimos, esse número é 60% para os empregos formais no Centro-Oeste. Essa diferença se dá, principalmente, para as faixas de renda mais baixas, que são menos concentradas no Centro-Oeste.

A Tabela 4 mostra a tendência de queda das remunerações dos empregos formais em Goiás: a concentração de empregos nas faixas mais baixas (de até 1,5 salários mínimos) tem aumentado, enquanto nas mais altas, diminuído. Isso é reflexo da defasagem salarial que há nos salários mais altos, pois seus valores não são reajustados junto com o salário mínimo.

**Tabela 4 – Distribuição dos Empregos Formais em Goiás por Faixa de Remuneração (%)**

Ano	2002	2004	2006	2008	2010
<b>Até 0,50</b>	0,5	0,4	0,5	0,6	0,6
<b>0,51 a 1,00</b>	6,0	6,3	7,1	7,2	7,4
<b>1,01 a 1,50</b>	27,8	29,6	34,4	34,9	35,9
<b>1,51 a 2,00</b>	18,5	18,9	18,5	18,5	18,2
<b>2,01 a 3,00</b>	19,4	18,7	15,9	15,9	15,7
<b>3,01 a 4,00</b>	8,3	7,9	6,9	7,1	6,8
<b>4,01 a 5,00</b>	5,2	5,2	4,9	4,2	4,1
<b>5,01 a 7,00</b>	5,9	5,5	5,3	5,0	5,6
<b>7,01 a 10,00</b>	3,8	3,1	2,8	3,1	2,4
<b>10,01 a 15,00</b>	2,2	2,0	1,5	1,4	1,3
<b>15,01 a 20,00</b>	1,0	0,8	0,7	0,6	0,5
<b>Mais de 20,00</b>	1,3	1,1	0,8	0,7	0,6
<b>{ñ class}</b>	0,1	0,3	0,6	0,9	0,8

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

#### 4 Empregos Formais por Setores de Atividade

O Gráfico 10 apresenta a distribuição dos empregos formais por setores de atividade econômica no Estado de Goiás. Podemos ver que os setores que mais empregam são o de Serviços (26%) e a Administração Pública (26%), seguidos do setor de Comércio (19%) e da Indústria de Transformação (15%). É provável que o setor de Comércio esteja subestimado, posto que grande parte dos estabelecimentos são pequenos e familiares, e não registram seus funcionários.

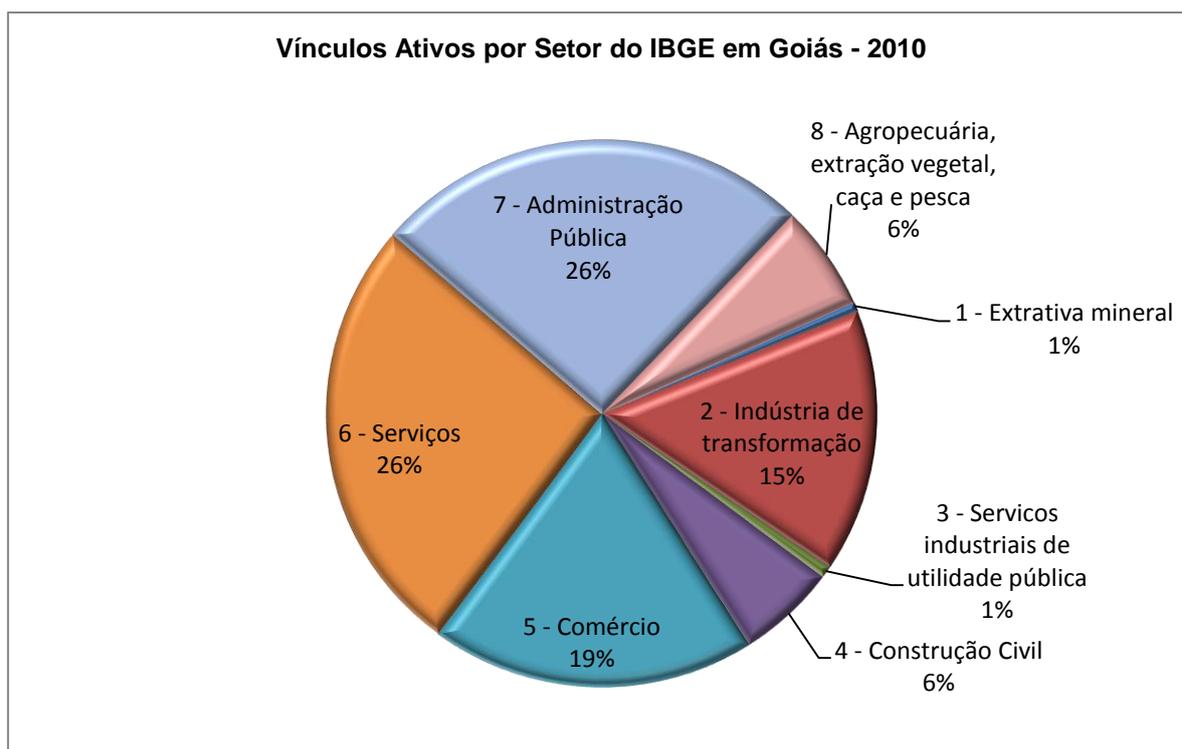


Gráfico 10 – Vínculos Ativos por Setor de Atividade em Goiás – 2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

**Tabela 5 – Distribuição dos Empregos Formais por Setor de Atividade no Brasil, em Goiás e no Centro-Oeste (%) - 2010**

IBGE Setor	BRASIL	CENTRO-OESTE	GOIÁS
1 - Extrativa mineral	0,5	0,4	0,6
2 - Indústria de transformação	17,9	11,4	15,6
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0,9	0,6	0,7
4 - Construção Civil	5,7	5,5	5,8
5 - Comércio	19,0	18,7	19,1
6 - Serviços	32,6	28,8	26,2
7 - Administração Pública	20,2	28,0	25,8
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3,2	6,6	6,2
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

O setor com maior participação percentual no número de empregos em Goiás é o de Serviços. Porém a sua participação ainda é menor do que no Brasil e no Centro-Oeste. Em segundo lugar, vem a Administração Pública, que é proporcionalmente maior no Estado do que no Brasil, mas menor do que no Centro-Oeste. O terceiro setor que mais emprega é o de Comércio, cuja participação é levemente acima da brasileira e do Centro-Oeste.

A Tabela 6 mostra a distribuição dos empregos formais por microrregiões nos setores de Indústria de transformação, de Serviços e de Comércio. A Microrregião de Goiânia detém o maior número de empregos formais nos três setores, apresentando mais da metade nos setores de Serviços e de Comércio.

**Tabela 6 – Distribuição dos Empregos Formais na Indústria da Transformação, nos Serviços e no Comércio por Microrregião em Goiás – 2010 (%)**

	ANÁPOLIS	GOIÂNIA	ENTORNO DE BRASÍLIA	SUDOESTE DE GOIÁS	MEIA PONTE	DEMAIS MICRORREGIÕES
<b>Indústria de Transformação</b>	15,8	40,7	4,5	12,0	6,0	21,0
<b>Serviços</b>	7,1	66,9	6,3	5,4	5,3	9,0
<b>Comércio</b>	9,2	50,6	9,6	8,5	6,2	15,9

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

## 5 Empregos Formais e Ocupações

A Tabela 7 apresenta as 20 ocupações que mais concentraram empregos formais no Estado de Goiás em 2010, bem como a remuneração média (em salários mínimos) e a taxa média de crescimento anual de 2005 a 2010. As maiores taxas de crescimento foram as das ocupações ligadas à construção civil – trabalhadores da construção civil e obras públicas (14,38%) e ajudantes de obra (14,11%).

**Tabela 7 – As 20 ocupações que mais empregaram em Goiás, sua remuneração média (em salários mínimos e sua taxa de crescimento anual (média de 2005 a 2010) – 2010.**

Cbo 2002 subgrupo	Empregos	Taxa	SM
<b>Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos</b>	4.357.256	5,30%	3,7
<b>Vendedores e demonstradores</b>	3.100.852	6,53%	1,82
<b>Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios e</b>	2.567.441	8,42%	1,37
<b>Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação de</b>	1.804.416	7,39%	2,25
<b>Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança</b>	1.698.403	5,94%	1,94
<b>Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação</b>	1.486.434	8,17%	1,33
<b>Embaladores e alimentadores de produção</b>	1.144.965	7,40%	1,39
<b>Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental</b>	1.100.382	4,95%	4,05
<b>Trabalhadores de informações ao público</b>	1.085.764	7,27%	1,45
<b>Trabalhadores da construção civil e obras públicas</b>	1.046.340	14,38%	2,16
<b>Ajudantes de obras</b>	973.002	14,1%	1,41

<b>Professores de nível medio na educacao infantil, no ensino fundamental e no profissio</b>	966.362	3,42%	2,79
<b>Caixas, bilheteiros e afins</b>	848.317	9,64%	1,45
<b>Tecnicos da ciencia da saude humana</b>	809.408	6,50%	1,91
<b>Escriturarios de controle de materiais e de apoio à producao</b>	717.550	11,77%	1,82
<b>Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciario</b>	704.725	10,51%	3,95
<b>Gerentes de areas de apoio</b>	658.408	9,60%	4,68
<b>Trabalhadores agricolas</b>	597.143	-1,17%	1,69
<b>Trabalhadores da confeccao de roupas</b>	585.528	6,03%	1,2
<b>Trabalhadores de montagem de tubulacoes, estruturas metalicas e de compositos</b>	572.008	9,25%	2,48

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 8 apresenta as 20 ocupações que melhor remuneraram no Estado de Goiás em 2010, e sua remuneração média em salários mínimos. Em sua maioria, são profissionais com nível superior.

**Tabela 8 – As 20 ocupações que melhor remuneraram (em salários mínimos) em Goiás – 2010**

<b>Cbo 2002 subgrupo</b>	<b>SM</b>
<b>Advogados do poder judiciario e da seguranca publica</b>	41
<b>Profissionais de investigacao criminal</b>	24
<b>Audidores fiscais publicos</b>	19
<b>Matematicos, estatisticos e afins</b>	16
<b>Engenheiros, arquitetos e afins</b>	11
<b>Agronomos e afins</b>	11
<b>Diretores de producao e operacoes</b>	10
<b>Operadores na geracao e distribuicao de energia (centrais hidreletricas, termoeletrica</b>	10
<b>Fisicos, quimicos e afins</b>	10
<b>Advogados, procuradores, tabelioes e afins</b>	9
<b>Profissionais de relacoes publicas, publicidade, marketing e comercializacao</b>	9
<b>Diretores gerais</b>	8
<b>Diretores de areas de apoio</b>	8
<b>Pesquisadores</b>	7
<b>Cientistas sociais, psicologos e afins</b>	7
<b>Tecnicos em mineralogia e geologia</b>	7
<b>Profissionais em navegacao aerea, maritima e fluvial</b>	6
<b>Supervisores de manutencao eletroeletronica e eletromecanica</b>	6
<b>Supervisores de joalheria, vidraria, ceramica e afins</b>	6
<b>Profissionais da eletromecanica</b>	6

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

## 6 Empregos Formais por Escolaridade

Como é possível perceber pela Tabela 9, Goiás apresenta empregos formais com nível de escolaridade percentualmente menor do que aqueles apresentados no Brasil. O segmento mais expressivo é o de trabalhadores que possuem ensino médio completo (35%), em seguida vem os trabalhadores com ensino superior completo (14%) e os trabalhadores com ensino médio incompleto (13%).

**Tabela 9 – Trabalhadores por Escolaridade no Brasil, no Centro-Oeste e em Goiás – 2010 (%)**

	Analfabeto	Até 5ª Incompleto	5ª Completo Fundamental	6ª a 9ª Fundamental	Fundamental Completo	Médio Incompleto	Médio Completo	Superior Incompleto	Superior Completo	Mestrado	Doutorado	Total
<b>Brasil</b>	0,50	3,55	4,54	7,82	13,16	7,94	41,85	4,13	16,02	0,37	0,12	100
<b>Centro-Oeste</b>	0,46	3,92	4,39	8,66	12,72	10,07	37,48	4,00	17,87	0,34	0,09	100
<b>Goiás</b>	0,52	4,61	5,97	10,42	12,33	13,30	34,64	3,95	14,04	0,18	0,05	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

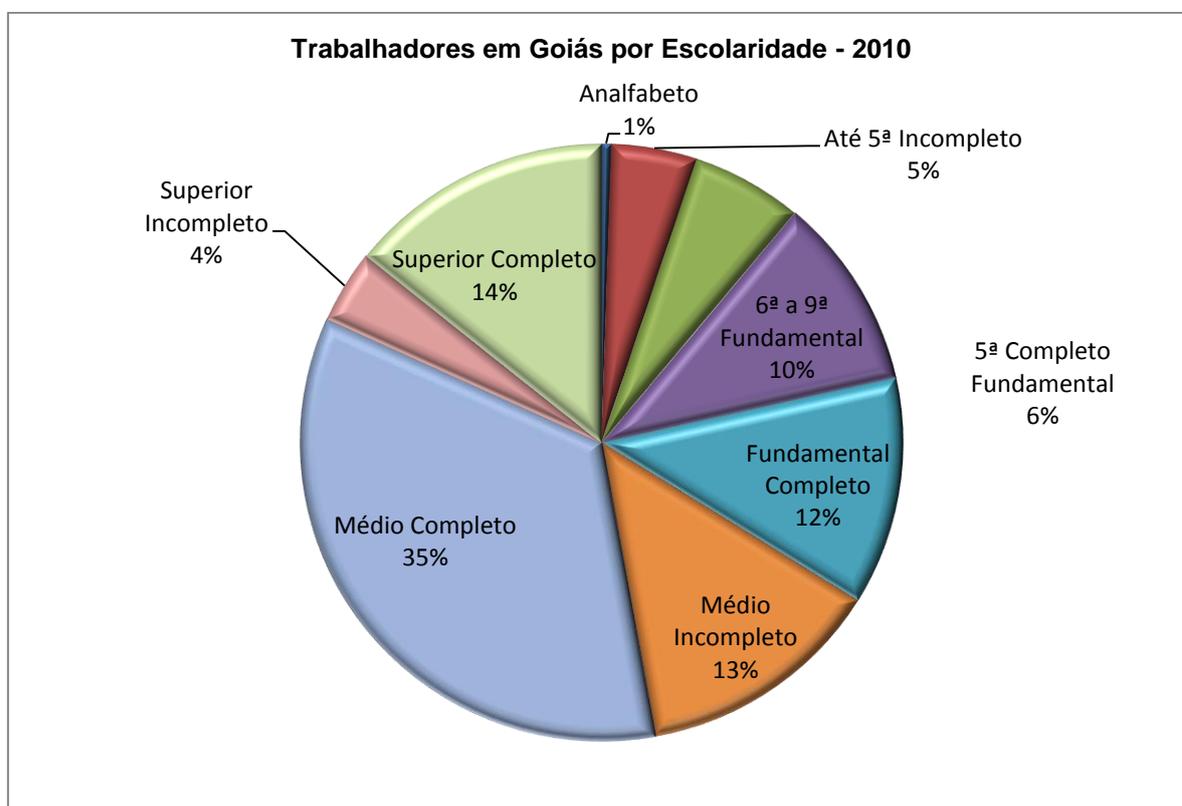


Gráfico 10 – Trabalhadores em Goiás por Escolaridade – 2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

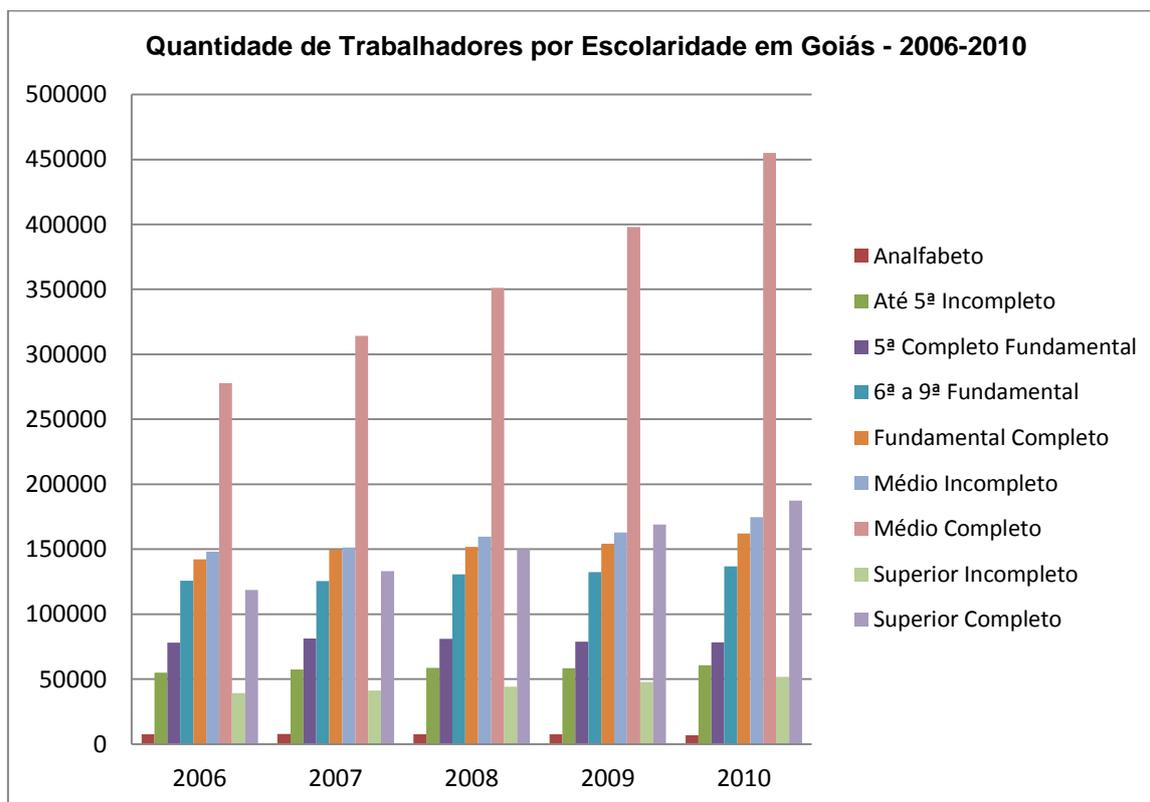


Gráfico 11 – Quantidade de Trabalhadores por Escolaridade em Goiás – 2006-2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Conforme apresentado no Gráfico 11, todos os níveis de escolarização tenderam a subir, com destaque para os níveis “ensino médio completo” e “ensino superior completo”, que cresceram mais rapidamente. O Gráfico 12, contendo apenas 4 classificações (não-agregadas), mostra que o número de trabalhadores com ensino médio completo, em 1996, era muito próximo ao número de trabalhadores com fundamental completo, mas cresceu mais rapidamente a partir desse ano, sendo que, em 2010, já ultrapassava o dobro do número de trabalhadores com ensino fundamental completo. O ensino superior também cresceu rapidamente, ultrapassando o número de trabalhadores com ensino fundamental completo. Verifica-se que apenas o número de analfabetos apresentou decréscimo.

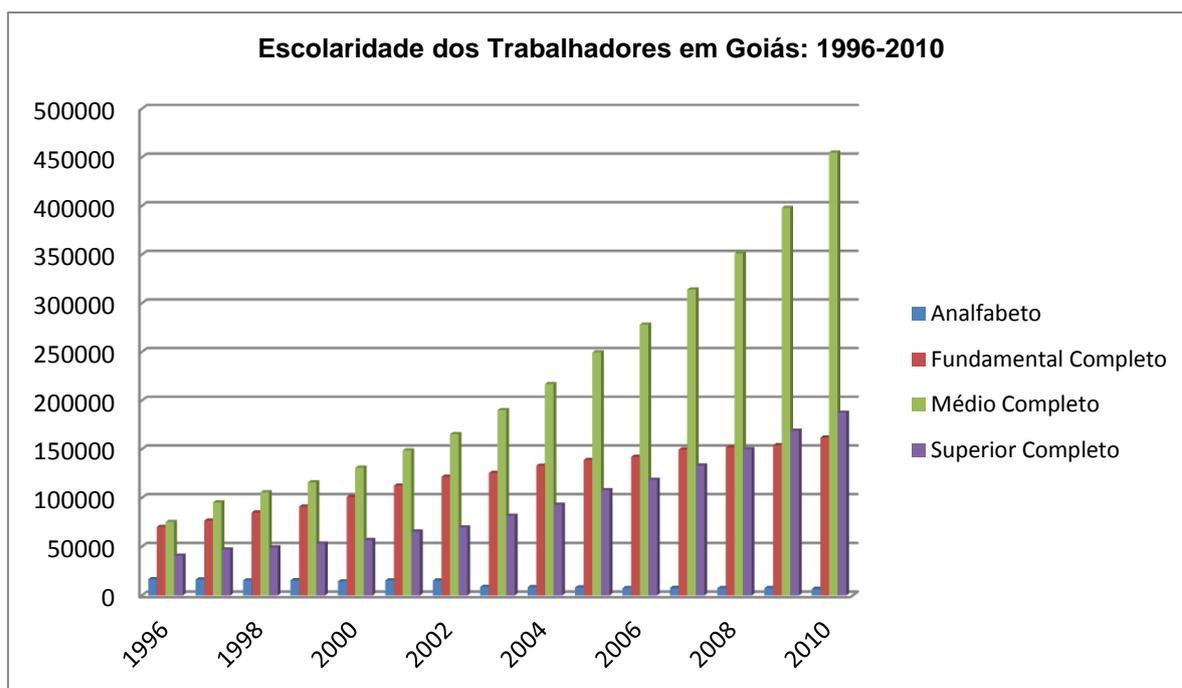


Gráfico 12 – Escolaridade dos Trabalhadores em Goiás – 1996-2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

## 7 Empregos Formais por Gênero

O gráfico 13 mostra que a participação feminina no mercado de trabalho em Goiás é menor do que a masculina, embora a quantidade de mulheres seja levemente superior a de homens, segundo a PNAD 2009. É importante ressaltar que parte desta disparidade pode ser explicada, entre outros fatores, pelo fato de um grupo expressivo de mulheres se afastar do mercado de trabalho nas primeiras fases da criação dos filhos e também pelo fato das mulheres poderem se aposentar com menos tempo de contribuição do que os homens.

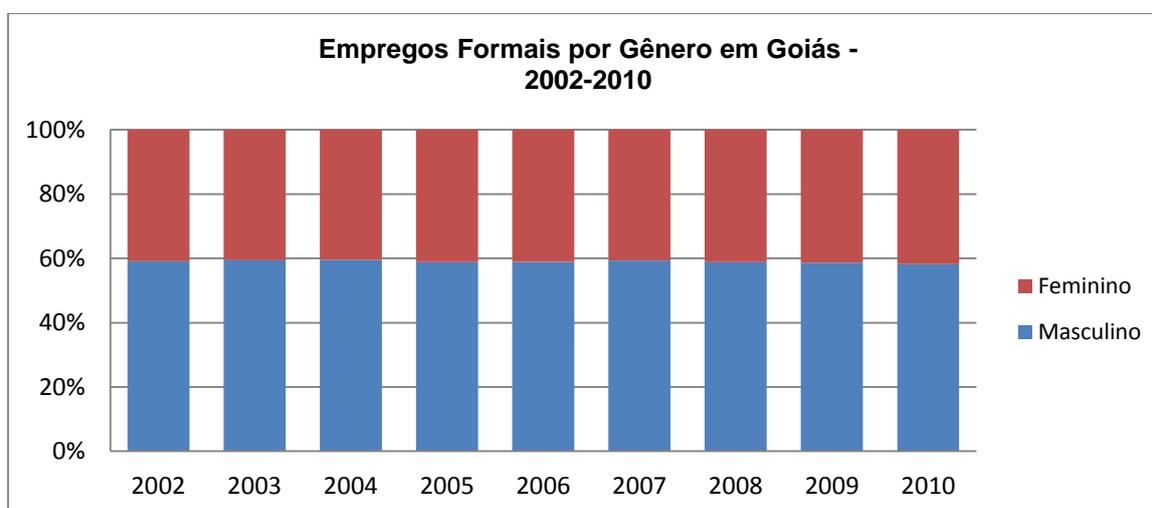


Gráfico 13 – Empregos Formais por Gênero em Goiás – 2002-2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

## ELEMENTOS DE ANÁLISE DA CONJUNTURA MACROECONÔMICA BRASILEIRA NO CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL

Walmir Barbosa<sup>1</sup>  
Denise Talitha Soares Carneiro<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este artigo busca relacionar, por meio de uma análise crítica, as atuais crises econômico-financeiras, explorando os aspectos estruturais e conjunturais que permitiram com que a “Crise do *Subprime*”, iniciada nos Estados Unidos, desencadeasse a crise fiscal europeia. Sobretudo, este artigo procura identificar impactos, ocorridos e possíveis, que essa crise internacional gera na economia brasileira, bem como discute diversas ações governamentais em curso que buscam amenizar tais impactos, assim como os limites e possibilidades dessas ações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crise do *Subprime*; Crise fiscal europeia; Crises de sobreacumulação; Economia Brasileira.

### APRESENTAÇÃO

O atual contexto internacional encontra-se marcado por uma crise econômica que tende a se desdobrar em crises políticas e sociais. Embora anunciada, antecipada por uma diversidade de crises precedentes, dinâmica em termos dos seus deslocamentos geográficos, flexível nas mudanças de sua natureza e das formas de manifestação nos setores de atividade econômica, extensiva no tempo, essa crise é imprevista em termos de qual amplitude e profundidade pode vir a adquirir.

Diversas crises financeiras nacionais ou regionais tiveram curso desde o processo de redução das restrições governamentais sobre os mercados financeiros. A

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFG, historiador pela UFG, professor e pesquisador orientador do Observatório do Mundo do Trabalho do IFG.

<sup>2</sup> Economista pela UFG, servidora técnico-administrativa e ocupante do cargo de economista no Observatório do Mundo do Trabalho do IFG.

chamada “Crise do *Subprime*” foi uma delas, decorrente da bolha especulativa gerada no mercado imobiliário norte-americano. A atual crise fiscal que se desencadeou na União Europeia, sobretudo na “Zona do Euro”, é outro exemplo dessa sequência de crises.

Na perspectiva de contribuir com a construção de uma abordagem crítica por parte dos servidores e dos alunos do Instituto Federal de Goiás (IFG), assim como da comunidade em geral, acerca da atual crise econômica internacional e das iniciativas de contra tendência adotada por governos e instituições, sobretudo pelo governo e por instituições brasileiras, teve curso a elaboração deste texto. Esta iniciativa também compõe um esforço do Observatório do Mundo do Trabalho, no sentido de proporcionar análises de processos que concorrem para sobredeterminar possibilidades e limites das instituições públicas de educação, sobretudo dos institutos federais.

Este artigo está dividido em quatro partes, além da Apresentação e das Considerações Finais. Na primeira, é conduzida uma breve apresentação das crises que o Capitalismo está propenso a enfrentar, com atenção a alguns fatores desencadeadores das mesmas. Na segunda parte, tem curso a identificação dos dois últimos padrões de reprodução do capital e do processo de conformação do atual sistema financeiro internacional e nacional, com destaque para algumas das características centrais desse sistema. Na terceira parte, é conduzida uma exposição acerca da origem da atual crise econômica internacional, da sua propagação para a União Europeia (sobretudo na “Zona do Euro”) e da tendência de mundialização da mesma, considerando aspectos conjunturais e estruturais nela presentes. Na quarta e última parte, são discutidos os efeitos da crise econômica internacional na economia brasileira, as ações governamentais tomadas em contraposição a essa crise e os riscos que a crise acarreta para o atual padrão de desenvolvimento nacional, além de discutir os limites dessas ações e seus possíveis resultados.

## **1 AS CRISES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS DO CAPITALISMO**

As crises econômicas com as quais o capitalismo tem convivido historicamente apresentam determinações profundas. Dentre essas determinações, pode-se destacar a tendência de elevação da composição orgânica do capital, que se manifesta primeiramente em cada empreendimento, mas que se prolonga para a economia como

um todo, no qual o capital constante, que é a ciência objetivada como tecnologia, se eleva em relação ao capital variável, que é o custo da força de trabalho, no processo produtivo.

O capital constante, como uma força produtiva aplicada em larga escala, sob a lógica da compulsão reprodutiva do capital, exige a imobilização de capital cada vez maior na reiteração da produção, com implicações como a queda da taxa de lucro por unidade produzida, desdobrando-se na queda da taxa média de lucro de cada empreendimento e da economia como um todo<sup>3</sup>. Essa determinação desdobra-se, entre outras, nas crises de superprodução relativa e de sobreacumulação do capital.

As crises de superprodução relativa têm como raiz o descompasso entre a produção crescentemente ampliada (produção) e os obstáculos de realização dessa mesma produção (consumo)<sup>4</sup>. Dentre as reações ou ações de contra tendência a este descompasso tem curso o desenvolvimento da produção bélica, o endividamento progressivo de governos e famílias<sup>5</sup> e a obsolescência programada de bens de consumo e de bens de produção<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup> Conforme Marx: “Na mesma proporção, portanto, que no processo de produção o capital enquanto capital ocupe um espaço maior em relação ao trabalho imediato, quanto mais cresça a mais-valia relativa – a força criativa própria do capital – tanto maior será a queda da taxa de lucro (...). Esta é, em todos os aspectos, a lei mais importante da economia política moderna e a essencial para compreender as relações mais difíceis. É, do ponto de vista histórico, a lei mais importante. É uma lei que, apesar de sua simplicidade, nunca foi compreendida” (MARX, 1997, p. 634).

<sup>4</sup> Quando o consumo é muito abaixo do esperado, há um grande excedente de produção, tornando a oferta maior do que a demanda. Nesses casos, o preço tende a cair (condição necessária para que os produtos sejam vendidos). Com a queda nos preços, o lucro diminui, fazendo com que algumas empresas saiam do mercado e outras cortem custos, o que concorre para a elevação dos níveis de desemprego. Essa situação tende a persistir até que a oferta se iguale à demanda. Como estamos tratando de oferta e demanda totais, e não de um setor específico, a economia como um todo tenderá a se ajustar com uma produção abaixo do nível anterior e, conseqüentemente, aliando um nível de desemprego superior a um padrão de vida inferior. Para reagir a essa situação, governos tomam medidas anticíclicas a fim de estimular a economia e manter os níveis de consumo, produção e emprego.

<sup>5</sup> A fim de sustentar o grande nível de produção, governos tomam medidas para estimular o consumo. Essas medidas geralmente incluem a queda da taxa básica de juros e a recompra de títulos públicos por parte do governo, desestimulando a poupança e estimulando a tomada de crédito. Um dos efeitos negativos da elevação dos níveis de consumo, mediante políticas de estímulo ao consumo, é o endividamento da sociedade em geral.

<sup>6</sup> Segundo Marx: “O verdadeiro limite da produção capitalista é o próprio capital. É o fato de que nela são o capital e sua própria valorização o que constitui o ponto de partida e a meta, o motivo e o fim da produção. O fato de que aqui a produção só é produção para o capital, e os meios de produção não são simples meios para ampliar cada vez mais a estrutura do processo de vida da sociedade dos produtores. Daí que os limites dentro dos quais têm de se mover a conservação e a valorização do valor-capital, que depende da expropriação e do empobrecimento das grandes massas de produtores, choquem-se constantemente com os métodos de produção que o capital se vê obrigado a empregar para conseguir seus fins, que tendem ao aumento ilimitado da produção, à produção pela produção mesma, ao desenvolvimento incondicional das forças sociais produtivas do trabalho. O meio empregado – desenvolvimento incondicional das forças produtivas do trabalho social – choca-se constantemente com o fim perseguido, que é um fim limitado: a valorização do capital existente. Por conseguinte, se o regime capitalista de produção constitui um meio histórico para desenvolver a capacidade produtiva material e

As crises de sobreacumulação do capital, por sua vez, tem como raiz o descompasso entre a grande concentração de capital-dinheiro (acumulação financeira) e as possibilidades de sua aplicação produtiva<sup>7</sup> (investimento produtivo na economia real<sup>8</sup>). Dentre as reações ou ações de contra tendência a este descompasso tem curso a criação/expansão da dívida pública, o desenvolvimento de novos “produtos” financeiros criados pelos bancos, a aplicação cada vez maior de capital em investimentos de alto risco (que geram maior retorno) e a movimentação financeira internacional (empréstimos internacionais, investimentos diretos estrangeiros (IDE), etc.).

As crises de superprodução relativa e de sobreacumulação do capital são inseparáveis e interdeterminadas, mas saliente-se que as crises de superprodução são primárias em relação às crises de sobreacumulação, isto é, elas antecederam historicamente as crises de sobreacumulação, bem como as crises de superprodução relativa reiteram as crises de sobreacumulação de capital. A crise de sobreacumulação de capital, por sua vez, ao incidir sobre a economia real desacelerando-a, pode precipitar crises de superprodução relativa em função da queda de demanda, decorrente da redução dos níveis de renda e de emprego na economia real. Na perspectiva da análise presente nesse texto, será conduzida uma breve digressão acerca da crise de sobreacumulação do capital.

A tendência de sobreacumulação do capital-dinheiro é, por assim dizer, uma consequência de segunda ordem da tendência de reprodução primária (ou produtiva) do capital, posto que a acumulação do capital na forma de capital-dinheiro não tem limites. O capital-dinheiro pode gerar mais capital-dinheiro, por exemplo, por meio de emissão monetária por parte dos bancos centrais, visto que é apenas um número. Todavia, não há como transformar a grande liquidez gerada pela sobreacumulação, por exemplo, na forma de rendimento financeiro por meio de operações financeiras estritas, ou por meio de emissão monetária, em recursos naturais, empresas e instalações sociais, isto é, em

---

criar o mercado mundial correspondente, envolve ao mesmo tempo uma contradição constante entre esta missão histórica e as condições sociais próprias deste regime”. (MARX, 1973)

<sup>7</sup> Chama-se isso de “retornos decrescentes”, pois os investimentos tendem a dar retornos financeiros cada vez menores, sendo necessária uma quantia cada vez maior de investimento em capital e trabalho para garantir um mesmo retorno.

<sup>8</sup> Quando desconsideramos efeitos monetários sobre a economia, temos a economia real. A renda pode subir monetariamente e, ao mesmo tempo, cair em termos reais. Isso ocorre quando, por exemplo, apesar do valor monetário (em números) do salário subir, o poder de compra do novo salário for menor em comparação ao antigo.

economia real e em infraestrutura econômica e social<sup>9</sup>.

A sobreacumulação de capital oriunda da criação de ‘capital-dinheiro’ coloca a questão do que se fazer com este capital, que não guarda relação com a economia e a infraestrutura econômica real, posto que ultrapassa a pura e simples condição de meio circulante. A consequência/saída da contradição fundamental gerada pela sobreacumulação de capital tende a ser sempre a geração de crises econômicas nacionais e/ou internacionais, que levam a processos como a desvalorização desse capital-dinheiro, seja por meio da desvalorização de suas formas mais virtuais (como a depreciação de títulos públicos), seja por meio da desvalorização de ativos lastreados em propriedades palpáveis (por exemplo, ações de empresas).

Desde o fim do Acordo de Bretton Woods<sup>10</sup>, nos contextos de crises econômicas internacionais, acentuou-se o que David Harvey (2012) denominou por “nexo Estado-finança”. O Estado passou a operar diretamente em favor do capital financeiro. Atualmente, nos Estados Unidos, a proeminência dos assuntos financeiros está sendo assumida pelo presidente do Banco Central americano (FED), Ben Bernanke, e pelo Secretário do Tesouro, Hank Paulson. Na União Europeia, sobretudo nos Estados que compõe a “Zona do Euro”, os governos estão em grande medida limitados em termos das suas políticas monetárias, fiscais e cambiais pelo Banco Central Europeu (BCE). Na “Zona do Euro”, não raramente, o Estado passa a ser dirigido diretamente pelos representantes do capital financeiro, à exemplo da Itália atualmente<sup>11</sup>. No Brasil, é evidente o poder decisório que a presidência do Banco Central e o secretário do Tesouro exercem no Governo Federal no que tange aos assuntos econômicos, ou que acarretam implicações econômicas. Sob o “nexo Estado-Finança”, as demandas sociais e a própria democracia liberal representativa tende a ficar submetida aos imperativos da superação das consequências da superprodução relativa e da sobreacumulação<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> O dinheiro é lastreado na economia real, por isso imprimir mais dinheiro não torna o país mais rico, uma vez que não aumenta a produção de bens. Há uma diferença entre o valor financeiro (mercado de ações) de uma empresa e o seu valor real, mas a tendência de longo prazo é que esses valores se equiparem.

<sup>10</sup> Acordo internacional firmado em 1944, ao final da Segunda Guerra Mundial, que estabelecia regras para a interação econômica e comercial entre os países, com o objetivo de garantir a estabilidade monetária internacional. Foi o acordo que criou o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

<sup>11</sup> O exemplo mais conhecido é o de Silvio Berlusconi, dono do Mediaset, de vários meios de comunicação e empresas de entretenimento e sócio com grande participação em bancos italianos.

<sup>12</sup> Atualmente a União Europeia, que é uma união econômica e política de Estados-membros independentes que estão localizados principalmente na Europa, é composta por 27 países, a saber: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Grécia, Eslovênia, Chipre, Malta, Eslováquia, Estônia, Bulgária, Dinamarca, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Romênia, Reino Unido, República Checa e Suécia. Atualmente a “Zona do Euro”, que é a união

De todo modo, as crises do capitalismo que emergem das suas contradições e dos seus limites expressam a inevitabilidade da acumulação pela acumulação e das contradições e limites que a resolução dessa acumulação cria (fundamentalmente), supera (temporariamente) e reitera (posteriormente).

As determinações mais profundas das crises econômicas do sistema capitalista acima destacadas asseguram uma série de características comuns a essas crises. Em primeiro lugar, estas crises têm se caracterizado por serem de longa duração. São exemplos as crises internacionais que tiveram curso entre os biênios 1873/74 e 1893/94, e entre 1929/30 e 1946/47.

Em segundo lugar, as crises econômicas do capitalismo, como não são imediatamente 'resolvidas', tendem a ser reconfiguradas, isto é, as crises tendem a se manifestar sob novas formas, recriando-se e transformando-se como tal. De uma crise que tem como origem a super produção relativa, pode evoluir também uma crise financeira, e vice-versa.

As crises econômicas do capitalismo tendem a se deslocar geográfica e setorialmente. A crise que eclodiu nos Estados Unidos no biênio 2007/08 é uma crise aguda, de longa duração, que se estende progressivamente para outros países e continentes e para a economia real. Seus maiores impactos tendem a se voltar para as áreas vinculadas ao comércio internacional e para as áreas dependentes de crédito e financiamento. O abalo aos fluxos comerciais internacionais deve assumir importância especial para os mercados de *commodities*, afetando fortemente as economias que dependem profundamente da exportação desses produtos.

Essa crise tem o seu núcleo de ebulição atualmente na Europa, com tendência de deslocamento para os países periféricos, sobretudo para aqueles países altamente dependentes da exportação de *commodities* agropecuárias e minerais, com indústria de transformação pouco estruturada e mercado interno restrito. Por outro lado, a crise que emergiu como uma consequência da bolha especulativa do setor imobiliário norte-americano, comandado pelo sistema bancário-financeiro, está se transformando numa crise do setor produtivo dentro e fora dos Estados Unidos e da União Europeia. Posteriormente, em função da política pública de socorro aos bancos em crise por conta do seu envolvimento no financiamento do setor imobiliário, assumiu uma dimensão de

---

monetária dentro da União Europeia, estabelecida entre os países que adotam o Euro como moeda comum, é composta por 17 países, a saber: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Grécia, Eslovênia, Chipre, Malta, Eslováquia e Estônia.

crise fiscal e de gestão da dívida pública nos Estados Unidos e na Europa. Nesse momento, a crise agudiza-se no setor produtivo também em decorrência de políticas ortodoxas que acentuam o corte de gastos públicos, do investimento e da oferta de emprego<sup>13</sup>.

Em um futuro próximo, conforme acima assinalado, a crise tenderá atingir fortemente países dependentes de exportações de *commodities*, em especial aqueles países que não possuem estruturas produtivas e mercado consumidor amplo – porque não possuem população massiva e/ou incluída no mercado de consumo – e profundo internamente – porque possuem renda *per capita* baixa –, a exemplo da maior parte dos países da América Latina, da África e da Ásia Central.

## **2 PADRÕES DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL<sup>14</sup>, DINÂMICAS ECONÔMICAS E CRISE**

### **2.1 Padrão Fordista-Keynesiano de Reprodução do Capital e Desenvolvimentismo**

Entre o final dos anos 1940 e meados dos anos 1970, vigorou, em termos mundiais, o padrão fordista-keynesiano de reprodução do capital. Esse padrão foi marcado por aspectos como a matriz tecnológica eletromecânica, a vigência do ‘modo de regulação social fordista’, o controle acentuado dos fluxos internacionais de mercadorias e de capitais e a forte intervenção do Estado na economia (HARVEY, 2002).

A estruturação dos sistemas bancário e financeiro internacional e nacionais foi realizada com base no Acordo de Bretton Woods. O sistema bancário assumiu o papel

---

<sup>13</sup> Um conflito importante que envolve os economistas liberais “intervencionistas” e “não intervencionistas” diz respeito ao tempo que o mercado demanda para se ajustar. Segundo os “intervencionistas”, o mercado só irá se ajustar no longo prazo, e o Estado deve tomar medidas que reduzam o custo social dessa demora. Segundo os “não intervencionistas”, o mercado se ajusta no médio prazo e os custos sociais são inevitáveis, sendo inclusive agravados pelas medidas intervencionistas.

<sup>14</sup> A noção de “padrão de reprodução do capital” constitui-se numa categoria que procura identificar certas regularidades presentes no processo de reprodução do capital em termos de média e de longa duração. Procura, ainda, estabelecer mediações entre o nível abstrato mais geral de análise, que se expressa no esquema de reprodução simples e ampliada do capital, e o histórico, que materializa a forma que a reprodução do capital assume ao longo de um determinado período histórico em escala mundial. Osorio afirmou que: “El patrón de reproducción del capital expresa las distinciones cómo el capital se reproduce en un sistema mundial diferenciado entre centros imperialistas, semiperiferias e periferias dependientes, en las regiones y las formaciones sociales que los caracterizan, y considera las relaciones económicas (particularmente de apropiación-expropiación) que en diferentes momentos (y bajo diferentes mecanismos) establecen estas unidades” (OSORIO, 2004, p. 17).

principal no âmbito do sistema financeiro em geral. No plano nacional, o banco central normalizava e fiscalizava os mercados financeiro e bancário, bem como atuava como prestamista de última instância para o sistema e operacionalizava políticas monetárias baseadas em taxas de juros nominais e reais baixas por períodos longos<sup>15</sup>. Dessa forma, era possível assegurar grande capacidade de recomposição de dívidas entre empresas e bancos, bem como flexibilidade no que tange à liquidez junto ao banco central. Em face dos poucos espaços para a especulação financeira, os ganhos nos mercados financeiro e bancário estavam vinculados fundamentalmente ao crescimento do volume de empréstimos e financiamentos (COGGIOLA, 2002).

No plano internacional, sob forte regulação dos fluxos de capitais, predominava a captação internacional de recursos financeiros entre países por meio dos créditos de instituições multilaterais (FMI, BIRD, BID, etc.). A captação de recursos junto a bancos comerciais internacionais assumia uma escala muito menor (COGGIOLA, 2002).

Nesse contexto, a estruturação dos mercados financeiros nacionais teve como características a subordinação das políticas monetárias e de crédito aos objetivos econômicos produtivos; a adoção do regime de câmbio fixo manejado segundo demandas dos processos produtivos; a limitação dos fluxos de capitais internacionais de curto prazo, frequentemente de remuneração prefixada, tendo em vista impedir choques externos às taxas de juros domésticas; a condução de política bancária que assegurasse a segmentação e especialização da atuação das instituições financeiras<sup>16</sup>; a fixação de tetos para taxas de depósitos e empréstimos; e a atuação de bancos centrais prioritariamente voltados para regular e prover liquidez (crédito) na economia.

No plano nacional, as políticas monetárias e de crédito estavam prioritariamente voltadas aos mercados nacionais. No plano internacional, as taxas fixas de câmbio e as restrições à circulação de capitais de curto prazo impediam choques externos na administração interna da taxa de juros.

---

<sup>15</sup> São consideradas funções típicas do Banco Central: emissor de papel-moeda e controlador da liquidez da economia, banqueiro dos bancos (consequentemente, emprestador de última instância), regulador do sistema financeiro e depositário de reservas internacionais (CARVALHO et. al., 2007).

<sup>16</sup> O *Glass Steagal Act*, lei aprovada nos Estados Unidos em 1933, foi a referência principal para a adoção da política de regulação do sistema bancário e financeiro durante a vigência do Acordo de Bretton Woods. Essa lei, que regulamentou a estruturação dos mercados financeiros por segmentos – bancos comerciais, bancos de fomento e desenvolvimento, bancos de investimentos, corretoras, empresas de seguros etc. –, tinha como objetivos impedir a conglomeração das instituições bancárias e evitar a excessiva alavancagem por parte dessas instituições, em especial das corretoras e bancos de investimentos, que tendiam a inflacionar artificialmente os preços dos papéis negociados.

Durante a vigência do padrão fordista-keynesiano de reprodução do capital, foi possível protelar as crises de superprodução relativa e de sobreacumulação de capital. A gigantesca capacidade financeira e produtiva industrial<sup>17</sup> - que os Estados Unidos adquiriram ao sair da Segunda Guerra Mundial e que os demais países de desenvolvimento capitalista central adquiriram após a reconstrução do pós-guerra financiada pelos próprios Estados Unidos - compeliu estes países a integrar as transformações produtivas em curso nos países periféricos, sobretudo as industriais, concorrendo para suprir as demandas, com destaque para as de capitais e de bens de produção (equipamentos, máquinas etc.). Enfim, as transformações produtivas em curso nos países periféricos que conviviam com processo de industrialização e modernização da infraestrutura econômica concorria para protelar as crises de superprodução e de sobreacumulação pela via da demanda de capitais e de bens (de consumo duráveis, de insumos industriais elaborados e de bens de produção) dos países centrais, em especial dos Estados Unidos.

Nesse contexto, sob a vigência de uma “paz congelada” e de políticas econômico-financeiras norte-americanas “benevolentes”, teve curso a estabilização do capitalismo. Também teve curso um extraordinário *boom* econômico, incluindo países periféricos que conviviam com processos de urbanização e de modernização industrial e infraestrutural, bem como uma profunda transformação social, com destaque para os serviços sociais assegurados pela política e Estado do Bem-Estar Social.

No Brasil, o padrão fordista-keynesiano de reprodução do capital materializou-se no modelo econômico<sup>18</sup> desenvolvimentista (apoiado na política de industrialização por meio de substituição de importações) e no padrão de financiamento dependente-

---

<sup>17</sup> Estima-se que a estrutura produtiva industrial dos Estados Unidos, no imediatamente pós-Segunda Guerra Mundial, representasse aproximadamente 60% da estrutura produtiva mundial.

<sup>18</sup> A noção de modelo econômico aqui retratado constitui-se numa categoria que permite apreender a materialização do padrão de reprodução do capital vigente em termos mundiais em uma sociedade capitalista específica. Esta especificidade é determinada pela ‘convergência’ entre a estrutura econômico-social vigente em uma dada região ou país e a ação de incorporação da mesma no mercado capitalista mundial ordenado por meio do padrão de reprodução do capital vigente. A estrutura econômico-social de cada modelo econômico decorre de aspectos como o desenvolvimento das forças produtivas (amplitude territorial e recursos naturais, disponibilidade e qualificação da força de trabalho, conhecimento, informação e tecnologia socialmente construídos etc.) precedentes, que prefiguram limites e possibilidades ao modelo, a composição das forças políticas do bloco no poder, que hierarquiza a materialização dos diversos interesses das frações do capital no âmbito do modelo, e o processo de reprodução do modelo, que define a estratégia de inserção e reprodução do modelo no sistema capitalista mundial sob a vigência de um dado padrão de reprodução do capital. Portanto, esta noção de modelo econômico o concebe como uma estrutura tecida a partir de estruturas e processos internos e externos.

associado<sup>19</sup>. Entre os anos 1940 e meados dos anos 1950, este modelo buscou se viabilizar predominantemente por meio do autofinanciamento, mediante exportações de bens agropecuários e minerais. Entre meados dos anos 1950 e final dos anos 1970, quando entrou em crise agônica, este modelo apoiou-se sobre a ampliação e diversificação das fontes de financiamento interno, mas assumiram realce as fontes de financiamento externo, com destaque para o padrão de endividamento externo e a entrada das filiais das empresas multinacionais europeias, norte-americanas e japonesas.

## **2.2 Padrão Flexível-Neoliberal de Reprodução do Capital, Transições Econômicas e Crise**

Entre meados dos anos 1970 e dos anos 1980, ocorreu a transição e consolidação do padrão flexível-neoliberal de reprodução do capital nos países de desenvolvimento capitalista central e o início da transição em uma diversidade de países de desenvolvimento capitalista periférico. Esse padrão foi marcado por aspectos como a consolidação da matriz tecnológica microeletrônica, a flexibilização das relações de trabalho e das políticas sociais, a privatização de empresas estatais, a liberalização dos fluxos internacionais de mercadorias e de capitais, a redução da intervenção do Estado no mercado e a desregulamentação da economia (HARVEY, 2002).

Uma nova estruturação dos sistemas bancários e financeiros internacional e nacionais teve curso com base na desarticulação do Acordo de Bretton Woods, bem como um novo padrão de operação desses sistemas. Nos anos 1980, sobretudo por meio da gestão republicana de Ronald Reagan<sup>20</sup> (1980-88), nos Estados Unidos, e da gestão conservadora de Margareth Thatcher (1979-90), no Reino Unido, teve curso um processo de desregulamentação, flexibilização ou redução dos controles sobre os sistemas bancário e financeiro em todo o Mundo. A perspectiva era permitir a conglomeração de instituições bancárias e financeiras, ampliar as condições de atuação

---

<sup>19</sup> A noção de padrão financiamento, presente de forma explícita ou subjacente em diversos estudos (FERNANDES, 1981; OLIVEIRA, 1984; MELLO, 1991), constitui-se numa categoria que procura identificar as bases sobre as quais foram edificadas a acumulação e o financiamento de um dado modelo econômico. Permite apreender as formas de incorporação do país no padrão de reprodução do capital em termos mundiais, de articulação setorial e interdepartamental de uma dada estrutura produtiva industrial, de composição patrimonial dos capitais nacionais e internacionais e de mobilização de recursos para a acumulação e financiamento do capital (as estruturas e mobilização da poupança pública e privada, do sistema tributário, do sistema financeiro, do endividamento público, entre outras formas), revelando as contradições e os limites sobre os quais o modelo econômico foi estabelecido.

<sup>20</sup> A alteração da política monetária no Governo Reagan tinha como um dos seus objetivos conter a desvalorização sofrida pelo Dólar desde o fim do Acordo de Bretton Woods.

dessas instituições internacionalmente e erodir as regras que disciplinavam a captação e aplicação de recursos nos mercados bancários e financeiros, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, com extensão progressiva aos demais países<sup>21</sup>.

Erodir as regras que disciplinavam a captação e aplicação de recursos nos mercados bancários e financeiros tornou-se a pedra de toque de todo o processo, posto que permitia a livre atuação das instituições na especulação financeira internacional, bem como potencializava a criação de gigantescos conglomerados bancários e financeiros, tendo em vista explorar as oportunidades abertas para a reprodução de capital-dinheiro em capital-dinheiro. Esse processo ocorreu mediante uma manobra institucional articulada entre os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra, tendo em vista contornar as restrições que o *Glass-Steagall Act* impunha aos sistemas bancário e financeiro norte-americano.

Esta manobra teve curso por meio da alteração das normas administrativas da Bolsa de Londres, em 27 de outubro de 1986, que passaram a permitir a participação de instituições financeiras estrangeiras nessa Bolsa. A alteração dessas normas permitiu transformar a Bolsa de Londres na primeira plataforma institucional financeira para as instituições bancárias e financeiras norte-americanas atuarem globalmente, usufruindo da utilização de recursos captados junto ao público em operações financeiras da própria instituição<sup>22</sup>.

Outro marco do processo de desregulamentação, flexibilização ou redução dos controles sobre os mercados financeiros em todo o Mundo, foi conduzido por meio da gestão democrata de Bill Clinton, quando finalizou-se a revogação do *Glass-Steagall Act*, em 12 de novembro de 1999. Desde então, impôs-se uma lógica na qual os órgãos fiscalizadores e reguladores dos sistemas bancário e financeiro foram assegurando cada vez mais liberdade para as instituições bancárias e financeiras operarem, isto é, por meio de decisões políticas que asseguravam mais liberalismo, foram conduzidas decisões jurídicas que asseguravam menos regulamentação aos mercados e instituições bancárias e financeiras e conformaram processos econômicos que determinaram maior liquidez auto-reprodutiva nos sistemas bancário e financeiro internacionais<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Esse processo teve como base argumentativa a afirmação de que a restrição de operações de alto risco poderia aumentar o risco de falência dos bancos, posto que reduziria as possibilidades de lucros maiores.

<sup>22</sup> O *Glass-Steagall Act* proibia a utilização de recursos captados junto ao público por parte de instituições bancárias e financeiras em operações financeiras da própria instituição, tendo em vista conter iniciativas de especulação financeira.

<sup>23</sup> O processo de desregulamentação, flexibilização ou redução dos controles sobre os mercados bancário e financeiro foi conduzido nos Estados Unidos por republicanos e democratas, o que evidencia a

O novo padrão de operação dos sistemas bancários e financeiros, internacional e nacionais, combinou baixas taxas de juros nos Estados Unidos (e um pouco acima destas nos demais países centrais), processo ativo de criação e inovação de produtos financeiros comercializáveis nos mercados bancários e financeiros, e liberalização da movimentação financeira internacional. Teve curso um processo de acirramento da competição entre as instituições financeiras – sobretudo norte-americanas e inglesas – e de ampliação dos horizontes de aplicação/especulação de capitais (TAVARES e BELLUZZO, 2004).

O contexto internacional - marcado por aspectos como a flexibilização das relações de trabalho e das políticas sociais, a privatização de empresas estatais, a liberalização dos fluxos internacionais de mercadorias, serviços e capitais, a desregulamentação da economia e a redução do controle do Estado sob o mercado (com maior intervenção econômica para a proteção das empresas e política para o maior controle dos trabalhadores) - impulsionou a financeirização<sup>24</sup> da riqueza e das relações sociais. Os mais diversos contextos sociais e naturais foram transformados num imenso espaço de acumulação e especulação de riqueza financeira.

Nesse contexto, teve curso os “mini-booms” econômicos dos anos 1980 (1982-88), 1990 (1993-90) e 2000 (2002-08).<sup>25</sup> De um modo geral, esses “mini-booms” foram assegurados por meio do barateamento das matérias primas no mercado mundial nos anos 1980 e 1990, da consolidação das tecnologias de base microeletrônica nas

---

hegemonia dos capitais financeiros e financeirizados presente na sociedade, no Estado e nos principais partidos desse país.

<sup>24</sup> O conceito financeirização decorre da lógica financeira, que é a lógica mais geral do capital, posto que exerce grande influência nas mais diversas esferas da sociedade e da vida social. Por meio do padrão flexível-neoliberal de reprodução do capital a lógica financeira foi magnificada pela amplitude do deslocamento de capitais da produção para o mercado financeiro e pela expansão de dívidas (dívidas de consumo de imóveis e de bens de consumo duráveis realizadas pelas famílias, dívidas das fusões e aquisições conduzidas pelas empresas e dívidas de financiamento de investimento e de refinanciamento de dívidas do poder público). O núcleo dinâmico e dominante do processo de financeirização é composto pelo capital financeiro internacional (fundos de pensão, fundos mútuos de investimento e os grandes bancos internacionais), o capital multinacional (associado ou não ao capital nacional) e os grandes grupos econômicos e financeiros nacionais (associado ou não ao capital internacional), que subordinam, em termos nacionais, os grupos econômicos e as frações do capital que não se articulam organicamente com a esfera financeira e a classe média alta (executivos de empresas, tecnocracia estatal etc.). A financeirização estendeu a sua influência nas sociedades contemporâneas, subordinando a democracia liberal representativa, as políticas econômicas e sociais nacionais e a própria soberania e independência dos Estados aos interesses que reiteram essa lógica.

<sup>25</sup> Saliente-se que os “mini-booms” não se distribuíram por todos os continentes e Estados. O crescimento econômico dos anos 1980, por exemplo, não teve curso na América Latina, posto que a região estava submetida à crise da dívida externa e à estagnação econômica. O crescimento econômico dos anos 1990, por sua vez, não teve curso nos países que se encontravam submetidos ao processo de integração liberal periférica ao mercado mundial, a exemplo do Brasil. Por fim, o crescimento econômico dos anos 2000 foi mais relevante nos Estados Unidos e nos BRICS (um acrônimo que se refere a Brasil, Rússia, Índia e China).

estruturas produtivas e de serviços também nos anos 1980 e 1990, do aprofundamento do processo de internacionalização do capital (sob as mais diversas formas que o mesmo se apresenta) em curso ao longo de todo o período e do aumento da exploração do trabalho por meio da reengenharia das relações do trabalho também ao longo de todo o período.

Também teve curso um processo de deslocamento maciço de capitais (produtivos e financeiros) dos Estados Unidos e da Europa para o Leste Asiático, sobretudo para a China, configurando um profundo processo de reespecialização das forças produtivas em escala mundial. O deslocamento, sob a forma de indústrias e de empregos, dos Estados Unidos e da Europa para o Leste Asiático, concorreu para os “mini-booms” econômicos internacionais dos anos 1990 e 2000, mas à custa de contradições sociais crescentes nos Estados Unidos e na Europa. Portanto, sob a manifestação da crise econômica e social internacional também tem curso uma crise acarretada pela reespecialização das forças produtivas em termos mundiais.

### **2.3 Crise e Transição da Sociedade Brasileira para o Novo Padrão de Reprodução do Capital**

No Brasil, desde os anos 1970, teve curso a crise do modelo econômico desenvolvimentista e do padrão de financiamento dependente-associado. O montante da dívida externa acumulada e a remessa de lucros e dividendos evidenciavam os limites desse modelo econômico e do seu padrão de financiamento. Estes e outros limites foram explicitados e intensificados por meio do fim do sistema de conversibilidade de Dólar em ouro, em 1971, e do primeiro choque do petróleo, em 1973/74<sup>26</sup>.

A tentativa de equacionar as limitações acima referidas foi buscada por meio do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1975-79). A perspectiva era aprofundar a diversificação da estrutura produtiva industrial<sup>27</sup>, permitindo substituir importações de bens industrializados por meio da sua produção interna e diversificar a pauta de

<sup>26</sup> Esse choque determinou a elevação dos preços do petróleo e derivados e dos bens tecnológicos e intermediários elaborados, mas foi acompanhado pela depreciação relativa dos preços dos bens agropecuários e minerais, com consequências deletérias sobre a balança comercial e o balanço de pagamentos.

<sup>27</sup> A estrutura produtiva industrial envolve as indústrias de extração de recursos naturais (como minérios), de serviços urbanos (saneamento, de distribuição de energia etc.), de construção civil e de transformação. Esta última é composta pelos seguintes subsetores de atividade econômica do IBGE: Produção Mineral não Metálico; Indústria Metalúrgica; Indústria Mecânica; Elétrico e Comunicação; Material de Transporte; Madeira e Mobiliário; Papel e Gráfica; Borracha, Fumo e Couros; Indústria Química; Indústria Têxtil; Indústria de Calçados; e Indústria de Alimentos e Bebidas.

exportação com a ampliação de bens manufaturados, fortalecendo a capacidade de exportar e reduzindo a necessidade de importar. Era uma estratégia de longo prazo, que visava ajustar a estrutura de oferta. A meta de crescimento econômico prevista no II PND era de 10% do PIB ao ano, e a de crescimento da indústria era de 12% ao ano. Efetivamente, a indústria cresceu 35%, em sua totalidade, entre os anos 1974/79 (GREMAUD, A. ET. AL., 2009).

Como a demanda por crédito nos países de desenvolvimento capitalista central encontrava-se retraída devido a fatores como a elevação dos custos de petróleo e derivados e a retração da economia mundial, em decorrência da Crise do Petróleo de 1973/74, os países de desenvolvimento capitalista periférico ‘conseguiram’ (ou foram compelidos) a captar grande parte do capital-dinheiro disponível internacionalmente. No contexto interno, as empresas estatais tinham acesso restrito ao crédito interno e conviviam com uma política de contenção tarifária<sup>28</sup>, o que forçou a tomada de crédito externo. Neste cenário, ocorreu a estatização da dívida externa, pois o Estado passou a captar recursos externos com a finalidade de financiar o II PND e as estatais, enquanto o setor privado foi subsidiado com recursos públicos. Assim, os custos do plano foram socializados junto à sociedade brasileira por meio do endividamento público (CARNEIRO, 2002).

A expansão do endividamento externo para a implantação do II PND (num contexto de taxas de juros internacionais em elevação) acentuou ainda mais os limites do modelo econômico desenvolvimentista e do seu padrão de financiamento dependente-associado. O segundo choque do petróleo de 1979 e a nova elevação das taxas de juros internacionais a partir de 1980, com impactos produtivos e financeiros profundos no país, decretaram a crise agônica do modelo econômico e do padrão de financiamento vigentes no país<sup>29</sup> (CARNEIRO, 2002).

No Brasil, a crise do modelo econômico desenvolvimentista e do padrão de financiamento dependente-associado, e a instalação do modelo econômico exportador (apoiado na especialização produtiva) e no padrão de financiamento subordinado-integrado, promoveram a integração das estruturas sociais e econômicas do país ao padrão flexível-neoliberal de reprodução do capital. Desde então, teve curso um intenso

---

<sup>28</sup> A política de contenção tarifária tinha por objetivo principal conter a inflação.

<sup>29</sup> Os EUA aumentaram as taxas de juros e, com isso, captaram grande parte dos investimentos internacionais. Em vista disso, o fluxo de capital internacional para os países de desenvolvimento capitalista periférico foi praticamente interrompido e estes países enfrentaram problemas de insolvência com suas dívidas externas.

processo de reconfiguração social, política e econômica da sociedade brasileira.

O modelo econômico exportador e o padrão de financiamento subordinado-integrado acarretaram a reconfiguração da correlação de forças entre as frações do capital no âmbito do bloco no poder, com o capital industrial *stricto sensu* perdendo a hegemonia política e a liderança do processo econômico e da dinâmica macroeconômica, em favor do capital financeiro (nacional e internacional) e do capital industrial que se financeirizou organicamente (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007). Teve curso a redefinição da estrutura e do funcionamento do Estado mediante privatização de estatais, desregulamentação econômica, redução da capacidade do Estado de conceber/realizar política econômica soberana e de realizar investimentos e condução de reformas liberais (por exemplo, a previdenciária).

O modelo econômico exportador e o padrão de financiamento integrado-subordinado também acarretaram a inserção econômica internacional subordinada do país, com abertura comercial e financeira e dependência comercial externa centrada em *commodities* agropecuárias e minerais (*in natura*) e em produtos semimanufaturados e manufaturados intensivos no uso de recursos naturais, complementados com setores específicos de atividade industrial intensivos no uso de capital e de tecnologia, com destaque para o setor de atividade econômica produtor de veículos e materiais de transportes. Nesse contexto, a dinâmica macroeconômica nacional passou a ficar mais exposta às conjunturas do comércio internacional e aos movimentos de curto prazo do capital financeiro nacional/internacional, inclusive sob efeitos como os processos de desindustrialização<sup>30</sup> setorial e/ou de reprimarização<sup>31</sup> da economia brasileira (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007).

---

<sup>30</sup> O termo ‘desindustrialização’ compreende processos diversos e contraditórios, como a redução da participação da indústria no PIB, a desarticulação da estrutura produtiva industrial e a redução da participação de determinados setores de atividade econômica na indústria de transformação. Grosso modo, o termo expressa processos regressivos de estruturas e processos de diversificação da estrutura produtiva industrial vividos por diversas sociedades e economias no decorrer dos Séculos XIX e XX.

<sup>31</sup> Considerando o padrão das exportações brasileiras segundo o grupo de produtos, em percentual, no período precedente à crise financeira internacional desencadeada pela “Crise do *Subprime*”, identifica-se o processo de reprimarização das exportações. No período 1999-02: produtos primários (agrícolas: 11,00; minérios: 6,52; e energéticos: 1,17): 18,68; produtos semimanufaturados (agrícolas intensivos em mão-de-obra: 16,12; agrícolas intensivos em capital: 6,92; minérios: 6,59; e energéticos: 1,70): 31,33; produtos manufaturados (indústrias intensivas em trabalho: 8,64; indústrias intensivas em economia de escala: 18,74; fornecedores especializados: 9,25; e indústrias intensivas em P&D: 11,49): 48,12; não classificados: 1,87. No período 2003-06: produtos primários (agrícolas: 10,53; minérios: 7,38; e energéticos: 3,72): 21,63; produtos semimanufaturados (agrícolas intensivos em mão-de-obra: 15,80; agrícolas intensivos em capital: 6,51; minérios: 6,40; e energéticos: 2,37): 31,08; produtos manufaturados (indústrias intensivas em trabalho: 6,75; indústrias intensivas em economia de escala: 20,77; fornecedores especializados: 10,44; e indústrias intensivas em P&D: 7,56): 45,52; não classificados: 1,77 (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007.).

Teve curso a reestruturação dos sistemas bancário e financeiro por meio da concentração dos mesmos, da redução do número de bancos públicos, da desnacionalização do setor bancário-financeiro, da atuação prioritária dos bancos privados nos serviços bancários e no financiamento da dívida pública e da preservação do financiamento de longo prazo predominantemente realizado por bancos públicos. Também teve curso transformações nas relações capital-trabalho, mediante a desestruturação do mercado de trabalho e a generalização da precarização do trabalho, com desdobramentos como o crescimento do desemprego estrutural, o aumento do emprego temporário e a preservação dos grandes estoques de emprego informal.

No que tange especificamente ao processo de privatização, ocorreu a transferência de ativos do país para bancos e empresas internacionais como um verdadeiro “negócio da China”, seja porque os ativos foram depreciados anteriormente às privatizações, seja porque as ex-empresas estatais foram saneadas e modernizadas por meio de financiamentos do BNDES. Saliente-se que grande parte dos bancos e empresas internacionais que adquiriram estes ativos estavam endividados internacionalmente, de modo que os ativos adquiridos concorreram para melhorar a relação ativo/passivo desses bancos e empresas. Dessa realidade, decorreu o fato de que grande parte dos novos proprietários das ex-empresas estatais não investiram montantes vultosos de capitais nas empresas adquiridas, quando muito reinvestiram parte dos lucros obtidos nessas empresas desde a condução dos processos de reengenharia produtiva e de gestão, a exemplo do setor elétrico.

O modelo econômico exportador e o padrão de financiamento subordinado-integrado refletiram o projeto de integração periférica<sup>32</sup> do país ao mercado mundial, apoiado na industrialização aberta ao capital internacional, na preservação de uma diversidade de ramos produtivos, no desenvolvimento científico e tecnológico doméstico de estágio secundário e na estrutura e formas de financiamentos organicamente internacionalizados. No que tange especificamente ao modelo econômico exportador, deve-se reconhecer que a estrutura produtiva não se restringiu fundamentalmente aos setores de produção de matérias primas agropecuárias e minerais e de produtos de uso intensivo de recursos naturais e de mão de obra. Os setores de

---

<sup>32</sup> Compreende-se por integração periférica o processo de integração subordinada de um país ao mercado internacional, fundamentalmente apoiado sobre três conjuntos, quais sejam, a liberalização, privatização e desregulamentação da economia, a subordinação e vulnerabilização externa estrutural em relação ao mercado internacional, e a dominância do capital financeiro internacional/nacional em relação ao setor produtivo nacional.

produtos de média-alta tecnologia e alta tecnologia também se fazem presentes, mas com pouca importância no mercado internacional. Por outro lado, embora o modelo econômico e o padrão de financiamento acentuem fortemente a dependência de exportações, o modelo econômico não se caracteriza como um *drive* exportador, posto que o mercado interno ocupa grande importância. Em resumo, trata-se de um modelo econômico que combina processos complexos de reprimarização relativa das exportações, de fortalecimento de setores produtivos industriais típicos da segunda revolução industrial modernizados pelas tecnologias difundidas pela terceira revolução industrial e de articulação profunda entre capitais nacionais e internacionais sob o domínio destes últimos.

Nesse modelo e padrão a propriedade e a rentabilidade financeira passaram a compor de forma significativa os ganhos de bancos, empresas e famílias. Nesse contexto, o Estado se rendeu à dívida pública interna<sup>33</sup> e o bloco no poder foi submetido à hegemonia das frações burguesas financeirizadas.

### 3 A ATUAL CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

#### 3.1 A “Crise do *Subprime*” e as Iniciativas Norte-americanas

Desde o processo de desregulamentação, flexibilização ou redução dos controles sobre os mercados financeiros em todo o Mundo, teve curso uma sequência de crises nacionais ou regionais, como, entre outras, a Crise Mexicana (1995)<sup>34</sup>, a Asiática (1997)<sup>35</sup>, a Russa (1998)<sup>36</sup>, a Brasileira (1999)<sup>37</sup> e a Argentina (2001)<sup>38</sup>. Também

---

<sup>33</sup> A *dívida pública interna* constitui-se no instrumento central da financeirização. Por *dívida pública interna* entende-se a parte da dívida pública que tem como origem a emissão de títulos pela União, comercializados internamente, adquiridos por entidades financeiras nacionais e internacionais.

<sup>34</sup> A Crise Mexicana teve como origem, dentre outros fatores, a valorização artificial do peso mexicano com o objetivo de captar recursos externos. Essa valorização acarretou consequências, como a elevação das importações (que ficaram mais baratas) e a redução das exportações (que ficaram mais caras), acarretando desequilíbrio na balança comercial e, por consequência, agravando o já elevado déficit cambial mexicano. Em consequência, o México decretou moratória, em 1995. Este fato teve desdobramento sistêmico, com grande impacto nos países de desenvolvimento capitalista periférico, posto que estes países passaram a ser apresentados pelas agências de *rating* como de economias de investimento ariscado, acarretando elevação das taxas de juros pagos nas captações financeiras internacionais.

<sup>35</sup> A Crise Asiática foi uma crise cambial que afetou, sobretudo, os chamados Tigres Asiáticos. O gatilho desencadeador da crise foi a anúncio, pelo governo da Tailândia, de que o país adotaria o câmbio flutuante, gerando uma desconfiança internacional sobre a capacidade do país se manter estável economicamente.

<sup>36</sup> A Crise Russa foi um desdobramento da Crise Asiática, uma vez que esta reduziu o preço internacional das *commodities* primárias em função da redução de demanda de bens primários por parte dos países do Leste Asiático, acarretando redução e desvalorização das exportações desses bens realizados pela Rússia. O déficit gerado fez com que o governo russo deixasse de pagar a dívida externa. Esse fato também

ocorreram crises em determinados setores de atividade econômica como, entre outras, as crises das empresas de informática (ou crise das “pontocom”) e das empresas de energia, ambas nos Estados Unidos, em 2001.

Embora as crises se sucedessem, os capitais especulativos (criaturas e criadores da sobreacumulação de capital) convergiam para valorizar artificialmente uma economia nacional ou um setor de atividade econômica. Quando julgavam terem alcançado o teto dessa valorização, liquidavam títulos e ações e migravam para outro país ou setor de atividade econômica, quebrando aqueles países e setores de onde partiam, mas também inaugurando uma nova frente de valorização especulativa nos novos países e setores em que aportavam.

A chamada “Crise do *Subprime*” foi a crise da bolha especulativa presente no mercado imobiliário norte-americano, envolvendo empréstimos feitos no mercado de imóveis por tomadores que não ofereciam segurança e garantias aos agentes financeiros, iniciada em 2008<sup>39</sup>. Essa crise pode ser reconhecida como o “gatilho” desencadeador da atual crise financeira internacional<sup>40</sup>.

Os mecanismos que permitiram a configuração da bolha especulativa e, por consequência, os canais de transmissão quando da eclosão da crise foram estabelecidos da seguinte forma: uma pessoa adquiria um imóvel; na condição de proprietário desse imóvel (de alto ou baixo risco como tomador) essa pessoa poderia obter crédito junto ao sistema financeiro apresentando o imóvel como garantia (hipoteca); a expansão do crédito por essa via concorria para o crescimento do consumo em geral, ativando os mais diversos setores da atividade econômica produtiva, assegurando crescimento econômico na economia real; o processo de elevação artificial dos preços dos imóveis permitia que o proprietário obtivesse novos créditos por meio da “renovação” da

---

afetou outras economias dependentes da exportação de *commodities* primárias, como a brasileira, que voltaram a ser vistas com ‘desconfiança’ por parte do capital especulativo e que passaram a conviver com a fuga desses capitais e com elevação da taxa de juros para deter a referida fuga.

<sup>37</sup> A Crise Brasileira foi causada pela manutenção da prolongada política de paridade cambial, sendo agravada pela fuga de capitais especulativos e pela brutal elevação da taxa de juros para conter a referida fuga. Nesse contexto, o Governo Fernando Henrique Cardoso recorreu a um pacote de socorro financeiro junto ao FMI e conduziu um caótico processo de desvalorização cambial a partir do início de 1999.

<sup>38</sup> A Crise Argentina teve como um dos seus gatilhos desencadeadores a própria desvalorização do Real, em 1999, o que tornou as exportações argentinas caras no mercado brasileiro e provocou sucessivos déficits na balança comercial com o Brasil. A Argentina decretou moratória, em 2001.

<sup>39</sup> Nas classificações de risco dos Estados Unidos, *prime* seriam os empréstimos de menor risco, quando os tomadores possuem renda elevada e histórico de bons pagadores, e o *subprime* os de maior risco, quando os tomadores possuem renda baixa, convivem com contratos de trabalho irregulares e não possuem valores que figurem como garantias aos empréstimos.

<sup>40</sup> De acordo com o Banco Internacional de Compensações (BIS), o total de ativos financeiros e contratos de derivativos no mundo, em agosto de 2008, haviam alcançado U\$ 683 trilhões. Em contrapartida, o PIB mundial de 2009 foi de U\$ 62 trilhões (IMF, 2012).

hipoteca, reiterando de forma ampliada e por diversas vezes os mecanismos e processos acima descritos.

As oportunidades abertas com os mecanismos acima descritos foram particularmente vantajosos para os agentes financeiros que financiavam os *subprimes*, posto que os riscos maiores eram acompanhados de taxas de juros também maiores<sup>41</sup>. Como os lucros maiores também implicavam em riscos maiores, os agentes financeiros primariamente envolvidos com o financiamento dos *subprimes* passaram a incorporar outros agentes financeiros (fundos financeiros, de investimento, de previdência, de rendas variáveis, etc.), sobretudo norte-americanos e europeus, tendo em vista compartilhar lucros e dividir riscos. A incorporação desses agentes financeiros, secundariamente envolvidos na operação de especulação mobiliário-financeira, funcionava como uma espécie de ‘sistema de seguro’ para as instituições que estavam primariamente envolvidas nessa operação.

O ‘sistema de seguro’ supracitado escamoteava outros processos especulativos, de características ainda mais perversas. Por exemplo, os bancos possuidores de créditos junto aos compradores de imóveis repassavam títulos referentes às hipotecas, sobretudo os de maior risco, com outros créditos de menor risco, na forma de um “novo produto” (um “novo crédito”, ou derivativo<sup>42</sup>) que escondia a sua verdadeira forma e natureza, revendendo-o no mercado financeiro internacional. Portanto, este “novo produto” era adquirido por agentes financeiros que não estavam diretamente envolvidos nos mecanismos que permitia a configuração da bolha especulativa e não dispunham de informações seguras acerca do “novo produto”. As agências de *rating* (ou agências de classificação de risco) compunham os processos especulativos legitimando-os, posto que davam o aval a estas operações atribuindo-lhes notas de baixíssimo risco (AAA)<sup>43</sup>.

Agentes financeiros primários e secundários, norte-americanos e de outros países, estavam na base da especulação em curso no mercado imobiliário norte-americano e da monstruosa alavancagem de crédito. Os mecanismos que permitiram a

---

<sup>41</sup> Os juros são a remuneração de um investimento financeiro. Entre dois títulos com a mesma taxa de juros, o investidor preferirá o de menor risco, ou seja, o que supõe possuir maior garantia de pagamento. Assim, para que títulos com maior risco sejam atrativos ao investidor, eles deverão ser acompanhados por uma taxa de juros maior.

<sup>42</sup> Derivativos podem ser definidos como ativos financeiros que derivam de outros ativos, que podem ser financeiros (moedas, títulos de dívidas públicas, ações, etc.) ou mercadorias (imóveis, *commodities*, ouro, etc.). Dentre os derivativos, os *swaps*, que são uma espécie de seguro para cobrir (*hedge*) uma possível moratória de dívida, são os de maior risco.

<sup>43</sup> A notação de risco AAA é a maior nota atribuída a títulos de dívida de empresas, instituições e economias nacionais por parte das agências de *rating*. Os títulos classificados como AAA são considerados praticamente livres do risco de inadimplência.

configuração da bolha especulativa também passaram a ser recriados em menor magnitude em diversos países da União Europeia, à exemplo da Inglaterra.

Quando os preços dos imóveis começaram a cair em função da “perda de sustentabilidade” da bolha especulativa do mercado imobiliário norte-americano, mais do que evidente em decorrência de processos como o vertiginoso crescimento do endividamento familiar e a crescente inadimplência dos tomadores de empréstimos, desencadeou uma tentativa dos agentes financeiros de reduzir a sua exposição ao risco e de se livrar dos chamados “papeis podres”.<sup>44</sup> Nesse contexto, os papeis baseados nas operações especulativas mobiliário-financeiras, disseminados no sistema financeiro globalizado, passaram a sofrer um processo de forte desvalorização e de risco progressivo, inclusive reduzindo o valor dos imóveis de quem não era inadimplente. Logo, essa situação fez com que o valor do financiamento superasse consideravelmente o valor do imóvel, tornando-se mais vantajoso abandonar o imóvel financiado e comprar outro a valores reduzidos. Consequentemente, a inadimplência aumentou em um ciclo vicioso, tanto em relação aos bens imobiliários quanto aos bens de consumo duráveis.

Instituições bancárias e financeiras apresentaram grandes perdas, ou entraram em processo de falência. As economias reais norte-americana e europeia apresentaram desaceleração imediata, sobretudo em 2009, arrastando economias dependentes de exportação de produtos industrializados para estas economias, a exemplo da China, e de exportação de *commodities*, a exemplo do Brasil. Neste contexto, teve início a política pública de socorro de bancos e de empresas mediante a transferência de trilhões de dólares do Estado em favor destes, conduzidas pelos governos dos Estados Unidos e da União Europeia.

Desde a “Crise do *Subprime*”, os Estados Unidos vem procurando assegurar dois movimentos. Primeiramente, garantir que o Dólar continue sendo a moeda de conta das operações mundiais, inclusive nas transações de petróleo<sup>45</sup>, em que pese a resistência de países como a China e o Irã. Em segundo lugar, inflacionar o Dólar, desvalorizando-o a partir de um processo de emissão monetária de ampla escala, tendo em vista socorrer bancos e empresas, aumentar a dívida pública e, por consequência, erodir o valor das

---

<sup>44</sup> Um fator que certamente antecipou a “Crise do *Subprime*” foi a tendência de alta da taxa básica de juros nos Estados Unidos, entre 2004 e 2007, quando saiu de 1,24% para 5,25%. Como a taxa de juros cobrada junto aos tomadores era mais elevada, em especial dos *subprime*, os efeitos sobre os níveis de inadimplência, aumentando-os, foram imediatos.

<sup>45</sup> Como o Dólar é aceito internacionalmente como moeda na maioria das transações econômicas, acredita-se que ele esteja lastreado não apenas na produção americana, mas em toda a produção mundial.

reservas cambiais em Dólar<sup>46</sup>.

Para além da transferência de uma parte da riqueza dos países possuidores de reservas cambiais sob Dólar na forma da desvalorização inflacionária desta moeda<sup>47</sup>, essa mesma desvalorização concorreu para uma depreciação da moeda norte-americana e para uma apreciação relativa das moedas das economias nacionais que atraem o excesso de Dólar dos Estados Unidos sob a forma de capital especulativo, o que tende a fortalecer as exportações norte-americanas (e/ou reduzir as importações) e a orientar o turismo internacional para os Estados Unidos (e/ou reduzir as viagens de turistas norte-americanos). Aqui reside uma contradição/conflito inclusivo: a desvalorização radical do Dólar não interessa aos Estados Unidos e aos países possuidores de títulos públicos norte-americanos; e a apreciação radical do Dólar tende a desarticular a estrutura produtiva norte-americana e a aprofundar o desequilíbrio nas suas transações correntes, ameaçando a própria “rolagem” da dívida pública norte-americana.

A crise econômica internacional que eclodiu nos Estados Unidos, no biênio 2007/2008, passou a ter na Europa o seu novo epicentro, desde 2010. Isto porque países como Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (também chamados preconceituosamente por PIIGS<sup>48</sup>), conviveram com um processo de expansão dos seus endividamentos nos anos 2000. Com o advento da crise financeira internacional e a desaceleração da economia mundial, tais países tiveram seus déficits fiscais aumentados. De um lado, em decorrência da queda da arrecadação de impostos e tributos, de outro, em função da elevação das despesas primárias (a exemplo da elevação dos custos de rolagem das dívidas em função da elevação do grau de risco e, conseqüentemente, das taxas de juros), com incrementos adicionais no endividamento desses países (MOREIRA, 2010).

A crise econômica internacional tende a se deslocar para os países periféricos, transformando alguns deles no seu novo epicentro. Todavia, o deslocamento de epicentro da crise não significa a sua superação no espaço socioeconômico do qual se

---

<sup>46</sup> A elevação da dívida pública somente foi possível porque os Estados Unidos, como país emissor da moeda de conta internacional, gerou uma inflação em torno da moeda, desvalorizando-a, o que levou a uma transferência de renda do mundo para os Estados Unidos (ou erodização da dívida externa real dos Estados Unidos para com o resto do Mundo).

<sup>47</sup> Em Economia, chama-se “imposto inflacionário” o processo pelo qual o governo emite mais moeda, transferindo parte do poder de compra dos detentores de moeda para o emissor de moeda (o Estado). Como o mundo todo possui reservas significativas de Dólar, a desvalorização deste, por meio de maior emissão, transferiu parte do poder de compra do mundo inteiro para o governo dos Estados Unidos.

<sup>48</sup> Expressão que remete à palavra porco em inglês (pig), mas que denota o grupo de países formado por Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha.

deslocou.

Quanto à sua natureza e ao setor de atividade econômica que se manifesta, essa crise foi se metamorfoseando, passando de uma crise econômica do setor imobiliário, para uma crise financeira envolvendo as instituições bancárias e financeiras, nos Estados Unidos e, marginalmente, na Europa. Posteriormente, transformou-se em uma crise em torno do financiamento dos déficits estatais na Europa e, mais recentemente, na crise das estruturas produtiva e financeira de âmbito mais global. Também aqui não se fez presente a superação da natureza e dos setores de atividade econômica que se manifestou, mas um processo de metamorfose no qual as novas manifestações integram as formas precedentes e as ampliam.

### 3.2 A Gênese da Crise na União Europeia

Diversos analistas econômicos apontam as ‘práticas de irresponsabilidade fiscal’ dos governos europeus como desencadeadoras da crise econômica europeia, isto é, esses governos gastaram mais do que podiam, ou do que a política fiscal permitia. Consideram que esses países expandiram o seu endividamento, sobretudo nos anos 2000, deixando de cumprir os compromissos assumidos no Tratado de Maastricht<sup>49</sup>. Afirmam que desse processo decorreu desajustes macroeconômicos na maioria dessas economias, potencializados pela crise financeira internacional (MOREIRA, 2010; ARANGO, 2012). Essas análises são demasiadamente simplistas e ocultam determinantes estruturais que estão na raiz das crises do sistema capitalista, conforme assinalado no início deste texto, bem como de determinantes específicas da atual crise econômica internacional e da transformação da União Europeia no seu atual epicentro.

---

<sup>49</sup> O Tratado de Maastricht (1992) definiu os passos finais para a integração monetária e econômica e para a cooperação política entre os países que assinaram uma espécie de constituição da Comunidade Europeia (CE), em 1992, que sucedeu a Comunidade Econômica Europeia (CEE), criada em 1957. Essa Comunidade adotou o princípio da “subsidiariedade”, segundo o qual a mesma age apenas quando for estritamente necessário. Foi criado o Instituto Monetário Europeu (1994) – posteriormente transformado no Banco Central Europeu (1998) –, administrado pelos presidentes (ou governadores) dos bancos centrais de cada país-membro. Por fim, a moeda única seria criada a partir do estabelecimento da chamada “convergência econômica”, que previa: em termos de déficit público, que o mesmo não deveria ultrapassar a 3% do PIB; de dívida pública, que não deveria ultrapassar a 60% do PIB; de taxa de inflação, que não deveria ser superior a 1,5% acima da taxa de três países com inflação mais baixa; de taxa de juros incidentes sobre a dívida pública (a longo prazo), que não deveria ultrapassar a 2% das taxas vigentes nos três países com inflação mais baixa; de taxa de câmbio, que teria de se manter dentro dos limites estabelecidos pelo Sistema Monetário Europeu (SME), coibindo apreciação ou depreciação cambial significativa. A “convergência econômica”, refletindo as tradições de austeridade do *Bundesbank* (Banco Central Alemão), determinou modificações nas políticas econômicas dos países membros e/ou que pleiteassem a adesão à Comunidade Europeia.

Na perspectiva de identificar determinantes específicos da manifestação da crise internacional na União Europeia, deve-se assinalar que a criação desse bloco econômico estabeleceu profundas restrições quanto à condução de políticas econômicas por parte dos governos dos países que integram esse bloco, praticamente restringindo-as às políticas fiscais<sup>50</sup>. No que tange à “Zona do Euro”, a criação do Euro como moeda única dessa “Zona” artificializou as condições econômicas dos países que a integram, posto que possuem, entre outras diferenças, estruturas produtivas e produtividades de diferentes magnitudes, gastos públicos sociais e previdenciários profundamente assimétricos e mercados internos quantitativa e qualitativamente diferenciados. Os desequilíbrios, em especial os déficits comerciais e fiscais, eram empurrados para frente mediante crescente endividamento junto aos bancos alemães.

A crise econômica na União Europeia, sobretudo na “Zona do Euro” à exceção da Alemanha, teve como seu gatilho a “Crise do *Subprime*” nos Estados Unidos, em 2007/08. Isto porque, conforme anteriormente exposto neste texto, bancos e demais instituições financeiras europeias estavam envolvidos com a compra dos papéis gerados pela bolha especulativa imobiliário-financeira norte-americana. Com a desvalorização destes papéis e das ações de bancos e demais instituições financeiras norte-americanas que os emitiam e/ou possuíam, teve curso um processo de “contaminação sistêmica” junto aos bancos e demais instituições financeiras europeias que os adquiriram.

Neste contexto, os governos dos Estados Unidos e dos Estados que integravam a União Europeia, em especial aqueles que integravam a “Zona do Euro”, passaram a injetar recursos públicos nas instituições bancárias e financeiras que realizavam operações especulativas imobiliário-financeiras com esses papéis, tendo em vista evitar uma quebra de instituições bancário-financeiras. Também passaram a injetar recursos públicos nos grandes conglomerados empresariais envolvidos com essas operações, ou que foram afetados por essas operações. O objetivo era evitar uma crise

---

<sup>50</sup> Comumente são destacados, no contexto de uma união monetária, três benefícios aos países que a integram: incremento do comércio internacional, integração dos mercados financeiros com uma taxa real de juros mais baixa e preservação de um banco central com credibilidade. Também são destacados, em termos de políticas econômicas de cada país, três ônus: eliminação da política monetária (manipulação da taxa de juros) da política econômica, eliminação também da taxa de câmbio como instrumento de política econômica e redução da política econômica à política fiscal. Desde o Tratado de Maastricht, a orientação de “convergência econômica” determinou que as diversas políticas macroeconômicas adotadas pelos países fossem elaboradas a partir do controle da moeda e da taxa de câmbio do país. A criação da moeda única, por sua vez, impediu, por exemplo, que um país isolado passasse a tomar medidas como desvalorização cambial para corrigir desequilíbrios nas transações correntes, ou cobrisse impostos inflacionários de acordo com as suas necessidades.

financeira e produtivo-industrial de caráter global<sup>51</sup>.

A União Europeia, em especial a “Zona do Euro”, não passou a conviver com uma “crise de liquidez”, mas com uma “crise de solvência”. Isto porque os bancos europeus concorreram para maquiagem a crise fiscal e os níveis de endividamento dos países, o que contaminou (ou mesmo converteu) os capitais sem risco em capital de risco.

A “crise dos *suprime*” está atuando ainda hoje na crise da “Zona do Euro” na medida em que permanece um quadro em que a economia real, produtiva, está desacelerada. Mas, também porque se mantém subordinada à economia financeira (virtual) – isto é, o que deveria ser meio, o capital-dinheiro, torna-se fim; e o que deveria ser fim, a atividade produtiva, torna-se meio.

O sistema bancário-financeiro não tem como continuar financiando a dívida pública dos Estados/governos<sup>52</sup>. Os governos, por sua vez, embora possam emitir novos títulos da dívida pública para atenuar/salvar bancos e demais instituições financeiras, ou para estimular a retomada/expansão da “economia real”, sobretudo do setor produtivo, convive com limites nesta direção, posto que a expansão da dívida pública carrega a elevação da relação dívida/PIB<sup>53</sup>, conforme demonstra a Tabela 1.

Pode-se reconhecer a crise econômica internacional como um processo de crise que possui uma raiz comum – o processo de desregulamentação, liberalização e privatização econômica internacional, aprofundando assimetrias econômicas nacionais, especulação financeira, etc. –, com dinâmicas de crises continentais, regionais e nacionais próprias. Isto é, um processo de crise para o qual concorrem processos gerais e particulares.

### 3.3 A Evolução da Relação Dívida/PIB na Europa

O Tratado de Maastricht havia estabelecido que os países que integravam a União Europeia podiam estender o endividamento público em até 60% do PIB. Todavia, esta orientação prevista no Tratado não foi cumprida, conforme demonstrado na Tabela

---

<sup>51</sup> Pode-se verificar, por meio da Tabela 1, que teve curso um processo acelerado de elevação da relação dívida pública/PIB na maioria dos países que compõem a União Europeia, a partir de 2008.

<sup>52</sup> A dívida da União Europeia (bloco/país), que totaliza 27 países, no segundo semestre de 2011, chegou a 82,2% do PIB (somente os países que compõem a “Zona do Euro”, chegou a 87,4% do PIB); e nos EUA, chegou a 100,0%.

<sup>53</sup> Não há um limite fixo para o grau da relação dívida/PIB, posto que varia segundo estruturas e conjunturas políticas e econômicas dos países. Mas, convencionou-se estabelecer que esta relação deve estar estabilizada ou declinante.

1.

Atualmente, dos 27 países que integram a União Europeia, apenas 13 países (ou 48%) cumpriram esta orientação prevista no Tratado de Maastricht. Destes 13 países, apenas 4 integram a “Zona do Euro”, que é formada por 17 países, ou seja, apenas 23% dos países que integram essa “Zona” (Tabela 1).

**Tabela 1 – Relação Dívida Pública/PIB na União Europeia – 2006 - 2010**

País	Moeda	2006	2007	2008	2009	2010*	2011*
Bélgica	Euro	88	84	89,6	96,2	98,8	98,5
Bulgária	BGN	21,6	17,2	13,7	14,7	15,9	15
Rep. Checa	CZK	29,4	29	30	35,3	39,3	39,8
Dinamarca	DKK	32,1	27,4	34,2	41,4	44,5	49,3
Alemanha	Euro	67,6	64,9	66,3	73,4	75,7	81,8
Estônia	Euro	4,4	3,7	4,6	7,2	6,8	6,1
Irlanda	Euro	24,8	25	44,3	65,5	88,4	104,9
Grécia	Euro	106,1	105	110,3	126,8	138,8	159,1
Espanha	Euro	39,6	36,1	39,8	53,2	58,7	66
França	Euro	63,7	63,8	67,5	78,1	82	85,2
Itália	Euro	106,6	103,6	106,3	116	119,1	119,6
Chipre	Euro	64,6	58,3	48,3	58	59,9	67,5
Letônia	LVL	10,7	9	19,7	36,7	43,2	44,6
Lituânia	LTL	18	16,9	15,6	29,5	36,8	37,6
Luxemburgo	Euro	6,7	6,7	13,6	14,5	19,9	18,5
Hungria	HUF	65,7	66,1	72,3	78,4	82,4	82,6
Malta	Euro	63,4	61,7	63,1	68,6	70,4	70,3
Holanda	Euro	47,4	45,3	58,2	60,8	63,1	64,5
Áustria	Euro	62,1	59,3	62,5	67,5	71,9	71,6
Polônia	PLN	47,7	45	47,1	20,9	55,4	56,3
Portugal	Euro	63,9	62,7	65,3	76,1	91,2	110,1
România	RON	12,4	12,6	13,4	23,9	28,8	33,3
Eslovênia	Euro	26,7	23,4	22,5	35,4	38,3	44,4
Eslováquia	Euro	30,5	29,6	27,8	35,4	38,2	42,2
Finlândia	Euro	39,7	35,2	34,1	43,8	47	47,2
Suíça	SEK	45	40	38,2	41,9	38,6	37
Reino Unido	GBP	43,4	44,5	52,1	68,2	78,3	85,2
EU		42,9	43,6	55,9	71,3		

Fonte: Elaboração própria com dados da Eurostat, 2012.

O não cumprimento dessa orientação do Tratado de Maastricht foi mais danosa para os países de economias ‘menores’ que se encontravam no âmbito da “Zona do

Euro”, posto que estavam submetidos à rigidez cambial na forma do valor do Euro. As economias ‘menores’, com produtividade menores e com limitações para produzir em escala, não podiam recorrer à desvalorização cambial para aumentar exportações e restringir importações, de modo a reduzir a dívida pública por esse caminho. Estes países viram suas estruturas produtivas serem desagregadas, desnacionalizadas e privatizadas, em favor das estruturas produtivas da França e da Alemanha. Isto porque a França e, sobretudo, a Alemanha, como possuíam elevada produtividade – assegurada por meio de ciência e de tecnologia avançada endogeneizada na estrutura produtiva – e economia de escala – produção em massa assegurada pelo binômio produtividade/competitividade –, não estavam fortemente afetados negativamente pela rigidez cambial, nem internamente à “Zona do Euro”, nem em relação ao mercado internacional.

A Alemanha, no que tange especificamente às condições de competitividade na “Zona do Euro”, desenvolveu uma estratégia visando aprofundar a sua elevada competitividade – já muito alta em decorrência da endogeneização de tecnologia de fronteira nas estruturas produtivas e de serviços –, restringindo a alta do custo unitário da mão de obra – em contraste, por exemplo, aos países que compõe as economias atualmente mais vulneráveis (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha), nos quais o crescimento real do salário ultrapassou os pequenos ganhos de produtividade, mas também em relação à própria França, cujos ganhos de produtividade foram menores (MOREIRA, 2010). Em consequência, teve curso um processo de depreciação real do custo relativo no setor produtivo da Alemanha, sob um sistema (União Monetária) que impedia o uso da taxa cambial, pela via da sua desvalorização, como instrumento para a elevação de competitividade<sup>54</sup>.

Deve-se salientar que as maiores economias da União Europeia também descumpriram as orientações estabelecidas pelo Tratado de Maastricht quanto ao teto da relação dívida pública/PIB. A França e o Reino Unido alcançaram 85,2%, e a Alemanha 81,8%, conforme demonstrado na Tabela 1. Todavia, este endividamento apresentou efeitos diferentes sobre suas economias, posto que o suposto menor ‘risco’ destas grandes economias em ‘pagar suas dívidas’ não elevava os índices de riscos calculados pelas agências de *rating*, o que lhes permitia manter o pagamento de juros menores. As

---

<sup>54</sup> Evidentemente, a estratégia adotada pela Alemanha visou aprofundar a sua elevada competitividade, tanto na “Zona do Euro” como em termos mundiais, o que permitiu, por exemplo, que se transformasse em um dos principais fornecedores de máquinas e equipamentos de elevada agregação de tecnologia para o crescimento industrial e a modernização urbana e infraestrutural da China.

economias menores, com menor produtividade e limitações de produção em escala, apresentavam ‘riscos’ maiores calculados pelas referidas agências, o que redundava em pagamento de juros maiores, com incidência direta sobre o próprio endividamento (IMF, 2011).

Enfim, na União Europeia as economias menores convivem com processos como desindustrialização e especialização produtiva, sobretudo aquelas que se encontram na “Zona do Euro”. As economias maiores, por sua vez, com destaque para a alemã, convivem com conglomeração industrial e financeira, com ganhos de produtividade acima do crescimento real do salário e, conseqüentemente, com consolidação da hegemonia econômica na União Europeia<sup>55</sup>.

Sob a atual crise também está em curso uma guerra econômica, produtiva e financeira, cujo itinerário é a imposição do eixo franco-alemão, sob hegemonia alemã, sobre uma periferia dependente no âmbito da União Europeia, sobretudo na “Zona do Euro” – um processo de afirmação do “império alemão” por meio da imposição de uma área econômica unificada, sob preceitos liberais conduzidos através de políticas econômicas ortodoxas orientadas pelo Banco Central Europeu (sob hegemonia alemã), cujo itinerário tende a reduzir países como Portugal, Irlanda e Grécia à condição de países integrantes de uma área semicolonial de caráter neomercantil. Não se pode surpreender com a perspectiva de ‘aprofundamento’ da “Zona do Euro” por meio da agregação da união fiscal à união monetária, o que significará a implosão da contradição entre união monetária e soberania fiscal, assegurada pela soberania política dos Estados-membros, de um lado, e a submissão absoluta desses Estados à hegemonia alemã, de outro.

### **3.4 A Política da Alemanha e do Banco Central Europeu Para Enfrentar a Crise e a Resistência Social Crescente**

A política da Alemanha e do Banco Central Europeu (BCE) <sup>56</sup> para enfrentar a crise econômica na União Europeia e, de modo particular, na “Zona do Euro”, consiste na aplicação de um receituário de ajuste fiscal, dentro das tradições de austeridade do

---

<sup>55</sup> Segundo os liberais, em um mercado livre, quando dois países produzem uma mesma mercadoria, o país que produzi-la com maior qualidade e menores custos irá prevalecer. Segundo esta perspectiva, espera-se que o outro desloque seus recursos (terra, capital e trabalho) para a produção de outra mercadoria, tendo em vista explorar as suas vantagens comparativas potenciais e/ou reais. Assim, haverá um processo de especialização produtiva dos dois países.

<sup>56</sup> O BCE é uma instituição efetivamente controlada por economistas e técnicos alemães. Um reflexo da hegemonia financeira e produtiva que a Alemanha exerce na União Europeia.

*Bundesbank*, portanto, de caráter ortodoxo. Esse receituário reúne iniciativas como corte de salários dos trabalhadores dos setores público e privado (ou forte redução real do salário em face dos níveis de produtividade), demissão de trabalhadores do serviço público, corte e/ou restrição de direitos trabalhistas, corte nas aposentadorias e prolongamento da idade mínima para aposentar e desmonte dos serviços públicos que caracterizam as reminiscências do Estado do Bem-Estar Social (como os serviços de saúde e de educação) e privatização de empresas estatais. Também compõe o receituário de ajuste fiscal a elevação da carga de impostos e tributos, mas sob a preservação da profunda assimetria entre as classes sociais no que tange ao pagamento de impostos, posto que os mais ricos pagam menos impostos proporcionalmente à sua renda<sup>57</sup>.

O pacote de “ajuda econômica” aos países em crise, que pressupõe a aplicação do referido receituário, não injeta recursos de fato na economia, apenas assegura o pagamento dos credores e a saída dos investidores internacionais possuidores de títulos da dívida pública: o pacote de “ajuda econômica” consiste em um verdadeiro “Cavalo de Tróia”. Neste contexto, a tendência é a de acentuar a queda da taxa de crescimento nos países da União Europeia.

A aplicação deste receituário tende a estimular a retomada das lutas e mobilizações sindicais e sociais, posto que gera uma profunda depreciação das condições materiais de existência de segmentos sociais médios e, sobretudo, dos trabalhadores. Tende também a conduzir a uma reorientação político-ideológica, com a conformação de governos de centro-esquerda, ou mesmo centro-direita nacionalista, reativos ao supracitado receituário.

Este é o contexto que redundou na reunião dos líderes dos governos europeus em Bruxelas, em junho de 2012, quando foi aprovado um “programa de socorro” financeiro para a Grécia<sup>58</sup> de €\$ 159 bilhões – portanto, superior ao programa de socorro concebido em 2010, que era da ordem de €\$ 110 bilhões –, bem como foi prorrogado

---

<sup>57</sup> O programa de socorro à Grécia, concebido em 2010, é elucidativo quanto à política da Alemanha e do BCE para enfrentar as crises econômicas na União Europeia, sobretudo na “Zona do Euro”. Ele previa um pacote de €\$ 110 bilhões (equivalentes a pouco mais de um terço da dívida da Grécia), dentre os quais €\$ 30 bilhões viriam do FMI e o restante da própria “Zona do Euro”. Em contrapartida, a Grécia teria que conduzir, num período de três anos, uma consolidação fiscal de 11% do PIB, um déficit público de apenas 3% do PIB (abaixo dos 13,6% de 2009), um corte nos gastos governamentais (salários, pensões etc.) que gerasse uma economia de 5,25% do PIB e um conjunto de medidas tributárias que redundasse em um montante de 4% do PIB. O programa de socorro, que terminou sendo abandonado logo em seguida, não impediria que a dívida pública alcançasse um pico de 150% do PIB, em alguma altura do período da sua aplicação.

<sup>58</sup> As projeções de desempenho da economia grega para 2012, realizada pelo FMI no final do ano de 2011, são desastrosas: PIB entre -3,7% e -6,0%; inflação 2,4%; Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) - 8,8%; desemprego 20,1%; relação dívida pública/PIB 164%; e déficit público/PIB 9,0% (IMF, 2012).

empréstimos com redução das taxas de juros para Portugal, Irlanda e Grécia<sup>59</sup>. Nesta reunião, também foi aprovada a liberação de acesso a estes países ao Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF)<sup>60</sup> de €\$ 440 bilhões. Posteriormente, ocorreu um retrocesso, posto que, por um lado, as imposições dos credores não foram aceitas pelos Estados/governos, pressionados pela pressão popular e, de outro, a desvalorização dos títulos públicos e a fuga de capitais e riquezas monetarizadas das economias em crise reduziam a capacidade dessas economias de refinar suas dívidas e de reativar suas economias.

Um confronto inevitável está em curso e tende a se aprofundar: o capital bancário-financeiro, apoiado por grandes grupos econômicos nacionais e pela classe média alta (tecnocratas, burguesia gerencial etc.), busca assegurar seus ganhos, e procura garantir governos que realizem seus objetivos; e a classe trabalhadora, a classe média baixa e mesmo determinados segmentos empresariais, querem assegurar a reestruturação dos processos sociais e econômicos de modo que preservem as conquistas sociais e econômicas alcançadas, e procuram viabilizar governos e organizações da sociedade civil que façam frente ao receituário de ajuste fiscal<sup>61</sup>.

### **3.5 A Tendência de Mundialização da Crise Financeira e Produtiva**

A crise econômica internacional deve se agravar em decorrência do aprofundamento da crise econômica na União Europeia, em especial na “Zona do Euro”. Isto porque, para salvar bancos e empresas, os governos dos Estados Unidos e da União Europeia injetaram montantes formidáveis de recursos nos seus próprios países. Em seguida, reduziram fortemente a taxa de juros para estimular o consumo interno. A combinação de elevada liquidez interna e de taxa de juros baixas (quando não negativas), converteu grande parte destes capitais em capitais especulativos internacionais à procura de países que apresentam crescimento econômico e/ou taxa de juros elevadas, a exemplo do Brasil.

O comportamento econômico desses capitais, ao concorrer para a ampliação das

---

<sup>59</sup> A reunião de líderes da União Europeia ocorreu em Bruxelas, no dia 27 de junho de 2012.

<sup>60</sup> O Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) foi criado em 9 de maio de 2010 com recursos da ordem de €\$ 750 bilhões.

<sup>61</sup> No âmbito das forças sociais e políticas que reagem às consequências acarretadas pelo padrão flexível-neoliberal de reprodução do capital, sobretudo do núcleo central desse padrão, que é representado pela financeirização e pelo privatismo, tem curso uma disputa em torno da reconfiguração social, política e econômica da sociedade atual. De certo modo, parece que o binômio ‘reforma’ ou ‘revolução’ retomou atualidade histórica.

reservas cambiais de países como o Brasil, mediante deslocamento de capitais financeiros e especulativos, concorre para a apreciação cambial dos países que os “acolhem”. Esta apreciação, por sua vez, ao provocar o aprofundamento das assimetrias entre países centrais e periféricos, incide sobre as exportações e importações<sup>62</sup>. Isto é, esses países, como não conseguem estimular amplamente a demanda interna, procuram compensar a reduzida realização dessa demanda via exportações.

**Tabela 2 – Taxas de Crescimento da Relação Dívida Pública/PIB (a.a.) na U. E.**

		2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011
<b>Bélgica</b>	Euro	-4,4%	6,4%	7,4%	2,7%	-0,3%
<b>Bulgária</b>	BGN	-20,4%	-20,3%	7,3%	8,2%	-5,7%
<b>Rep. Checa</b>	CZK	-1,4%	3,4%	17,7%	11,3%	1,3%
<b>Dinamarca</b>	DKK	-14,6%	24,8%	21,1%	7,5%	10,8%
<b>Alemanha</b>	Euro	-4,0%	2,2%	10,7%	3,1%	8,1%
<b>Estônia</b>	Euro	-15,9%	24,3%	56,5%	-5,6%	-10,3%
<b>Irlanda</b>	Euro	0,8%	77,2%	47,9%	35,0%	18,7%
<b>Grécia</b>	Euro	-1,0%	5,0%	15,0%	9,5%	14,6%
<b>Espanha</b>	Euro	-8,8%	10,2%	33,7%	10,3%	12,4%
<b>França</b>	Euro	0,2%	5,8%	15,7%	5,0%	3,9%
<b>Itália</b>	Euro	-2,8%	2,6%	9,1%	2,7%	0,4%
<b>Chipre</b>	Euro	-9,8%	-17,2%	20,1%	3,3%	12,7%
<b>Letônia</b>	LVL	-15,9%	118,9%	86,3%	17,7%	3,2%
<b>Lituânia</b>	LTL	-6,1%	-7,7%	89,1%	24,7%	2,2%
<b>Luxemburgo</b>	Euro	0,0%	103,0%	6,6%	37,2%	-7,0%
<b>Hungria</b>	HUF	0,6%	9,4%	8,4%	5,1%	0,2%
<b>Malta</b>	Euro	-2,7%	2,3%	8,7%	2,6%	-0,1%
<b>Holanda</b>	Euro	-4,4%	28,5%	4,5%	3,8%	2,2%
<b>Áustria</b>	Euro	-4,5%	5,4%	8,0%	6,5%	-0,4%
<b>Polônia</b>	PLN	-5,7%	4,7%	-55,6%	165,1%	1,6%
<b>Portugal</b>	Euro	-1,9%	4,1%	16,5%	19,8%	20,7%
<b>România</b>	RON	1,6%	6,3%	78,4%	20,5%	15,6%
<b>Eslovênia</b>	Euro	-12,4%	-3,8%	57,3%	8,2%	15,9%
<b>Eslováquia</b>	Euro	-3,0%	-6,1%	27,3%	7,9%	10,5%
<b>Finlândia</b>	Euro	-11,3%	-3,1%	28,4%	7,3%	0,4%
<b>Suíça</b>	SEK	-11,1%	-4,5%	9,7%	-7,9%	-4,1%
<b>R. Unido</b>	GBP	2,5%	17,1%	30,9%	14,8%	8,8%
<b>EU</b>		1,6%	28,2%	27,5%		

Fonte: Elaboração a partir de dados da Eurostat, 2012.

<sup>62</sup> Por parte dos países de desenvolvimento capitalista central ocorre maior facilidade para exportar e menor facilidade para importar, e o contrário aos países de desenvolvimento capitalista periférico.

Todavia, as medidas supracitadas e suas consequências cambiais (ou guerra cambial, para muitos) tenderão a ser pouco significativas, tendo em vista a superação da crise por parte desses países centrais, posto que estão sendo conduzidas sob políticas econômicas mais amplas de caráter pró-cíclicas, a exemplo das políticas de austeridade fiscal da Alemanha, do Banco Central Europeu (BCE) e do FMI. Assim, não são conduzidos investimentos e gastos públicos dentro de uma política econômica anticíclica que reativasse o crescimento econômico.

Na Europa, especificamente a política de austeridade fiscal da Alemanha, do Banco Central Europeu (BCE) e do FMI, ao mesmo tempo em que não concorre para a retomada do crescimento econômico em termos de curto prazo, tende a conduzir a uma resistência social e política de amplos setores sociais aos governos e partidos políticos que conduzem estas políticas e/ou estão identificados com elas. Esboça-se uma tendência de derrota política nos processos eleitorais das forças políticas e sociais identificadas com a política de austeridade fiscal.

Considerando as consequências da crise econômica internacional em termos de conjunturas que se sucedem (portanto, em termos de período histórico), pode-se identificar algumas tendências que se farão presentes em termos mundiais. Em primeiro lugar, tem curso um processo de progressiva estagnação econômica internacional que pode se estender por uma década ou mais. Em segundo lugar, tem curso um processo de redução real de salário em termos mundiais, mas que deverá ser mais severo nos países de desenvolvimento capitalista periférico em geral, com intensidade ainda maior naqueles países que não possuem uma indústria de transformação diversificada e um mercado consumidor (efetivo e/ou potencial) amplo. Em terceiro lugar, está em andamento um processo de intensificação/precarização das condições de funcionamento de instituições e espaços que ofertam serviços sociais (universidades, escolas, hospitais, asilos etc.) públicos, sob discursos que recorrem a noções como de racionalização, de elevação de produtividade e de democratização de acesso a esses serviços, tendo em vista legitimar tal processo. Em quarto lugar, está em andamento um processo de aprofundamento do domínio dos países de desenvolvimento capitalista central em relação aos países de desenvolvimento capitalista periférico, com dinâmicas sociais, políticas e econômicas que induzem à reprimarização e à desnacionalização da economia, bem como à imposição de relações coloniais e neocoloniais de caráter neomercantil. Em quinto lugar, tem curso um processo de redução dos espaços de participação e de efetiva afirmação de demandas elaboradas pelas organizações da

sociedade civil do mundo do trabalho nas democracias liberais representativas, de subordinação das funções públicas à lógica e dinâmica da financeirização e do privatismo e de afirmação das elites tecnocráticas que se colocam à frente do Estado com vista à preservação dessa lógica e dinâmica por meio de um formalismo político, jurídico e administrativo de caráter elitista e autoritário. E, em sexto lugar, está em consolidação um contexto que tende a impulsionar, massificar e radicalizar as lutas sociais e políticas em termos mundiais.

#### **4 A ATUAÇÃO ANTI-CRISE DO GOVERNO BRASILEIRO**

##### **4.1 Efeitos da Crise Econômica Europeia Sobre a Economia Brasileira**

A atual crise econômica europeia, que manifesta mais intensamente a crise econômica internacional, tende a acarretar desdobramentos em todo o Mundo, posto que a Europa é grande importadora de produtos industrializados do extremo asiático e de *commodities* da América Latina, da África e da Ásia Central. A desaceleração do modelo de desenvolvimento econômico predominante no extremo asiático (*drive* exportador apoiado nas áreas de concentração industrial voltadas para a exportação), em decorrência da redução de importações de produtos industrializados por parte dos Estados Unidos e da Europa, também repercutirá sobre as economias dependentes de exportação de *commodities*. Portanto, a tendência de aprofundamento dessa crise acarretará desdobramentos sobre a economia internacional como um todo, em especial sobre economias dependentes de exportação de *commodities* e de mercado interno restrito<sup>63</sup>.

A adoção de políticas monetárias e fiscais ortodoxas por parte da União Europeia, sobretudo na “Zona do Euro”, em reação à crise econômica em curso no continente europeu, também tende a agravar a manifestação da crise em economias como a brasileira. Isto porque os países da União Europeia, de um modo geral, e aqueles que integram a “Zona do Euro”, de modo particular, encontram limitações (União

---

<sup>63</sup> No Brasil, as *commodities* representaram 35% das exportações em 2011. As exportações distribuíram-se da seguinte forma entre os cinco maiores países de destino: China, 54,7%; EUA, 17,3%; Argentina, 10,1%; Holanda, 8,9%; Japão, 5,3% (MDIC, 2012). Embora o país também seja um grande exportador de manufaturados e semimanufaturados intensivos no uso de recursos naturais, o aprofundamento da crise econômica na União Europeia comprometerá diretamente exportações de *commodities* para esta união econômica e política, mas também indiretamente em função de consequências acarretadas nas economias do Leste Asiático, sobretudo na China, que tem na União Europeia um grande mercado de exportação de bens industrializados.

Europeia) ou estão mesmo impedidos (“Zona do Euro”) de conduzir desvalorização das suas moedas, com vista numa defesa das suas economias por meio de um processo de depreciação cambial, o que estreita as condições materiais para a superação da crise econômica no continente europeu, com a conseqüente retomada de importações em larga escala de *commodities*. Por outro lado, a União Europeia pode desvalorizar o Euro em relação às demais moedas, estabelecendo uma defesa cambial em favor das economias dominantes da União Europeia/“Zona do Euro”, sobretudo da economia alemã.

Países como o Brasil tendem a ser afetados em conseqüência de medidas dessa natureza, reduzindo exportações e, sobretudo, aumentando importações de produtos oriundos dos setores de atividade econômica que integram a indústria de transformação, com destaque para os setores que fazem uso intensivo de tecnologia e de capitais.

Desse processo podem decorrer outros, como a desindustrialização de setores de atividade econômica que fazem uso intensivo de tecnologia e de capital, a redução do coeficiente de nacionalidade dos produtos produzidos no país (via importação e incorporação de peças, partes e componentes na produção dos mesmos) e a reprimarização das exportações (via ampliação de exportação de produtos primários e de produtos semimanufaturados e manufaturados intensivos na utilização de recursos naturais).

No Brasil, aos efeitos econômicos e sociais negativos que podem decorrer do processo de depreciação do Euro (e do Dólar), que tende a provocar uma apreciação relativa do Real, também podem se somar um processo de apreciação absoluta do Real em relação ao Dólar e ao Euro, em decorrência do gigantismo das reservas cambiais acumuladas pelo país por meio das exportações, como conseqüência da valorização das *commodities* primárias e do aumento do volume de exportação das mesmas, sobretudo entre 2004 e 2008. O processo de manutenção de taxas de juros elevadas no país também concorre para agravar o problema, posto que, ao atrair capital especulativo, também tende a provocar a apreciação cambial por conta da elevação das reservas cambiais por essa via – efeito acarretado pelas reservas cambiais sobre a valorização do Real em relação ao Dólar e ao Euro.

Diversos economistas liberais ‘não intervencionistas’ (PIO, 2011) atenuam os efeitos negativos reais que a apreciação cambial acarreta sobre a economia brasileira em termos de perda de competitividade externa, destacando outros elementos que podem ser reunidos no que chamam “custo Brasil”: carga tributária elevada; energia cara;

infraestrutura de transportes ruim, pouco desenvolvida e não integrada; excesso de burocracia para conduzir exportações; taxa de juros elevadas, etc. Economistas liberais ‘intervencionistas’ (SICSÚ, 2012), por sua vez, acentuam a necessidade da pronta atuação do Estado para reverter a apreciação cambial e reduzir a elevada taxa de juros, tendo em vista, respectivamente, conter a inflação pelo lado cambial (inflação cambial) e assegurar a rolagem da dívida pública e a manutenção de investimentos internos no país.

Economistas liberais ‘não intervencionistas’ e ‘intervencionistas’, frequentemente, não incorporam nas suas análises as limitações que o modelo econômico exportador e o padrão de financiamento subordinado-integrado, resultado do processo de integração das estruturas sociais, políticas e econômicas do país ao padrão flexível-neoliberal de reprodução do capital, acarretaram na economia brasileira, sobretudo em termos de vulnerabilidade externa nos contextos marcados por crises econômicas internacionais.

#### **4.2 A Atuação do Governo Brasileiro em Face da Crise Econômica Internacional**

A atual política econômica anticíclica do Governo Federal evidencia um modo de pensar e um conjunto de iniciativas de atenuação dos efeitos da crise econômica internacional, ou mesmo da sua superação, pela via da retomada de elementos da teoria econômica keynesiana.

Essa política econômica tem como eixo, de um lado, o aumento dos gastos sociais por parte do Estado, numa linha de socialização dos custos de reprodução social, fortalecendo demanda e gerando renda e emprego. Soma-se a isso a perspectiva de efeitos positivos sobre as condições de saúde e de formação da classe trabalhadora. De outro, o aumento dos investimentos públicos em infraestrutura, também com a perspectiva de gerar renda e emprego e fortalecer a demanda, com efeitos positivos sobre os custos e eficiência da estrutura produtiva em geral e da competitividade comercial externa.

Essa perspectiva representa uma contraposição, em certa medida, às políticas econômicas pró-cíclicas, de caráter neoliberal e monetarista, marcadas pela redução severa dos gastos públicos, seja por meio da contenção da dimensão social do setor público, com diminuição dos gastos públicos com previdência, educação, saúde e reforma agrária, seja pela redução dos investimentos públicos em infraestrutura

econômica e social.

Deve-se considerar inicialmente que o país possui uma estrutura produtiva industrial ampla, que ainda preserva uma indústria de transformação razoavelmente diversificada setorialmente, e um mercado interno real expressivo, mas potencialmente grande quando se considera os grupos sociais dele excluídos, ao qual se soma o mercado regional representado pela América do Sul. Soma-se a esta realidade o fato de o país ter se articulado como fornecedor de matérias primas para a China, e ter integrado amplos setores sociais no mercado de consumo por meio de políticas e programas de combate à extrema pobreza (a exemplo dos Programas Bolsa Família, Minha Casa, Minha Vida e Brasil Carinhoso) e de não ter sido atingido diretamente pela crise financeira internacional decorrente dos derivativos, o que proporciona condições materiais mais favoráveis para a condução de política econômica anticíclica.

Economistas como João Sicsú (2012) salientam a importância da adoção de políticas fiscais pelo lado da despesa<sup>64</sup>, em especial investimentos públicos e ampliação de cobertura e valor de programas sociais, sendo estes últimos considerados de efeito imediato sobre a elevação de demanda de bens de consumo corrente (ou bens de consumo não duráveis). Isto porque a desaceleração da economia brasileira tenderá a ser acompanhada de pouca expectativa quanto ao cenário econômico futuro próximo, o que torna as medidas monetárias e creditícias insuficientes para induzir o empresariado a investir e a população a consumir. Nesse cenário de desaceleração econômica acompanhada de depressão de expectativas econômicas num futuro próximo, esses economistas defendem a condução de uma política fiscal por parte do Estado, pelo lado da despesa (ou gastos fiscais), que seja capaz de induzir um processo de retomada da aceleração econômica.

A política macroeconômica do Governo Federal, no contexto da crise econômica internacional, tem se apoiado numa articulação que integra políticas fiscal, cambial e monetária (sobretudo taxa de juros) numa perspectiva do crescimento econômico, isto é, um arranjo entre os três eixos de política macroeconômica com vista a determinados objetivos de curto/médio prazo, cujo norte é dado pela busca do crescimento econômico. No atual contexto econômico internacional, no qual a crise tenderá a se arrastar nos próximos anos, a política econômica brasileira atualmente em curso procura

---

<sup>64</sup> Trata-se de políticas fiscais expansionistas, que tem por objetivo aumentar a produção e, com isso, o emprego e a renda. Podem ser realizadas por meio do aumento dos gastos do governo ou da redução dos impostos.

priorizar o mercado interno, proteger em certa medida a diversificação da estrutura produtiva industrial, investir moderadamente em educação, ciência e tecnologia e assegurar condições mais favoráveis para a condução de exportações (financiamentos, desburocratização etc.).

O Governo Federal priorizou no âmbito da condução da política macroeconômica, no biênio 2009/10, a oferta de crédito (maior oferta e alongamento dos financiamentos). A perspectiva era preservar a demanda agregada. O Governo Federal estabeleceu como prioridade para 2012, ao lado da redução da taxa de juros e da maior oferta de crédito, medidas fiscais. A perspectiva é assegurar crédito externo para as empresas, cuja captação de recursos externos assume grande importância.

A atual política econômica do Governo Federal também procura acentuar a adoção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) como instrumento voltado para reprimir a entrada de capital especulativo no país. A perspectiva é que a elevação do IOF sobre a entrada destes capitais venha a inibir o processo de apreciação cambial, com efeitos como a desindustrialização de setores da indústria de transformação que fazem uso intensivo de tecnologia e de capital, a redução do coeficiente de nacionalidade dos produtos e a restrição do mercado doméstico para os setores produtivos nacionais<sup>65</sup>.

#### 4.2.1 O Processo de Flexibilização da Política Econômica do Governo Federal

A política econômica conduzida por parte do Governo Lula, entre 2003 e 2005, foi basicamente a mesma política econômica conduzida nos últimos anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Ela consistiu basicamente da política de câmbio flutuante, da política de ajuste fiscal permanente (ancorada na meta estabelecida para a conformação de superávit fiscal primário) e do regime de metas de inflação<sup>66</sup>.

Teve curso um processo gradual de flexibilização da política macroeconômica precedente, em especial na forma de acumulação de grandes reservas cambiais, a partir de 2006. Esse processo foi aprofundado a partir da eclosão da “Crise do *Subprime*” nos Estados Unidos, em 2007/08.

---

<sup>65</sup> O Governo Lula estabeleceu a cobrança de 1,5% do IOF nas operações de entrada de capitais especulativos no país em junho de 2008, de 2% em outubro de 2009 e de 6% em setembro de 2010 (TESOURO, 2012).

<sup>66</sup> O regime de metas de inflação estabelece uma política de controle da taxa de inflação entre 2,5% e 6,5% ao ano, tendo como centro da meta de inflação 4,5%.

A política de câmbio flutuante não mais consistiu apenas em acomodar o valor do câmbio com base nos estímulos da dinâmica de mercado, incluindo iniciativas governamentais que contivessem as apreciações cambiais “excessivas”. O Governo Federal efetivamente lançou mão de instrumentos de política econômica para buscar estabelecer limites para baixo (abaixo de R\$ 1,80 por US\$ 1,00) e para cima (acima de R\$ 2,10 por US\$ 1,00), na perspectiva de compatibilizar, respectivamente, competitividade industrial e controle sobre a inflação cambial<sup>67</sup>.

A política fiscal manteve a orientação de ajuste fiscal permanente do governo anterior. Todavia, não totalmente submetida à perspectiva ortodoxa de estabilização da relação dívida pública/PIB e de conformação de superávits fiscais primários pouco menores, incorporando aspectos como investimentos em infraestrutura e aportes de recursos no BNDES por parte do Tesouro para financiar o setor produtivo.

A política de regime de metas de inflação também foi mantida. Entretanto, essa política passou a ter como orientação não mais atingir o centro da meta de inflação em cada ano, mas em um período mais amplo, de modo a declinar da recorrente elevação da taxa de juros em face de repiques inflacionários conjunturais<sup>68</sup>.

A desaceleração da economia brasileira deve se acentuar com a tendência de agravamento da crise econômica na União Europeia, em especial no segundo semestre de 2012 e em 2013, sobretudo na “Zona do Euro” por conta da Grécia. Em que pese a vitória dos partidos liberais conservadores na Grécia, com posicionamentos contrários à saída desse país da “Zona do Euro”, bem como de posicionamentos neste mesmo sentido de diversos governos que também integram essa “Zona”, a Grécia tenderá a conviver com o aprofundamento da instabilidade política e com distúrbios sociais à medida que as políticas de ajuste fiscal estiverem sendo implementadas, o que concorre

---

<sup>67</sup> Como anteriormente assinalado, a valorização do Real tende a tornar as importações mais baratas e as exportações mais caras, desequilibrando a balança comercial. Por isso, o Governo Federal tem buscado manter o Real desvalorizado em relação ao Dólar. No entanto, essa desvalorização tem que ser controlada sob certos limites para que não resulte em aumento da inflação (inflação cambial).

<sup>68</sup> Economistas como João Sicsú (2012) salientam que está em curso um processo de ruptura com uma espécie de ‘regime de juros altos’, que vigora no país, envolvendo, entre outros atores e processos, banqueiros, autoridades monetárias, economistas (e analistas econômicos), políticas macroeconômicas e expectativas da população. Segundo esse economista, esse regime apoia-se em discursos que correlacionam diretamente aspectos como combate à inflação e elevação das taxas de juros, e inadimplência no sistema bancário e elevação das taxas de juros. Deve-se reconhecer que, independentemente da existência ou não da referida ruptura, o Governo Federal tem conseguido preservar a taxa de inflação entre 2,5% e 6,5%, desde 2005 – 2005, 5,69%; 2006, 3,14%; 2007, 4,46%; 2008, 5,90%; 2009, 4,31%; 2010, 5,91%; e 2011, 6,5% – e a taxa básica de juros real – que é a taxa Selic descontada da inflação – também em queda nesse mesmo período – considerando sempre o mês de dezembro de cada ano, a taxa básica de juros real apresentou, em 2005, 12,31%; 2006, 10,23%; 2007, 6,64%; 2008, 7,85%; 2009, 4,44%; 2010, 4,84%; e 2011, 4,50% (BANCO CENTRAL, 2012).

para a instabilidade política e econômica na maior parte dos países da União Europeia. A possibilidade de a Grécia, ou mesmo de outros países, sair desta área de união econômica e política permanecerá em aberto<sup>69</sup>, o que também concorre para o agravamento da crise na Europa e os seus efeitos em termos de desaceleração da economia brasileira.

Este contexto também tende a acentuar a flexibilização da política econômica do Governo Federal. No universo dessas iniciativas de flexibilização, assumem grande importância a política monetária e a política creditícia, com destaque, respectivamente, para a redução da Taxa Selic e para a oferta de crédito ao consumidor.

As políticas monetária e creditícia em curso estão orientadas em três direções. Primeiramente, conduzir um processo de redução da taxa de juros a partir da queda da Taxa Selic, de modo a concorrer para a redução do custo de financiamento e de consumo – seja pelo crédito mais barato, o que incentiva as pessoas a tomá-lo e consumir mais, seja pela diminuição da rentabilidade da poupança, o que desestimula as pessoas a poupar, também concorrendo para a elevação do consumo –, bem como do custo de rolagem da dívida pública. Em segundo lugar, reduzir o custo do crédito e ampliar a sua oferta, com base em um papel estratégico a ser desempenhado pelos bancos públicos, tendo em vista forçar os bancos privados a seguir o mesmo caminho pela via da competição. Em terceiro lugar, desencadear um processo de redução do custo das tarifas bancárias<sup>70</sup>, também a partir de iniciativas dos bancos públicos, com vista a reduzir custos das operações bancárias.<sup>71</sup>

Observe-se que a efetivação das duas últimas direções das políticas monetária e creditícia implementadas pelo Governo Federal demanda o acirramento da competição bancária. Como o sistema bancário nacional apresenta-se altamente concentrado – conformado por 3 bancos privados e 2 bancos públicos, operando como bancos universais (ou múltiplos), isto é, que atuam em diversas áreas da atividade bancária e financeira –, o acirramento de competição somente poderá ocorrer mediante atuação dos

---

<sup>69</sup> O próprio regime político parlamentarista, no qual o governo pode perder maioria parlamentar a qualquer momento, sendo obrigado a convocar novas eleições para a composição de uma nova maioria parlamentar e um novo governo, pode determinar um novo posicionamento governamental na Grécia em relação à sua permanência, ou não, na “Zona do Euro”.

<sup>70</sup> A lógica desse processo é pressionar os bancos privados a fazer o mesmo, tendo em vista forçar esses bancos a ampliar a oferta de crédito e obter lucros nestas operações, mas como defesa da queda da sua lucratividade em decorrência da redução dos ganhos obtidos por meio da cobrança de tarifas bancárias.

<sup>71</sup> O retorno que os bancos brasileiros obtêm a partir do seu patrimônio líquido é da ordem de 27% ao ano. Para tanto, concorrem as tarifas bancárias elevadas e o *spread* bancário também elevado. Nos Estados Unidos, este retorno gira em torno de 4% ao ano (SICSÚ, 2012).

bancos públicos sob orientação governamental, contraposta à atual lógica de atuação do mercado bancário-financeiro<sup>72</sup>.

O Governo Federal tem procurado ampliar o financiamento do investimento de médio e de longo prazo. Atualmente, esse financiamento está fortemente dependente do Estado, sobretudo por meio do BNDES. O Governo Federal almeja induzir os bancos privados a captar recursos na sociedade e participar mais intensamente do financiamento de investimentos de médio e longo prazo, de modo a concorrer para um crescimento econômico estável e sustentável do PIB em torno, ou mesmo acima, de 4% ao ano<sup>73</sup> (TESOURO, 2012).

Enfim, a perspectiva é que a taxa de juros de curto prazo mantenha uma tendência de queda, de modo a retirar as possibilidades de ganho elevado do setor bancário-financeiro por meio da oferta de crédito de curto prazo, compelindo-o a entrar fortemente no financiamento de longo prazo. Conforme o secretário do Tesouro, Arno Augustin (2012):

Aos poucos, então, vai se fazendo com que a estrutura de preços no país, o câmbio e os juros, principalmente, esteja mais adequada ao que se quer. Isso tem que estar considerado na nossa política. Estamos de olho em uma mudança estrutural. Talvez a mais relevante do último período seja a queda dos juros, dos *spreads* bancários. Estamos olhando isso também. Aproveitar este momento [de crise] para sair com uma coisa positiva. Já que há crise, o que é negativo, vamos, pelo menos, sair dela com taxa de juros muito mais adequada do que tínhamos no passado. Por isso que o *mix* fiscal é tão importante.

A política anticíclica em curso demanda a ampliação de investimentos em infraestrutura (econômica e social) e de ampliação da cobertura e valor dos recursos oriundos dos programas sociais. Os investimentos em infraestrutura, mesmo o habitacional, incidem de modo mais demorado na retomada do crescimento econômico, o que tende a moderar os impactos imediatos desses investimentos no que tange à retomada do crescimento econômico e à preservação dos níveis de emprego e de renda.

Este fato tem levado o Governo Federal a optar pela adoção de medidas fiscais que induzam o consumo, em especial de produtos gerados por setores de atividade econômica que estabelecem cadeias produtivas profundas e que convivem com excesso

---

<sup>72</sup> Desde a alteração das normas administrativas da Bolsa de Londres, em 27 de outubro de 1986, e da revogação do *Glass-Steagall Act*, em 1999, teve curso um intenso processo de centralização de capitais bancários e financeiros por meio da conformação de bancos universais (múltiplos) nacionais, com atuação globalizada, bem como da configuração de sistemas bancários nacionais altamente concentrados em poucas instituições.

<sup>73</sup> O crescimento médio do PIB foi de 3,7% entre 2002 e 2011 (TESOURO, 2012).

de produtos estocados, buscando assegurar os níveis atuais de emprego e de renda. Um exemplo dessas medidas fiscais é a redução do Imposto sobre Produtos Industriais (IPI) em favor da indústria automobilística<sup>74</sup>, da indústria de eletrodomésticos e da indústria de materiais de construção civil.

Os efeitos “positivos” dessas medidas fiscais geralmente estão condicionados ao processo de acesso e/ou renovação dos bens de consumo duráveis adquiridos. Como essas medidas foram adotadas, em 2009/10, a reedição das mesmas, em 2012, tende a desencadear efeitos “positivos” moderados em termos de preservação dos níveis de emprego e de renda, posto que grande parte das demandas por bens de consumo duráveis foram assegurados a uma ampla parcela da população das classes de renda C e D naquela oportunidade.

Nesse contexto, a opção pela ampliação da cobertura e valor dos recursos oriundos dos programas sociais tende a assumir maior importância no universo das políticas fiscais encaminhadas pelo Governo Federal, tendo em vista a preservação dos níveis de emprego e de renda no país, numa linha de ampliação das condições materiais voltadas para o crescimento econômico reorientado prioritariamente para o mercado interno, em termos de curto e de médio prazo. O próprio Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) do Governo Federal corresponde, ao mesmo tempo, a uma tentativa de assegurar qualificação básica e estrita de força de trabalho e a uma iniciativa integrada ao universo das políticas fiscais em curso<sup>75</sup>.

#### 4.2.2 O Eixo da Política Macroeconômica para 2012/13 e o Superávit Fiscal Primário

O Governo Federal estabeleceu, por meio da Lei de Diretrizes Orçamentárias

---

<sup>74</sup> A redução do IPI em favor da indústria automobilística, no contexto da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), ou Rio + 20, expressou o quanto as políticas econômicas do Governo Federal são contraditórias em relação à defesa discursiva de um padrão de desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável. De fato, objetivos macroeconômicos, que são de curto prazo, tendem a se sobrepor a objetivos voltados para um padrão de desenvolvimento sustentável, que são de longo prazo.

<sup>75</sup> Pode-se também identificar essa dupla dimensão no Plano Safra da Agricultura Familiar, lançado no dia 4 de julho de 2012, que prevê R\$ 18 bilhões de crédito voltado para agricultura familiar. De um lado, esse plano concorre para ampliar a produção de alimentos, de modo a assegurar o equilíbrio entre a ampliação de consumo proporcionado pela elevação dos níveis de renda e de emprego no espaço urbano e a oferta de alimentos no espaço rural, contornando um possível fator inflacionário oriundo de desequilíbrio entre oferta e demanda de alimentos e de matérias primas, bem como para ampliar a oferta de emprego no campo. De outro, esse plano concorre para aprofundar o processo de consolidação de uma cultura empreendedorista na pequena propriedade rural e, conseqüentemente, a transformação social do pequeno proprietário camponês em pequeno burguês rural.

(LDO) de 2011, o superávit fiscal primário em 3,1% do PIB (R\$ 4,1 trilhões<sup>76</sup>), arrecadando R\$ 117,89 bilhões. Esse montante foi ampliado para R\$ 127 bilhões por meio de cortes no orçamento público federal na ordem de R\$ 10 bilhões. A LDO 2012 manteve o superávit fiscal primário em 3,1% do PIB, estimando totalizar R\$ 139,8 bilhões (TESOURO, 2012).

O Governo Federal também estabeleceu a preservação dos níveis de investimento e a moderação do crescimento dos gastos do governo em 2012. A previsão da receita administrativa da Receita Federal é de R\$ 700 bilhões. Esses estabelecimento e previsão tinham como base uma perspectiva de crescimento econômico em torno de 4,5% do PIB. No mês de agosto, o Banco Central (BACEN), medindo as expectativas do “mercado”, passou a considerar um crescimento de apenas 1,73% do PIB. Em que pese o contexto de desaceleração do crescimento econômico, o Governo Federal mantém as expectativas estabelecida e prevista.

As compras do Governo Federal aumentarão em 2012, em relação a 2011. Pode-se destacar a aquisição de equipamento para o exército, de máquinas agrícolas, de caminhões, de produtos e bens para combater os efeitos da seca nas regiões Nordeste e Sul. Todavia, segundo membros do Governo Federal, essas compras não afetarão o objetivo de ampliar a receita e reduzir relativamente as despesas em relação a essa receita.

A preservação do superávit fiscal primário em torno de 3,1% do PIB acarreta diversas implicações. Saliente-se, de início, que a previsão da receita administrativa da Receita Federal em torno de R\$ 700 bilhões, no contexto de desonerações de folhas de pagamento de determinados setores ou ramos de atividade econômica, de renúncia fiscal em favor de outros setores ou ramos e de zerar a alíquota da cide-combustível, obviamente demanda a condução de ações de combate à sonegação fiscal e a não realização da revisão das alíquotas de cobrança do imposto de renda junto à pessoa física. Portanto, tem curso um aperto fiscal para alguns, sobretudo o cidadão comum, e flexibilização fiscal e concessões para outros, com destaque para as grandes empresas<sup>77</sup>.

A previsão do superávit fiscal primário de 3,1% do PIB também está correlacionado ao objetivo de preservar os níveis de investimento das empresas.

---

<sup>76</sup> O PIB alcançou R\$ 4,1 trilhões em 2011.

<sup>77</sup> Estima-se que o pacote de estímulos fiscais adotados pelo Governo Federal, em 2012, distribuído em desoneração fiscal, redução do IPI, subsídios para as tarifas elétricas e ampliação e barateamento do crédito, em favor, sobretudo, das grandes empresas nacionais e multinacionais, some R\$ 60 bilhões (TESOURO, 2012; MDIC, 2012).

Conforme anteriormente assinalado, o Governo Federal tem conduzido desonerações fiscais, adotado medidas dentro do Programa de Sustentação do Investimento, autorizado a ampliação das margens de endividamento dos estados, valorizado relativamente a Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP)<sup>78</sup> e ampliado as compras governamentais. A preservação do superávit primário também integra esse esforço na medida em que proporciona “garantias” ao capital internacional que investe nas empresas brasileiras que demandam crédito externo, de modo que venham a manter os fluxos de financiamento – seja porque essas empresas dirigem parte da sua produção para a exportação, seja porque demandam importação de tecnologia e insumos elaborados.

O acirramento da crise na Europa e a sua continuidade nos Estados Unidos, conforme anteriormente assinalado, pode reduzir as exportações das empresas que dependem em grande medida de captação de investimentos externos. Nesse contexto, sob o risco de não remuneração dos seus investimentos, capitais internacionais refluem investimentos. O superávit fiscal primário, além do pagamento da dívida pública, funciona como uma garantia de retorno ao capital internacional, se este investir, e de recursos públicos disponibilizados às empresas para investimento, caso o capital internacional reflua seus investimentos.

A consecução da meta de superávit fiscal primário estabelecido, sob o contexto das políticas e iniciativas de receita, de gasto e de investimento acima sumariado, demanda a adoção de contenção de gastos de custeio governamental e de redução de recursos públicos voltados para a política de desenvolvimento social. Nesse plano, tem destaque a política de reajustes salariais dos servidores públicos federais, marcada pela contenção salarial da grande massa dos servidores, combate ao reajuste linear para o conjunto desses servidores, negociação conduzida segmento por segmento (e segundo os níveis de pressão possíveis de cada segmento), concessão apenas de reajustes previstos no orçamento público, escalonamento dos reajustes autorizados e condução de tratamento distinto em favor das carreiras de Estado. Agregue-se a essa política, a adoção de formas de remuneração completar paralela às carreiras que não compõem as carreiras de Estado, como gratificações, programas que prevêm o desenvolvimento de projetos paralelamente ao exercício de carreiras e editais voltados para a concessão de

---

<sup>78</sup> O Governo Federal, mediante controle sobre a inflação e “política de responsabilidade fiscal”, eleva relativamente a taxa de juros real de longo prazo (TJRP) e torna os títulos públicos brasileiros de longo prazo mais atrativos aos investidores internos e externos em relação aos de curto prazo, garantindo um maior tempo de investimento.

bolsas. Sob o discurso de estímulo à “produtividade do setor público”, busca-se preservar a heterogeneidade salarial no serviço público, o produtivismo etc<sup>79</sup>.

As preocupações do Governo Federal quanto a assegurar superávit fiscal primário em torno de 3,1% do PIB, tem repercutido fortemente em termos de restrição do orçamento da União no que tange às políticas de desenvolvimento social estruturantes, à exceção daqueles que assumem uma dimensão de iniciativas econômico-sociais anticíclicas. Daí a redução dos recursos orçamentários para a demarcação de terras indígenas, a regularização de terras e investimentos sociais nas 3.500 comunidades quilombolas e a Reforma Agrária.

A Reforma Agrária, por exemplo, conviveu com o assentamento de apenas 22 mil famílias no primeiro ano do Governo Dilma Rousseff (2011). Número que contrasta com as 43 mil famílias assentadas no primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso (1995) e com as 36 mil no primeiro ano do governo Lula (2003). A previsão do Ministério da Reforma Agrária (MDA) é assentar apenas 35 mil famílias, em 2012, quando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) estima a existência de 180 mil famílias no campo esperando por um lote de terras (MDA)<sup>80</sup>.

Em contraste com os recursos escassos dispensados às políticas de desenvolvimento social, estão sendo asseguradas condições favoráveis para o agronegócio e as indústrias que integram o setor de indústrias de alimentos e bebidas, posto que materializam o modelo econômico exportador, de caráter liberal periférico. Nesse modelo, as atividades do agronegócio e extração mineral, de um lado, e das indústrias intensivas no uso de recursos naturais, de outro, reiteram a integração liberal periférica do país no mercado mundial pela via da reprimarização das exportações – manutenção do crescimento econômico e das contas externa dependentes da capacidade de o país exportar *commodities* e manufaturados e semimanufaturados intensivos no uso de recursos naturais. Daí decorre processos, como o desmonte do Código Florestal e a

---

<sup>79</sup> As despesas do Governo Federal com o funcionalismo público federal não ultrapassam a 5% do PIB, desde 2002. Chama a atenção o fato dessa despesa, após ter alcançado 4,7% do PIB, em 2009, ter sido reduzida para 4,3% do PIB, em 2011, e ter sido projetada uma nova redução para 4,2% do PIB, em 2012. Fica evidenciado o arrocho salarial administrado sobre o funcionalismo público federal, posto que, no período (considerando uma projeção de crescimento do PIB de 2%, em 2012), o PIB apresentou uma média de crescimento em torno de 3,7%. Também ficam evidenciadas algumas das razões pelas quais o Governo Federal revelou profunda intransigência em negociar com o funcionalismo público federal, antes e durante as greves de 2012 (TESOURO, 2012).

<sup>80</sup> De fato, no governo Dilma Rousseff, a exemplo dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula, a reforma agrária permanece sendo tratada como política de compensação social, sobretudo quando da elevação dos índices de desemprego. Não se configura um projeto de reforma agrária como política de Estado, no sentido de democratizar a terra e de assegurar as condições materiais para que a terra cumpra a sua função social.

realização dos projetos de infraestrutura (à exemplo da transposição do Rio São Francisco, da Transnordestina e do Porto de Sauipe).

Também chama a atenção a atuação do Governo Dilma no Congresso Nacional, no sentido de inviabilizar projetos que o governo compreende que sejam comprometedores da consecução do superávit fiscal primário. Nesse universo, destaca-se o projeto que prevê aumento de 20% ao piso nacional dos professores da educação básica.

Conclui-se que, sob as previsões de superávit fiscal primário, políticas de desenvolvimento social admitidas são aquelas que não configuram políticas sociais estruturantes e universalistas de Estado, bem como aquelas que emergem como programas governamentais e que possam coadunar com políticas e atividades econômico-sociais anticíclicas.

#### 4.2.3 Os Limites Para a Redução da Taxa Selic

Conforme anteriormente assinalado, desde a “Crise do *Subprime*”, transcorrida entre 2007/08, ocorreu a emissão trilhões de dólares por parte dos países de desenvolvimento capitalista central, sobretudo dos Estados Unidos, tendo em vista socorrer bancos e empresas<sup>81</sup>. Pode-se enumerar, dentre os efeitos dessa emissão, a tendência de desencadeamento de um processo inflacionário nos Estados Unidos, com efeito direto sobre a moeda, erodindo o valor real do Dólar.

A ampliação da dívida pública nos Estados Unidos e nos demais países da União Europeia, com a conseqüente elevação dos gastos governamentais desses países com a ampliação da dívida pública, concorreu para o aumento do déficit público e a ameaça de cortes nos gastos públicos com atividades sociais. Nos Estados Unidos, para reativar a economia e reduzir a pressão de custos que da dívida pública (agora ampliada), o FED reduziu a taxa de juros. A combinação entre a ação inflacionária sobre a moeda e a taxa de juros baixa concorre para o deslocamento de grande parte desta “liquidez” presente nos Estados Unidos para as economias de países de desenvolvimento capitalista periférico, sob a forma de capitais financeiros de curto prazo (*hot money*), sobretudo daqueles que tem mantido crescimento e elevadas taxas de juros internamente, desencadeando apreciação cambial e perda de competitividade de suas economias.

---

<sup>81</sup> Segundo o FMI, até meados de 2009, as emissões e transferências de recursos para bancos e empresas haviam alcançado aproximadamente US\$ 10 trilhões.

Esse contexto, sobretudo em decorrência da apreciação cambial, tende a acentuar processos estruturais em curso desde a condução da primeira geração das reformas neoliberais no Brasil, sob a forma de abertura da economia à livre entrada de capitais, mercadorias e serviços, a sua desregulamentação e a privatização das empresas estatais. Dentre estes processos, verifica-se a desindustrialização de setores de atividade econômica que utilizam de forma intensiva tecnologia e capital, a redução do coeficiente de nacionalidade dos produtos oriundos da indústria de transformação e a reprimarização das exportações.

Conforme também já assinalado, a queda da taxa de juros tem sido buscada como uma das iniciativas centrais de política econômica para fazer frente à crise econômica internacional numa perspectiva anticíclica. Essa queda também concorre para inibir a atratividade aos capitais especulativos, magnificados pela gigantesca emissão monetária internacional anteriormente citada. Entretanto, esta iniciativa apresenta determinados limites.

Diversos economistas (PIO, 2011; BERTUSSI, 2012) destacam como um dos limites da manutenção da tendência de queda da Taxa Selic, em curso no país desde 2002, o entrelaçamento entre política monetária, cuja prioridade é a contenção da elevação da taxa de inflação por meio da elevação da taxa de juros, e política fiscal, centralmente focada na emissão de títulos públicos para a aceleração ou manutenção de níveis satisfatórios de crescimento econômico<sup>82</sup>. Segundo esses economistas, a não coordenação entre as políticas monetária e fiscal tem acarretado inclusive contextos marcados, ao mesmo tempo, pela redução das taxas de juros, com vista no crescimento econômico e na redução do custo da dívida pública, e pelo crescimento dos gastos públicos com custeio da máquina pública – criticam, por exemplo, o que eles julgam como sendo gastos elevados com o funcionalismo público federal –, com limitação da capacidade de investimento do Governo Federal e de indução do crescimento econômico.

A amplitude da dívida pública – em 2011, dívida pública bruta 54,3% do PIB e dívida pública líquida (descontada a dívida externa) 36,5% do PIB; projeção para 2012, dívida pública bruta 51,9% do PIB e dívida pública líquida 35,75% do PIB; projeção

---

<sup>82</sup> No Brasil, no passado como no presente, tem curso a utilização do endividamento público para a realização de repasse direto de recursos públicos em favor das empresas nacionais e multinacionais por meio do BNDES. O pagamento dos empréstimos, em longo prazo e com deságios embutidos sob a forma de correção abaixo da taxa de juros real, representa, objetivamente, socialização de custos junto à sociedade e acumulação privada por parte das empresas.

para 2013, dívida pública bruta 48,8% do PIB e dívida pública líquida 33,8% do PIB –, também estabelece limites à tendência de queda da Taxa Selic. Isto porque os títulos tem que apresentar “boa remuneração”, sob o risco de não serem adquiridos, ou elevar tremendamente a liquidez da economia por meio da revenda dos mesmos ao Governo Federal (TESOURO, 2012).

A criação de condições mais favoráveis para a preservação da tendência de queda da Taxa Selic<sup>83</sup>, por exemplo, abaixo de 5%, segundo diversos economistas (BERTUSSI, 2012; SICSÚ, 2012), demandaria um conjunto de iniciativas. Primeiramente, ampliar o volume de títulos emitidos com Taxa Selic pós-fixados. Atualmente, os títulos prefixados ainda representam em torno de 1/3 da dívida pública<sup>84</sup>.

Outro aspecto a ser enfrentado com vista a acentuar as condições de redução da Taxa Selic, segundo esses economistas (BERTUSSI, 2012; SICSÚ, 2012), envolve iniciativas voltadas para a contenção da valorização cambial. Uma dessas iniciativas consiste no processo de esterilização dos efeitos deletérios que as reservas cambiais acarretam em termos de apreciação cambial. Para conter essa valorização do Real em relação ao Dólar, o Governo Federal compra Dólares e emite Real. Em seguida, emite títulos da dívida pública para recolher o Real, evitando assim uma perspectiva inflacionária.

Essa operação acarreta desdobramentos sobre a dívida pública, posto que para manter reservas cambiais elevadas para proteger o país de um choque especulativo externo, ocorrem dois processos. Em primeiro lugar, parte da dívida pública que decorre desse processo acarreta um custo de rolagem dessa dívida, inclusive impondo limites à redução da taxa de juros, sob pena de não reunir compradores de títulos para refinanciá-la. Em segundo lugar, as reservas cambiais também tem que ser esterilizadas externamente por meio da aquisição de títulos públicos norte-americanos, cuja remuneração é baixíssima – atualmente em torno de 1,0%. Assim, pagamos uma taxa de juros real interna elevada – a taxa de juros real foi de 5,5%, em dezembro de 2011 – e recebemos muito pouco pelos investimentos em títulos adquiridos junto ao Tesouro dos

---

<sup>83</sup> A reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do dia 29 de agosto de 2012, foi histórica em termos da redução da Taxa Selic, quando a estabeleceu em 7,5% (BANCO CENTRAL, 2012).

<sup>84</sup> A composição da Dívida Pública Federal líquida, em 2002, quando representava 60,4% do PIB, apresentou a seguinte composição: Prefixados, 1,5%; Índices de preços, 8,8%; Taxa flutuante, 42,4%; e Câmbio, 45,8%. Em 2011, a Dívida Pública Federal líquida, que correspondia a 36,5% do PIB, apresentou a seguinte composição: Prefixados, 37,2%; Índices de preços, 28,3%; Taxa flutuante, 30,1%; e Câmbio, 4,4% (TESOURO, 2012).

Estados Unidos – atualmente com uma taxa de juros real em torno de 1%<sup>85</sup>.

Diversos analistas (BERTUSSI, 2012) apontam para a necessidade de redução dos montantes das reservas cambiais para um total equivalente a aproximadamente 4 (quatro) meses de importações<sup>86</sup>. Assim, o custo econômico do processo de esterilização acima descrito cairia, bem como abriria mais espaços para a redução da Taxa Selic.

#### 4.2.4 Tendência de Comportamento da Taxa de Inflação

A tendência de comportamento da taxa de inflação mundial, nos próximos anos, sob contexto de desaceleração econômica mundial, é de variação moderada para baixo. A taxa mundial de inflação projetada para 2012 e 2013 pelo FMI é de 5,6%. A Tabela 3 apresenta dados de alguns países acerca da taxa de inflação de 2011 e da taxa de inflação projetada para 2012.

A alta dos preços dos grãos no mercado mundial, impulsionada pela seca ocorrida na Rússia, na Austrália, na Argentina e, sobretudo, nos Estados Unidos, o maior produtor mundial de grãos, pode afetar fortemente a taxa de inflação mundial. A queda da produção repercutiu mais fortemente em termos de elevação dos preços do milho e da soja, cujos estoques mundiais já se encontravam baixos, e menos do trigo e do arroz, com estoques dentro dos padrões mundiais.

Uma eventual projeção de cenário climático desfavorável para a agricultura na safra 2012/13, sobretudo nos Estados Unidos, tenderá a desencadear, objetivamente, elevação ainda maior de preços, ao qual se agregará o fator especulação. Nesse contexto, uma grande elevação de preços dos grãos, em face do grande poder de transmissão de preços para alimentos e bebidas, concorrerá para uma tendência de transição de uma inflação mundial de queda moderada para uma inflação mundial de crescimento razoavelmente acentuado.

A tendência de comportamento da taxa de inflação brasileira nos próximos anos é de variação moderada para baixo. A taxa de inflação brasileira, em 2011, foi de 6,5%, segundo o IBGE. A taxa de inflação projetada pelo Ministério do Planejamento, para 2012, é de 4,5%<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> Estima-se que atualmente o custo dessa operação envolve montantes de aproximadamente 1% do PIB.

<sup>86</sup> Atualmente, o total de reservas cambiais equivale a aproximadamente 12 (doze) meses de importações.

<sup>87</sup> A elevação dos preços da soja e do milho no mercado internacional, em função da queda da safra norte-americana e da redução dos estoques internacionais desses grãos, acarreta uma pressão inflacionária, entre outros, nos insumos agropecuários, nos preços das carnes e nos alimentos agroindustriais de base animal e

**Tabela 3 – Taxa de Inflação de Alguns Países**

<b>País</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
África do Sul	6,10%	5,00%
Austrália	3,50%	3,30%
<b>Brasil</b>	<b>6,50%</b>	<b>4,70%</b>
China	4,10%	3,30%
EUA	3,00%	1,20%
Índia	9,10%	8,62%
México	3,80%	3,10%
Rússia	6,10%	7,90%

Fonte: Eurostat, 2012.

No Brasil, teve curso um processo de elevação dos custos para a criação de aves e de porcos, bem como para a criação de gado sob regime de confinamento e de semiconfinamento e a produção de leite, com forte potencial inflacionário, posto que transfere custos para as agroindústrias de base de grãos, de carnes e de lácteos. Essa elevação foi puxada pela alta dos preços internacionais dos grãos no mercado mundial.

A elevação dos custos para a criação de aves e de animais acima referida impactou negativamente nos estabelecimentos de criação, predominantemente formado por pequenos e médios produtores, posto que os preços do quilo vivo de aves e de animais não acompanharam imediatamente os novos custos. Isto, por conta de aspectos como a existência de grandes estoques de carne congelada, a restrição de importação de carnes imposta por alguns países (Argentina, Rússia etc.) e a oligopolização do setor de alimentos e bebidas no país.

No Brasil, a redução da taxa de juros tenderá a não se constituir em fator inflacionário<sup>88</sup>. Isto, porque a economia brasileira está em desaceleração econômica, a inflação mundial está relativamente estabilizada e a inflação brasileira está razoavelmente controlada – com sinais de redução a curto prazo. Deve-se observar que a taxa de juros delineou uma trajetória de queda desde 2004, com repiques de alta, e a taxa de inflação se manteve, via de regra, dentro do regime de metas de inflação.

A taxa de inflação brasileira atingiu o teto do regime de metas de inflação, em

---

de base vegetal. Todavia, ainda é cedo para efetivamente mensurar a pressão desse fator inflacionário sobre a economia brasileira como um todo.

<sup>88</sup> Juros baixos reduzem a rentabilidade da poupança e das aplicações financeiras, desestimulando-as. Consequentemente, o consumo tende a aumentar. O aumento do consumo, por sua vez, constitui-se em fator inflacionário clássico, que pode ou não se manifestar concretamente como tal, conforme se apresentem as condições materiais sobre as quais a economia se reproduz.

2011. A projeção de queda da taxa de inflação, com tendência de aproximação do centro do regime de metas de inflação, que é de 4,5%, evidencia a desaceleração do crescimento da economia brasileira.

Não há um consenso básico acerca da amplitude da queda do PIB brasileiro, o que compromete a identificação dos efeitos que a extensão da desaceleração econômica pode acarretar na taxa de inflação. O Banco Mundial reduziu a sua projeção de 3,4% para 2,9% no início de 2012, o FMI de 3% para 1,6% em meados de 2012, no que foi seguido por diversas instituições bancárias e financeiras nacionais. Mesmo o Ministério da Fazenda, que havia previsto um crescimento de 4,5% do PIB, no final de 2011, passou a admitir, a partir dos primeiros meses de 2012, que esse crescimento tenderia a ficar muito abaixo dessa previsão<sup>89</sup>.

As correlações estabelecidas entre dívida pública/inflação e demanda aquecida/inflação, como correlações que muitos propalam como inflacionários, também tenderá a não se manifestar. Primeiramente, porque a dívida pública líquida está sendo reduzida em relação ao PIB, passando de 60,4%, em 2002, para 36,5%, em 2011 – com projeção de 35,7%, em 2012, e de 33,8%, em 2013 (TESOURO, 2012).

Essa dívida também está sendo “melhorada” em sua composição. No que tange a essa “melhora”, destaca-se a redução do percentual da dívida pública indexada à taxa de câmbio, o que reduz a exposição dessa dívida à variação cambial<sup>90</sup>, e do percentual da dívida indexada à taxa de juros, o que permite reduzir a correlação entre política monetária e política fiscal<sup>91</sup>. Em segundo lugar, a economia brasileira tem apresentado nos últimos anos elevação de demanda sem que ocorresse elevação significativa de preços.

---

<sup>89</sup> A última e pior previsão disponível quando este artigo foi escrito, no âmbito do Governo Federal, foi apresentada pelo Banco Central, em julho de 2012, mediante pesquisa conduzida junto ao “mercado”, que previu um crescimento de 2,01%.

<sup>90</sup> A fração da dívida pública dolarizada, isto é, adquirida por estrangeiros, tende a aumentar em face da depreciação cambial e a diminuir em face da apreciação cambial.

<sup>91</sup> Dados referentes à dívida pública brasileira, tendo como referência os anos de 2002 e de 2011: Dívida pública líquida do setor público (dívida descontada a dívida externa) em percentagem do PIB: 2002: 60,4%; 2011: 36,9%; Percentual da dívida pública indexada ao câmbio: 2002: 45,8%; 2011: 4,4%; Percentual da dívida pública indexada à taxa de juros: 2002: 42,4%; 2011: 30,1%; Percentual da dívida pública federal vencendo em 12 meses: 2002: 34,6%; 2011: 21,9% (TESOURO, 2002). O percentual da dívida pública federal vencendo em curto prazo é um fator de pressão em muitas economias que não podem pagá-las, posto que, ao serem roladas, tendem a incorporar taxas de juros maiores – a lógica do capital financeiro é buscar maiores taxas de juros e de retorno em curto prazo, enquanto que a lógica dos Estados/governos e empresas é buscar menores taxas de juros e de pagamento em longo prazo. Na França, por exemplo, o percentual da dívida pública vencendo em curto prazo representa 48% (EUROSTAT, 2012).

#### 4.2.5 Possibilidades e Limites das Operações de Crédito

Analistas econômicos (BERTUSSI, 2012; SICSÚ, 2012) têm realçado uma evolução nas operações de crédito no país. Em 2002, as operações de crédito representavam 26% do PIB. Em 2011, essas operações passaram a representar 49,1% do PIB. Esses dados são reconhecidos por esses analistas econômicos como positivos, posto que evidenciam a ampliação da oferta de crédito e o alongamento dos financiamentos (BANCO CENTRAL, 2012).

Conforme anteriormente assinalado, o Governo Federal está conduzindo uma maior redução da taxa de juros, bem como uma maior liberalização do compulsório bancário<sup>92</sup>. A perspectiva é reduzir o custo do investimento e da demanda por meio de ampliação da liquidez presente na economia e da sua transformação em crédito.

No que tange às medidas creditícias, a redução do compulsório pode não redundar em ampliação da oferta de crédito, a exemplo do ocorrido no ano de 2009, quando a redução do compulsório, que tinha como expectativa a ampliação da oferta de crédito no país, tão somente assegurou condições para que os bancos privados adquirissem mais títulos da dívida pública. Portanto, essa redução, sem a adoção de medidas econômicas de compulsão desses recursos para a atuação na oferta de crédito, tenderá a reiterar a aquisição de títulos públicos por parte dos bancos.

Uma medida em contraposição a esse processo foi a orientação dada aos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) no sentido da redução do custo do crédito (taxas de juros). A perspectiva é obrigar os bancos privados a também reduzir suas taxas de juros e ampliar a oferta de crédito por meio da competição bancária, isto é, fazê-los preservar lucratividade pela ampliação do número de operações de crédito, posto que o ganho por cada operação seria reduzido. Essas medidas também poderão ser acompanhadas pela pronta recondução da retenção do compulsório em face de eventual refúgio dos bancos privados em títulos da dívida pública.

Pode-se destacar como aspecto negativo e limitador da ampliação da oferta de crédito (e a custo mais baixo), o progressivo endividamento familiar. Esse endividamento tende a crescer em 2012, conforme evidenciou a pesquisa

---

<sup>92</sup> O depósito compulsório é a retenção de recursos do sistema bancário, conduzido pelo Banco Central, tendo em vista assegurar o poder de compra da moeda e manejar a política monetária voltada para ampliar ou reduzir a liquidez na economia. Quando o Banco Central reduz o depósito compulsório, mais dinheiro é liberado na economia, em tese, aumentando o crédito e o consumo. Quando acontece o contrário, isto é, quando o depósito compulsório aumenta, também em tese, tem curso a redução da oferta de crédito e, por consequência, de consumo.

“Endividamento e Inadimplência do Consumidor”, realizada pela Conferência Nacional do Comércio (CNC), que por três meses consecutivos identificou crescimento do nível de endividamento das famílias no país, quando alcançou o patamar de 59% da renda familiar<sup>93</sup>.

#### 4.2.6 Sob os Riscos de Primarização (ou Reprimarização) da Economia Brasileira

A expansão da produção de leguminosas no país, saindo de 96,8 milhões de toneladas, na safra 2002/03, e alcançando 163,3 milhões, na safra 2011/12, de um lado, e a redução da participação do setor industrial no PIB, no mesmo período, passando de 16,9% para 16,2%, evidencia um processo de primarização (ou reprimarização), ou mesmo de desindustrialização<sup>94</sup>, da economia brasileira<sup>95</sup>.

Determinados analistas econômicos (PIO, 2011; BERTUSSI, 2012) sustentam que estes dados refletiram um “processo natural”, posto que, segundo eles, a valorização das *commodities* primárias atraiu os investimentos privados, internos e externos, para os setores agropecuários e minerais. Também afirmam que esse processo foi acentuado pelas vantagens comparativas<sup>96</sup> que o país possui nessas atividades.

Essas análises econômicas pecam por acentuar os efeitos conjunturais, internos e externos, sem considerar processos estruturais mais amplos. A condução da primeira fase das reformas neoliberais no final dos anos 1980 e no decorrer dos anos 1990, fortemente marcada por processos como a abertura comercial e financeira, a desregulamentação da economia e a privatização das estatais, determinou a superação do modelo econômico desenvolvimentista, prioritariamente focado na consolidação de uma estrutura produtiva industrial e de uma infraestrutura moderna no país que impulsionasse a referida consolidação, em favor do modelo econômico exportador, focado na indústria apoiada no uso intensivo de recursos naturais e na produção de

---

<sup>93</sup> O índice de 59,8% de endividamento familiar, em julho de 2012, embora elevado, ainda está abaixo de 62,5%, alcançado em agosto de 2011.

<sup>94</sup> Economistas formularam a expressão “doença holandesa” para caracterizar situações de forte apreciação cambial decorrentes de grandes saldos na balança comercial gerados, principalmente, pelo crescimento extraordinário da quantidade exportada ou do preço de *commodities* de exportações, o que gera um processo de desarticulação da estrutura produtiva industrial em decorrência de uma especialização na produção/comercialização de determinadas *commodities*, acentuando uma grande vantagem comparativa usufruída por parte de um país.

<sup>95</sup> Nos anos 1980, a participação do setor industrial no PIB ficou em torno de 30% ao ano. Em meados dos anos 1990, essa participação reduziu de modo drástico – caiu para 18,6 %, em 1995 (Fonte: IBGE).

<sup>96</sup> Diz-se que um país possui vantagem comparativa em uma atividade quando seu custo de oportunidade (custo de conduzir determinada atividade em detrimento de outra) é mais baixo do que o (s) do (s) país (es) em comparação.

*commodities* agropecuárias e minerais, com uma infraestrutura moderna prioritariamente voltada para o escoamento da produção<sup>97</sup>. Portanto, vivenciamos um processo de exposição do modelo econômico exportador a uma conjuntura de crise econômica internacional.

Deve-se observar que a dependência da economia brasileira com relação à exportação de bens manufaturados e semimanufaturados de uso intensivo de recursos naturais e da exportação de recursos naturais (agropecuários e minerais), coloca o país vulnerável externamente, posto que os preços destes produtos são bastante instáveis. Saliente-se que uma pauta pouco diversificada de exportação torna o país sujeito às oscilações internacionais de poucos setores, enquanto uma pauta mais diversificada oferece menos riscos contra choques externos<sup>98</sup>.

De outro lado, a desarticulação de plantas industriais que fazem uso intensivo de tecnologia e de capital demanda muito tempo para uma recomposição, que inclusive pode não mais ocorrer, posto que geralmente tem curso um processo de “obsolescência” de equipamento e desacumulação de experiências e conhecimentos.

A superação da primarização (ou reprimarização) da economia brasileira certamente depende da superação do modelo econômico exportador, de caráter liberal periférico. Superação que, por sua vez, depende da recomposição das forças sociais e políticas dominantes no bloco do poder<sup>99</sup>.

---

<sup>97</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC2) integra ações voltadas para a consolidação do modelo econômico exportador (altamente especializado) e do padrão de financiamento subordinado-integrado, que materializaram o itinerário liberal periférico de integração do país ao mercado mundial. Os PAC's focam infraestrutura de apoio às atividades de exportação, principalmente de produtos primários de origem agropecuária e minerais. Nesse sentido, os PAC's materializam a mobilização de recursos públicos com vista na consolidação da produção e exportação de produtos primários. Os PAC's também acentuam a posição dos capitais vinculados ao agronegócio e às indústrias de alimentos e bebidas (multinacionalizadas) no bloco do poder, no bloco das forças parlamentares que sustentam o governo e no próprio governo.

<sup>98</sup> Há um famoso ditado, muito popular entre os economistas da área de finanças, que diz: “não coloque todos seus ovos em uma cesta só”. Isto significa que, se a cesta cair, quebrará todos os ovos. Esses economistas concluem que não é recomendável que toda a renda recebida (ou uma proporção muito grande) provenha de um só produto ou setor, pois os rendimentos ficam muito dependentes do bom desempenho de tal produto (ou setor), o que é muito arriscado, pois se o produto (ou setor) entrar em crise, o país entrará em crise junto com ele. Com uma pauta de exportação diversificada em produtos (e em setores), um choque externo em algum produto (ou setor) não afetará profundamente a economia.

<sup>99</sup> Bloco no poder é o bloco formado pelas forças sociais e políticas que dominam a sociedade e direcionam o próprio Estado e suas instituições. Esse bloco, em termos sociais, é composto por diversas classes e/ou frações de classes, com uma delas assumindo a posição de liderança e hegemonia no seu interior. Essa liderança e hegemonia tem curso por meio da capacidade de unificar e dirigir, política e ideologicamente, as demais classes e/ou frações de classes a partir de seus interesses específicos, transfigurados e reconhecidos como parte dos interesses gerais do conjunto do bloco. Daí a dimensão e peso social e político, na sociedade e no Estado, dos conglomerados transnacionais das indústrias de alimentos e bebidas, das instituições financeiras envolvidas com o financiamento das atividades

Daí a ausência de um projeto de desenvolvimento democrático, soberano e popular que protegesse e desenvolvesse as estruturas produtivas sobre bases nacionais, que promovesse pesquisas científicas e tecnológicas de dimensão estratégica para o país e que investisse fortemente na educação e no desenvolvimento social. Iniciativas concebidas nessa direção, não por acaso, restringem-se a programas governamentais, sofrem sabotagens de toda ordem e naufragam mediante ajustes fiscais permanentes.

#### 4.2.7 As Possibilidades e os Limites da Manutenção do Investimento

Instituições oficiais apontam que o país, para assegurar um crescimento econômico sustentável, superior a 5% do PIB, terá que realizar investimento – ou Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – em torno de 25% do PIB. Quando se considera o comportamento da Formação Bruta de Capital Fixo, no período compreendido entre 1995 e 2011, observa-se que tendeu a variar em torno 17%. Nesse período, foram raros os anos em que a FBCF alcançou a casa dos 19% – em 2002 (19,1%), em 2010 (19,5%) e em 2011 (19,3%) –, mas muito abaixo dos 25% do PIB almejado (TESOURO, 2012).

As instituições oficiais também apontam que a elevação da FBCF terá que ser acompanhada da continuidade de investimentos públicos em infraestrutura, da ampliação dos gastos com educação e formação profissional, da ampliação de oferta de crédito em relação ao PIB e da condução de adequações e ajustamentos no sistema fiscal e tributário – com vista na redução e/ou extinção de alíquotas. Todavia, aspectos como os custos da dívida pública, a dimensão das deficiências de transporte e logística e a subordinação das demandas de ciência, tecnologia e educação/formação profissional aos programas de governo, conspiram contra algumas das necessidades supracitadas.

Também apontam para a necessidade da participação do investimento estrangeiro direto (IED), que passou a crescer de modo acentuado desde o Plano Real. A entrada de IED no país deve continuar elevada, pelo menos até 2015, seja em função da tendência da taxa de crescimento do país permanecer superior à taxa de crescimento dos Estados Unidos e da União Europeia, seja em decorrência da exploração do Pré-Sal e das realizações da Copa do Mundo de Futebol e dos Jogos Olímpicos<sup>100</sup>. As projeções

---

agroindustriais, agropecuárias e comerciais, e as empresas e proprietários rurais vinculados à atividade do agronegócio.

<sup>100</sup> Atualmente o IED encontra-se entre 27% e 28% do PIB. Desse universo, destacam-se os EUA com 18%, a Espanha com 15%, a Bélgica com 9%, o Reino Unido com 7%, Alemanha com 5%, a França com

para a entrada de IED são de US\$ 55 bilhões, em 2012, de US\$ 60 bilhões, em 2013, de US\$ 60 bilhões, em 2014, e de US\$ 57,5 bilhões, em 2015 (BANCO CENTRAL, 2012).

Esses dados evidenciam que a manutenção do crescimento econômico, mesmo em torno de 3,7%, que foi a média do crescimento do PIB entre 2002 e 2011, com a FBCF variando entre 17% e 18%, não pode ser mantido sem investimentos públicos em projetos de infraestrutura, sem transferências diretas e indiretas de recursos públicos para as grandes empresas e sem a participação de investimento estrangeiro direto. Este último aspecto, por sua vez, evidencia que o crescimento econômico brasileiro incorpora o processo de desnacionalização como sua pré-condição.

#### 4.2.8 As Possibilidades e os Limites da Mobilidade Social Brasileira em Curso no País

A atual mobilidade social em curso no país tem se caracterizado pelo acesso ao emprego (predominantemente formal), pela elevação do poder de compra do salário mínimo (que acumulou 66% de elevação do poder aquisitivo desde 2002) e pelos programas sociais. Trata-se de uma mobilidade social pela via da elevação de renda e de poder de consumo de bens e de serviços básicos. Ela envolve marginalmente um processo de democratização do acesso à propriedade rural e urbana, à boa educação e formação profissional e aos bens culturais e informacionais.

Essa mobilidade social está fortemente determinada pelas ações do Governo Federal, com realce para o Programa Bolsa Família, que contempla 13 milhões de famílias – saliente-se que cada família possui em média quatro membros; portanto, aproximadamente 1/4 da população do país está diretamente beneficiada pelo Programa (MDS, 2012).

O custo econômico do Programa Bolsa Família está em torno de 0,5% do PIB<sup>101</sup>. O pequeno custo econômico desse Programa em relação ao PIB evidencia a existência de um grande espaço para a ampliação da sua cobertura, envolvendo segmentos que ainda vivem em situação de extrema pobreza, bem como para a elevação do valor distribuído aos beneficiários do Programa.

A elevação do poder de compra do salário mínimo também compõe outra ação

---

5% e o Japão com 5%. Saliente-se a pequena participação de investimento da China no país, o que contrasta com o grande volume de investimentos chineses na América Latina e na África.

<sup>101</sup> Saliente-se que o total de recursos empregados no Programa Bolsa Família representa, aproximadamente, a metade dos recursos exauridos do país para a condução da “esterilização” dos efeitos deletérios da acumulação das gigantescas reservas cambiais, isto é, respectivamente 0,5% e 1% do PIB.

de realce do Governo Federal, tendo em vista assegurar a mobilidade social<sup>102</sup>. Todavia, esta elevação encontra limitações maiores no que tange à viabilidade econômica de milhares de prefeituras no país.

Em que pese as ações do Governo Federal, o Coeficiente (ou Índice) de Gini no país deverá manter patamares próximos dos atuais nos próximos anos<sup>103</sup>. Mais recentemente, esse coeficiente saiu de 0,560, em julho de 2009, para 0,541, em julho de 2011. Em que pese essa evolução, o país permanece entre os 10 piores países do mundo em termos de desigualdade, bem como tenderá a permanecer entre os países mais heterogêneos e conflituosos em termos sociais (MDS, 2012).

Isto porque não está em curso no país um processo de redistribuição efetiva do acesso à propriedade e à educação e cultura/informação de qualidade, mas um padrão de políticas sociais focalizadas<sup>104</sup>, de horizontes limitados, cuja orientação central reside no combate à extrema pobreza, na geração de qualificação técnico-profissional básica e no incentivo (do consumo de bens correntes) do mercado interno.

Processos de democratização do acesso à terra por meio da reforma agrária, ou um programa de investimento maciço e estruturante na educação, por exemplo, não figuram nos horizontes das políticas sociais do Governo Federal desde os anos 1990.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou identificar fatores determinantes da atual crise econômica internacional e limites e possibilidades da economia brasileira frente a essa crise. Como a reflexão acerca dessa crise e dos seus efeitos sobre a economia brasileira é incipiente nos institutos federais, o texto procurou apresentar um panorama acerca desse fenômeno

---

<sup>102</sup> O salário mínimo apresentou uma elevação do poder aquisitivo de 66% entre 2002 e 2009. Fonte: IBGE, 2010.

<sup>103</sup> O Coeficiente (ou Índice) de Gini, que mede a distribuição de renda de um país, varia de zero (0,0) a um (1): Quanto mais próximo de zero (0,0) melhor será a distribuição de renda de um país, e quanto mais próximo de um (1) pior será esta distribuição. Países como a Noruega e o Japão alcançaram um coeficiente (ou Índice) de Gini em torno de 0,25%.

<sup>104</sup> As políticas sociais focalizadas, no Brasil e na América Latina de um modo geral, articulam-se coerentemente aos modelos econômicos exportadores e às suas políticas econômicas, que são de caráter liberal periférico. As políticas, subordinadas às “políticas de responsabilidade fiscal” e aos ajustes fiscais necessários para a conformação dos superávits fiscais primários, contrapõem-se às políticas sociais universalistas, criticadas como não racionais, não direcionadas e caras. As políticas sociais focalizadas direcionam-se para as manifestações mais agudas de pobreza (extrema pobreza) e de carência de serviços sociais (saúde, educação, moradia, educação/formação profissional, etc.), que são, em grande medida, criadas ou mesmo reiteradas pelos referidos modelo econômico e políticas econômicas.

e uma reflexão acerca dos seus desdobramentos. Os referidos panorama e reflexão deverão dar lugar a outras produções à medida que as consequências e os impactos dessa crise se tornem mais visíveis, em especial na sociedade brasileira.

Este artigo é, ainda, uma contribuição ao estudo de processos e dinâmicas de vulnerabilidade externa conjuntural e estrutural de sociedades que viveram a integração econômica periférica ao mercado mundial, na vigência do padrão flexível-neoliberal de reprodução do capital, tendo a sociedade brasileira como uma espécie de “estudo de caso”. Neste sentido, o artigo proporciona uma problematização acerca das possibilidades e limites do desenvolvimento econômico de caráter liberal periférico, concretamente expresso no modelo econômico exportador e no padrão de financiamento subordinado-integrado, estabelecidos no Brasil. A perspectiva é que essa problematização também seja aprofundada, redundando em outras publicações.

O artigo salientou que a adoção de políticas econômicas governamentais anticíclicas, que retomam a teoria econômica keynesiana, a exemplo das políticas econômicas atualmente conduzidas pelo Governo Federal, proporcionam resultados positivos contra os efeitos mais destrutivos da crise econômica internacional, em termos de curto prazo, em especial no que tange às ações de contra tendência aos processos que concorrem para a redução dos níveis de renda e de desemprego. Todavia, essas políticas estão situadas em uma estrutura e dinâmica social, política e econômica mais ampla, marcada pela dependência externa e pelo bloco de forças sociais e políticas hegemônicas na sociedade brasileira, o que reduz a eficácia dessas políticas, tendo em vista fazer frente às novas pressões que a própria crise tende a gerar no sentido da degradação social, ambiental e cultural<sup>105</sup>.

As políticas econômicas governamentais, como não agem sobre as contradições e limites que estão na base do padrão flexível-neoliberal de reprodução do capital e do modelo econômico exportador, tendem a ser absorvidas tão somente como parte integrante dos instrumentos de moderação das crises em curso, inclusive com pouco efeito como políticas de contra tendência à tendência de incontrolabilidade presente na própria reprodução do sistema.

---

<sup>105</sup> Os referidos limites de eficácia ficaram evidenciados, por exemplo, no relativo fracasso da Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), ou Rio + 20, realizada recentemente no Rio de Janeiro, com os governos dos países centrais recusando assumir maiores responsabilidades fiscais com a implementação de um padrão de desenvolvimento sustentável e o governo brasileiro constrangido e sem protagonismo acarretado pelo processo de aprovação (do escandaloso) ‘novo’ Código Florestal (BRASIL, 2012).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARANGO, Hector. **A Crise Monetária e Fiscal na Europa: Alerta e ensinamentos para o Brasil**. Disponível em:

<<http://www.conexaoitajuba.com.br/itajuba/Pagina.do?idSecao=171>> acesso em 09 ago. 2012.

**BRASIL**. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências.

**BRASIL**. Banco Central do Brasil. Brasília. Acesso em 20 de agosto de 2012.

**BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Acesso em 20 de agosto de 2012.

**BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. Acesso em 20 de agosto de 2012.

**BRASIL**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Acesso em 20 de agosto de 2012.

**BRASIL**. Tesouro Nacional. Brasília. Acesso em 20 de agosto de 2012.

CARNEIRO, Ricardo. **Desenvolvimento em crise. A economia brasileira no último quarto do Século XX**. Campinas: Editora UNICAMP, 2002.

CARVALHO, F. J. C.; SOUZA, F. E. P.; SICSÚ, J.; PAULA, L. F. R.; STUDART, R. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

COGGIOLA, Osvaldo. **O capital contra a história: gênese e estrutura da crise contemporânea**. São Paulo: Xamã, 2002.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. **Endividamento e Inadimplência do Consumidor**. Agosto de 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FILGUEIRAS, Luiz e GONÇALVES, Reinaldo. **A Economia Política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era Dos Extremos: Breve Século XX (1914-1991)**. São

Artigos

Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasília, agosto de 2012. Internacional Monetary Fund (IMF). Disponível em: <<http://www.imf.org/external/research/index.aspx>> Acesso em: 09 ago. 2012.

MARX, K. **Grundisse**. México: Siglo XXI, 1997.

MARX, K. **El Capital**. Vol. III. México, FCE, 1973. P. 248.

MELLO, Manuel Cardoso de. O Capitalismo Tardio. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MOREIRA, Edison Marques. Um olhar para a crise do PIIGS. **Indicadores Econômicos da Fundação de Economia e Estatística**. Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 7-16, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. **A Economia da Dependência Imperfeita**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

OSORIO, JAIME. **Crítica de La economia vulgar. Reproducción del capital y dependência**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

SICSÚ, João. *Lula, Dilma e o PIB Brasileiro*. **CartaCapital**. Edição 710, Ago. 2012.

TAVARES, Maria Conceição; e BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, José Luís (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

## Entrevistas

AUGUSTIN, Ano. Governo quer sair da crise com câmbio e juro mais adequados. Entrevista ao **Jornal Valor Econômico**. 02 de julho de 2012.

BERTUSSI, Geovana Lorena. O Brasil e a crise econômica. Entrevista concedida em 13.04.2012. Disponível em: <[www.senado.gov.br/tvsenado/agendaeconomica](http://www.senado.gov.br/tvsenado/agendaeconomica)> Acesso em 20 maio 2012.

PIO, Carlos. A crise econômica internacional. Entrevista concedida em 30.09.2011. Disponível em: <[www.senado.gov.br/tvsenado/agendaeconomica](http://www.senado.gov.br/tvsenado/agendaeconomica)> Acesso em: 30 out. 2012.

SICSÚ, João. Efeitos da queda dos juros. Entrevista concedida em 04.06.2012. Disponível em: <[www.senado.gov.br/tvsenado/agendaeconomica](http://www.senado.gov.br/tvsenado/agendaeconomica)> Acesso em: 05 jul. 2012.

## **ORIGENS, DESENVOLVIMENTO, CRISE E RECOMPOSIÇÃO DO DISCURSO NEOLIBERAL NA PERSPECTIVA DO TRABALHO**

Walmir Barbosa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Em termos ideológicos, o neoliberalismo realizou o resgate das premissas teóricas do liberalismo. Em acréscimo, foi capaz de incorporar orientações político-econômicas críticas, de inspiração estruturalista pós-keynesiana, o que lhe permitiu flexibilizar a condução do seu programa econômico. Em que pese a incorporação de orientações político-econômicas complementares, a teoria político-econômica neoliberal manteve, rigorosamente em termos estratégicos, a defesa da abertura comercial, da liberalização financeira interna e externa, da desregulamentação dos mercados, da privatização de estatais e serviços públicos e da eliminação de subsídios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia; Economia Política; Neoliberalismo.

### **APRESENTAÇÃO**

O surgimento do neoliberalismo como doutrina político-econômica remonta ao final dos anos 1930, mas foi de fato moldado nos anos 1940. Representou uma tentativa de adaptação e/ou restauração dos princípios do liberalismo econômico clássico às condições do capitalismo moderno, em especial após a grande crise de 1929, marcado por processos complexos de intervenção, controle e regulamentação econômica desempenhados pelo Estado.

Tal como os liberais econômicos clássicos, os neoliberais também acreditavam que a vida econômica seria regida por uma ordem natural formada a partir das livres

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela UFG, historiador pela UFG, professor e pesquisador orientador do Observatório do Mundo do Trabalho do IFG.

decisões individuais e cuja mola-mestra seria os preços. Para assegurar que os mecanismos de preços pudessem existir e impulsionar a dinâmica competitiva e criativa assentada nas decisões individuais, seriam necessárias a estabilidade financeira e monetária. Para tanto, seria imprescindível o disciplinamento da economia de mercado pelo Estado, sem isso os mecanismos de preços ficariam viciados e não seria possível assegurar a sobrevivência da economia de mercado pois, diferentemente dos ‘primeiros liberais econômicos’, não acreditavam que as decisões individuais fossem subsumidas na autodisciplina e autoregulação espontâneas da referida economia. Nestas proposições fica evidenciada a fluência que a dinâmica de monopolização do capitalismo moderno e a crise de 1929 exerceram sobre ela (SANDRONI, 1999).

Desde o início, entretanto, se contrapôs a todas as doutrinas político-econômicas que propusessem formas de intervenção ativa do Estado sobre a economia, pois julgavam que elas viriam a asfixiar a economia de mercado, por exemplo, obliterando as decisões individuais e/ou desvirtuando a dinâmica dos mecanismos de preços. Contrapôs-se, ainda, a toda e qualquer forma de intervenção ativa do Estado que pudesse ameaçar a garantia da propriedade privada, das instituições de mercado e da livre iniciativa dos empreendedores, para onde enveredariam, segundo os mais destacados representantes desta doutrina, o comunismo, a social-democracia e o próprio keynesianismo.

## **1 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO**

O neoliberalismo emergiu, inicialmente, como um conjunto isolado e em grande medida ignorado de pensamento político-econômico elaborado por pensadores como Walter Lippmann, nos Estados Unidos, Jacques Rueff, na França, e A. Rüstow, na Alemanha. Os recursos para a sua propaganda foram proporcionados por corporações que eram simpáticas a certas bandeiras neoliberais, estabelecendo institutos, fundações e grupos de pensadores. Nos anos 1960, a doutrina político-econômica foi constituindo um movimento político-ideológico capaz de produzir, em constante expansão, análises, textos, polêmicas e declarações políticas. Todavia, permanecia considerada irrelevante pelos representantes da teoria político-econômica keynesiana, ainda a principal corrente do pensamento político-econômico (SANDRONI, 1999; HARVEY, 2004).

Com os advenços das crises de acumulação (e dominação)<sup>2</sup> e de sobreacumulação<sup>3</sup>, do início dos anos 1970, o contexto político e econômico se transformou. O neoliberalismo foi reconhecido por amplos setores das elites políticas e econômicas liberais, especialmente de perfil conservador, como uma alternativa doutrinária que poderia orientar um conjunto de iniciativas contrárias à crise do capital, à mobilização do operariado, ao arcabouço teórico político-econômico keynesiano e às instituições de formulação de políticas econômicas centradas no Estado.

É nesse período que se acentuaram, no âmbito da doutrina político-econômica neoliberal, a defesa de bandeiras como a da livre atuação das forças de mercado, do fim do intervencionismo econômico do Estado, da privatização das empresas estatais e de diversos serviços públicos essenciais e da abertura da economia e a sua integração mais intensa no mercado mundial. Ocorria uma clara sobreposição a outras bandeiras neoliberais, inspiradas em frações burguesas apoiadas em médios e grandes capitais não monopolistas, que no passado acentuaram a defesa da pequena e da média empresa e o combate aos grandes monopólios, ou mesmo a limitação da herança e das grandes fortunas, tendo em vista o estabelecimento de condições de igualdade econômica que proporcionariam condições mais favoráveis de concorrência.

A vertente da teoria político-econômica neoliberal dominante materializou-se em políticas de Estado nos anos 1970. Primeiramente, na política econômica do Governo Pinochet, no Chile, em meados dos anos 1970. Em termos dos países de desenvolvimento capitalista central ocorreu por meio da eleição de Margareth Thatcher para primeira Ministra, na Inglaterra, em 1979, e da eleição de Ronald Reagan para presidente, nos Estados Unidos, em 1980. A teoria, ao ser transformada em política de governo e, posteriormente, ser consolidada como política de Estado, reorientou o papel do Estado, que abandonou o apoio ativo da criação das condições de reprodução e

---

<sup>2</sup> Crise decorrente, dentre outros processos, da crescente resistência operária por meio de formas e níveis diversos de controle operário sobre a produção e, conseqüentemente, redução da intensividade do trabalho e da extração direta e indireta de mais-valia. Este último processo ocorre, respectivamente, por meio das conquistas salariais e do recolhimento e redistribuição de parte dessa mais-valia retida pelas corporações econômicas por meio da política fiscal do Estado e repasse desses excedentes extraídos, sob a forma de serviços sociais concedidos pelo próprio Estado à sociedade em geral.

<sup>3</sup> Crise oriunda da mais-valia acumulada sob a forma de capital bancário-financeiro sem a perspectiva de investimento em decorrência da crise de acumulação (e dominação), bem como constringido pelo risco de erodização inflacionária do mesmo. Tal processo acarreta a queda das taxas de acumulação de capital e o temor dos possíveis 'investidores' em face do protagonismo político do operariado, de um lado, e da pressão que os detentores de capital exercem sobre o Estado/governo para a criação de mecanismos de remuneração financeira edificados pelo Estado, via títulos públicos (e, conseqüente, transferência de recursos públicos para a reprodução do capital sem a mediação produtiva do mesmo), para a preservação do valor desse capital acumulado (financeirizado, de propriedade do sistema bancário-financeiro, ou que possa ser financeirizado, de propriedade das corporações produtivas), por outro.

acumulação do capital articulado pelo “lado da demanda” e pela busca do bem-estar social e passou a apoiar ativamente as condições de reprodução e acumulação do capital, primordialmente, pelo “lado da oferta” e pela eficiência econômica (HARVEY, 2004).

No início dos anos 1980, instituições como o FMI e o Banco Mundial, instrumentalizados pelo conluio de interesses e perspectivas anglo-americano, transformaram os seus parâmetros de orientação econômica na direção da doutrina neoliberal. Instituições periféricamente situadas em relação às instituições acima referidas, a exemplo do IPEA e do BNDES, no Brasil, e da CEPAL, na América Latina, também conviveram com processos de adaptação aos novos parâmetros de orientação econômica (CEPAL, 2000; MARQUES, 1991). Grande parte da Europa e do mundo converteram-se, progressivamente, à teoria político-econômica neoliberal.

A liberalização econômica foi transformada em dogma doutrinário e em terapêutica econômica. Na Inglaterra, no início dos anos 1980, teve curso o processo de privatização dos serviços (água, telecomunicações, eletricidade, energia e transporte) e a extinção de empresas públicas, bem como a reestruturação das instituições públicas sob uma lógica comercial. No Brasil, no final dos anos 1980 e, principalmente, nos anos 1990, teve início a liberalização econômica mediante a abertura comercial e a privatização de empresas estatais (predominantemente industriais).

Em termos ideológicos, o neoliberalismo realizou o resgate das premissas teóricas do liberalismo. Dentre elas, a afirmação de que os agentes sociais individuais tomariam decisões racionais a partir basicamente dos seus interesses econômicos; que as interações econômicas, políticas e/ou sociais entre os agentes sociais seriam estabelecidos com base nos interesses individuais; que as ações individuais egoísticas conduziram a sociedade ao bem-estar geral; que estas ações assegurariam o equilíbrio e bom funcionamento do mercado; que a intervenção do Estado deveria se restringir, prioritariamente, na proteção da mola-mestra dos mecanismos dos preços por meio da estabilidade financeira e monetária; e que a intervenção do Estado no mercado para além dos limites de disciplinamento econômico e da correção das “falhas” do mercado comprometeria dinâmica racionalizadora, modernizadora e organizadora intrínseca ao mesmo<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Carcanholo (2004, p. 285–290) identificou diversas características distintivas entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo. O liberalismo clássico assumiria características de insurgência em relação à ordem aristocrática e ao absolutismo, enquanto o neoliberalismo assumiria uma oposição a toda e

## **2 O DISCURSO EM PROL DA ABERTURA COMERCIAL, DA LIBERALIZAÇÃO FINANCEIRA E DA LIVRE ATUAÇÃO DAS CORPORações ECONÔMICAS**

Na perspectiva neoliberal, a globalização (ou mundialização) seria uma consequência inevitável e necessária da modernização inerente ao capitalismo, isto é, uma etapa que naturalmente emergiria das próprias dinâmicas do sistema. Portanto, a globalização constituiria em um fato cuja inserção das economias nacionais e regionais teria que demandar a desregulamentação e liberalização dos seus mercados e a redução da participação do Estado na economia.

Segundo a teoria político-econômica neoliberal, quanto maior fosse o grau de integração à economia mundial, maior seria o seu desenvolvimento. Esta integração seria promovida, fundamentalmente, pela abertura comercial, pela liberalização financeira externa e pelo investimento direto estrangeiro. Ela se materializaria na globalização comercial, com liberalização e intensificação do comércio de bens e de serviços; na globalização financeira, mediante a liberalização e livre circulação de capital bancário-financeiro internacional; e na globalização produtiva, com o aprofundamento do processo de transnacionalização das corporações empresariais e da desnacionalização das econômicas nacionais.

A abertura comercial, promovida por meio de políticas voltadas para orientar a economia nacional para os mercados internacionais e para a desmobilização dos

---

qualquer forma de regulação econômica e social ativa, em especial ao keynesianismo, e conceberia uma correlação direta entre concorrência perfeita – posto que sob estabilidade monetária e financeira e apartada do intervencionismo estatal – e democracia – concebida como plena materialização dos interesses individuais. Enquanto o liberalismo clássico emergiria como uma alternativa possível dentre outras, tendo em vista a orientação das esferas econômicas e sociais, o neoliberalismo se afirmaria na luta contra o socialismo real e o keynesianismo, no contexto de transformações científicas e tecnológicas importantes e identificadas com a “globalização”, que lhe permitiria explorar a idéia de pensamento vitorioso, porque se pressupunha natural e verdadeiramente adequado às motivações individuais e se beneficiaria da crise do chamado “socialismo real” e da crise fiscal do Estado do Bem-Estar Social. O liberalismo clássico, de inspiração filosófica, teria assegurado a razão e a liberdade como valores fundamentais da sociedade, enquanto que o neoliberalismo, por sua vez, teria se reduzido a um receituário político-econômico, no qual o egoísmo manifestado na esfera econômica, antecederia, organizaria e determinaria a esfera social e o sentido de razão e de liberdade. Os ideais de igualdade e de liberdade no liberalismo clássico estariam plenamente expressos, do ponto de vista formal, no Direito, enquanto que no neoliberalismo a desigualdade econômica, oriunda das relações impessoais no mercado, não poderia ser tratada em termos de justo ou injusto, e encontrar-se-ia apartada da idéia de liberdade, sendo retratada como eficiência ou ineficiência na arte de empreender. Finalmente, o Estado, concebido pelo liberalismo clássico como oriundo do pacto social para salvaguardar os direitos naturais e, segundo certos limites, garantidor da ordem social mediante a reafirmação cotidiana do pacto, teria sido concebido pelo neoliberalismo como aquele que ameaçaria a ordem natural harmônica e, posto isso, teria que ser reduzido ao ‘Estado mínimo’ garantidor da estabilidade monetária e financeira.

mecanismos de proteção e controle do mercado interno em face de importações, foi propagandeada e justificada como um instrumento que romperia a autarquia econômica nacional, de modo a superar as distorções entre preços internos elevados e preços externos baixos, que asseguravam lucratividade elevada de alguns setores à custa de pouco investimento tecnológico e produtividade baixa. Foi propagandeada e justificada, ainda, como sendo capaz de promover as condições objetivas (ou materiais) e subjetivas (ou imateriais) para o crescimento econômico impulsionado pelas exportações.

O conceito ricardiano das vantagens comparativas, segundo o qual os países obteriam maiores ganhos comerciais se eles se especializassem na produção dos bens em que possuíssem grandes vantagens em relação aos demais países, compôs o núcleo da propaganda e justificativa neoliberal em prol da abertura comercial. Daí decorreria as idéias de que um país exportaria o produto que demandasse de forma mais intensiva o fator que seria relativamente abundante internamente (Teorema Heckscher-Ohlin); que a elevação do preço relativo de um produto em um mercado, por meio do protecionismo, aumentaria o retorno real do fator usado intensamente na produção dessa mercadoria (Teorema de Stolper-Samuelson); que o aumento da oferta de um fator de produção tenderia a diminuir a produção do bem intensivo no outro fator (Teorema de Rybczynski); e que, sob livre comércio, tenderia a ocorrer um processo de equalização dos preços dos fatores de produção em termos internacionais (CARCANHOLO, 2004, p. 292–294). Assim, seria possível, de uma lado, a elevação da renda real de um país por meio da produção do bem (ou dos bens) que ele possuísse vantagem comparativa, com base nos preços internacionais, e, de outro, o aumento da produção desse bem (ou bens) concorreria para a redistribuição de renda interna ao país em função do uso intensivo de fatores abundantes e primordiais presentes em diversos subsetores integrados na cadeia produtiva estabelecida para a produção do referido bem (ou bens).

Tais idéias foram questionadas a partir do entendimento de que a produção em escala do produto sob vantagem comparativa ameaçaria a renda-produto mediante a sua maior oferta e do fato de que o mercado não se constituiria em um universo de concorrência perfeita no qual os preços se estabeleceriam de forma real, equilibrando e equalizando a “cesta” de bens exportados à “cesta” de bens importados, entre os países. Todavia, os neoliberais contra-argumentariam que, mesmo sob contexto de concorrência imperfeita, os países que conviviam com processos tardios de industrialização (os chamados “países em desenvolvimento”) melhorariam, porque trocariam uma maior quantidade e variedade de produtos, inclusive de produtos

provenientes das empresas transnacionais neles instaladas (comércio intra-industrial), com custos decrescentes, e porque permitiria a eles maior acesso à tecnologia altamente concentrada em alguns “países desenvolvidos”.

Outros representantes do pensamento neoliberal sustentariam que economias mais abertas seriam mais eficientes na absorção de inovações tecnológicas criadas nos “países desenvolvidos”, bem como na elevação da produtividade e nos valores dos salários reais. Para eles, economias não expostas à concorrência internacional não teriam incentivos para aumentar a produtividade e, como os salários reais estariam ligados à produtividade marginal do trabalho, tenderiam a concentrar renda. Assim, a abertura comercial aumentaria a concorrência internacional dos produtos nacionais, obrigaria os empreendimentos internos (indústrias, empresas agrícolas etc.) a incrementar progresso técnico e produtividade para obter maior eficiência comercial e fortaleceria salários e redistribuiria renda (FRANCO, 1998).

A globalização financeira assumiu dominância e características paradigmáticas do âmbito da globalização. Neste contexto, ela se caracterizou como uma interação entre a eliminação dos mercados financeiros locais segmentados (desregulamentação financeira interna), a interpenetração dos mercados monetários e financeiros nacionais (liberalização financeira interna) e a integração destes nos mercados mundializados (liberalização financeira externa) (CHESNAIS, 1996).

A liberalização financeira externa na perspectiva neoliberal foi compreendida como a criação de plenas condições para que residentes de um país pudessem adquirir ativos e passivos expressos em moeda estrangeira, e para que estrangeiros pudessem atuar nos mercados financeiros domésticos. Assim, ela permitiria que residentes obtivessem empréstimos nos mercados externos e estrangeiros concedessem crédito nos mercados nacionais; que residentes transferissem capital e adquirissem ativos financeiros fora do país e estrangeiros emitissem passivos nos mercados nacionais; e que a conversibilidade entre moedas se definisse pela autorização de relações creditícias em moeda estrangeira (depósito e empréstimos) entre residentes (CARCANHOLO, 2004, p. 291 - 292).

A liberalização financeira externa não decorreu de um processo evolutivo (natural e espontâneo) da economia de mercado, como sustentou a perspectiva neoliberal. Efetivamente, ela decorreu da ruptura da estrutura reguladora do sistema financeiro norte-americano e da capacidade inovadora em termos de oferta de

“serviços” e de “produtos” desde então, potencializado pelas transformações tecnológicas recentes<sup>5</sup>.

A intensificação da liberalização da estrutura reguladora do sistema financeiro, nos anos 1970, foi determinada por realidades e dinâmicas próprias da economia e das instituições financeiras norte-americanas. No período, a volatilidade da taxa de juros, a crise do endividamento repercutindo em queda de lucratividade do setor bancário e a concorrência interbancária acirrada, levaram ao processo de desregulamentação do sistema financeiro norte americano. De um lado, revelou-se como reação defensiva numa busca por diversificar as operações financeiras e mundializá-las, de outro, testemunhou a hegemonia do capital financeiro sobre outras frações de capitais, no conjunto da economia norte-americana, capaz de se impor sobre o próprio Estado.

Um debate político-econômico em prol da liberalização ocorreu. A estrutura reguladora foi criticada como mecanismo direto e indireto de repressão financeira interna, capaz de promover aspectos como a ineficiência na alocação internacional de recursos, visto que não distinguiria capital especulativo e capital de investimento estruturado de longo prazo, e a imposição de taxas de juros abaixo da remuneração dos fundos para empréstimos. Em consequência, poderia ocorrer carência de poupança interna, falta de estímulo para a alavancagem de capitais, redução das taxas de investimento, ineficiência na alocação dos recursos e baixo crescimento da economia.

A liberalização financeira, em termos mundiais, foi defendida como iniciativa que aperfeiçoaria a relação entre poupadores e investidores a partir dos diversos

---

<sup>5</sup> A estrutura reguladora do sistema financeiro norte-americano tinha como eixo central a segmentação na atuação das diversas instituições financeiras, a transparência na atuação das mesmas e a vigilância da autoridade monetária (FED). A aprovação dos *Banking Acts* de 1933 e de 1935 estabeleceu que os bancos não poderiam negociar ações e seguros e que os bancos comerciais não poderiam pagar juros sobre depósitos à vista. Ficou estabelecido um teto para as taxas de juros, foi restringida a criação e ampliação de redes de instituições financeiras interestaduais, foi limitada a concessão de empréstimos e foi regulamentado o grau de alavancagem de projetos e iniciativas permitido às instituições financeiras. Esta estrutura promovia certa compatibilidade entre ativos e passivos das instituições financeiras.

Nos anos 1960, teve início o processo de liberalização da estrutura reguladora do sistema financeiro norte-americano e a expansão desta liberalização para as outras estruturas reguladoras dos demais sistemas financeiros nacionais. Dentre as medidas de liberalização, assumiu destaque a revogação da proibição dos bancos comerciais de pagarem juros sobre depósitos à vista, a autorização para a criação de um mercado *off-shore* nos Estados Unidos e a permissão de lançamento de ADR's (American Depositary Receipt) por bancos norte-americanos como contrapartida de ações de estrangeiros (não-residentes), ou de títulos juntos a investidores institucionais qualificados. Somou-se a isto a emissão de certificados de depósitos bancários por filiais de bancos norte-americanos situados na Europa, reconhecida como sendo uma das primeiras práticas de internacionalização financeira (CARCANHOLO, 2004, p. 300).

instrumentos (produtos) de intermediação financeira global, de um lado, e destes em relação aos países com poupança interna insuficiente para financiar o crescimento econômico e/ou financiar desequilíbrios externo, somente possível mediante o estabelecimento de taxas de juros convidativas; permitiria a modernização dos sistemas financeiros “nacionais” a partir da concorrência entre instituições financeiras nacionais e estrangeiras; diversificaria a posse dos ativos e em consequência pulverizaria os riscos; e reduziria a exposição dos capitais financeiros às dinâmicas políticas nacionais, que poderiam ser marcadas por medidas econômicas não-rationais, portanto, não condizentes com as garantias de retorno dos investimentos financeiros, a exemplo de orientações políticas governamentais populistas e nacional-desenvolvimentistas, ou mesmo “tecnicamente” equivocadas em decorrência da não observação das dinâmicas e premissas do “mercado”<sup>6</sup>.

Segundo a teoria político-econômica neoliberal, a livre movimentação de investimento estrangeiro direto (IDE) completaria o processo de integração das economias nacionais, em especial dos “países em desenvolvimento”, à economia mundial, completando a criação das condições fundamentais que assegurariam um maior desenvolvimento dos mesmos.

O investimento direto estrangeiro, em especial na forma das empresas transnacionais à procura de aumento das suas atividades de produção fora dos seus países de origem, exerceriam grandes impactos positivos nos “países em desenvolvimento”. Por meio do investimento direto estrangeiro padrões de especialização de produção poderiam ser superados, dando lugar a padrões de produção diversificados. Este investimento poderia promover, ainda, grandes impactos na capacidade tecnológica e de produção das economias, acarretando elevação de

---

<sup>6</sup> Segundo Harvey, junto com o neoliberalismo e a sua globalização neoliberal teve curso, primeiramente, a transição para um novo padrão de investimento do capital sobreacumulado e uma válvula de escape para a crise de sobreacumulação do final dos anos 1960 e dos anos 1970. Teve curso, ainda, a transição para um novo padrão de reprodução de relações sociais e um processo de redistribuição de ativos que favoreceu, fundamentalmente, países de desenvolvimento capitalista central e as classes altas em detrimento dos países de desenvolvimento periférico e das classes baixas. Conforme Harvey, “ativos de propriedade do Estado ou destinados ao uso partilhado da população em geral foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles. Novos campos de atividade lucrativa foram abertos e isso ajudou a sanar o problema da sobreacumulação, ao menos por algum tempo. Mas esse movimento, uma vez desencadeado, criou impressionantes pressões de descoberta de um número cada vez maior de arenas, domésticas ou externas, em que se pudesse executar privatizações” (HARVEY, 2004, p. 130 e 131).

produtividade, redução de custos e, por consequência, ganhos de competitividade interna e externa.

### 3. O DISCURSO NEOLIBERAL REFORMADOR DOS ANOS 1980 E 1990

Mediante o quadro de desindustrialização acarretado pela crise econômica e de desequilíbrio macroeconômico, ocorridos na Argentina e no Chile, a partir da condução de estratégias de desenvolvimento sob a teoria político-econômica neoliberal, na segunda metade dos anos 1970 e nos anos 1980, teve início, no âmbito desta teoria, proposições defendendo “moderação” na implementação da referida estratégia nos demais “países em desenvolvimento”. As efetivas aberturas comerciais e liberalizações financeiras externas, conduzidas simultaneamente, teriam acarretado, segundo estas perspectivas, problemas econômicos graves.

A plena abertura comercial tenderia provocar a desarticulação de certos setores econômicos e saldos negativos na balança comercial. A liberalização financeira externa, por sua vez, tenderia a atrair capitais especulativos internacionais seduzidos pelas taxas de juros, que nestes países, normalmente, se situariam acima das taxas de juros internacionais. A forte e súbita entrada de capitais especulativos provocaria um super endividamento externo (*Overborrowing syndrome*), sem conseqüências positivas na economia real, e uma valorização cambial, com danos potenciais na balança comercial. Tais processos tenderiam a comprometer as contas externas e a gerar crise de financiamento externo. Poderia provocar, ainda, a redução da capacidade de importação de bens de capital e de investimento nos setores produtores para o mercado externo, no qual se materializaria, em tese, as vantagens comparativas desses países.

Para Mckinnon (1991), a abertura externa (abertura comercial e liberalização financeira externa) deveria ocorrer de forma seqüencial. Em um primeiro momento deveria ocorrer uma reforma fiscal, de forma a reduzir a necessidade de rolagem da dívida pública, graças ao equacionamento do déficit fiscal, e a sujeição do governo à arbitragem imposta pelo sistema financeiro, com a conseqüente proteção contra imposição de contratos financeiros draconianos. A referida reforma também geraria nos credores confiança na economia, redução da expectativa de risco país e, conseqüentemente, taxas de juros menores pagos nos novos títulos públicos lançados ou nos antigos renegociados.

Em um segundo momento deveria ocorrer a desregulamentação financeira interna ao país, por meio da eliminação de recursos e créditos dirigidos e dos créditos preferenciais, da redução das reservas compulsórias impostas aos bancos, da redução/eliminação de restrições bancárias (a exemplo da obrigatoriedade de compra de títulos públicos e do estabelecimento de requisitos mínimos para crédito) e da desregulamentação dos tipos e estruturas de passivos. Tais medidas deveriam ser acompanhadas da privatização dos bancos estatais e das instituições de seguro, de modo a intensificar a competitividade no âmbito do capital bancário-financeiro.

As referidas desregulamentação e privatização, com o conseqüente acirramento da competitividade entre as instituições bancárias e financeiras, deveriam ser complementadas com o direito exclusivo do mercado de estabelecer a alocação dos recursos financeiros e de determinar as taxas de juros. Esta condição seria assegurada por meio do disciplinamento da política monetária e financeira e da autonomia da autoridade financeira (bancos centrais).

Nesta perspectiva, enquanto a “repressão financeira”, sob controle e/ou determinação da taxa de juros por mecanismos (políticos) extra-mercado, desempenhado pelo Estado, conduziria a taxas de juros artificializadas e reprimiria a conformação de poupança e de crédito adequadas às necessidades da economia, a “liberalização financeira” permitiria superar alguns dos fatores determinantes do atraso econômico dos “países em desenvolvimento”, a exemplo da escassez crônica de poupança interna e da alocação não-razional dos recursos financeiros.

Em um terceiro momento, deveria ocorrer o início da abertura externa por meio da unificação do mercado cambial e da sua flutuação. Esta unificação e flutuação superariam o tratamento discriminatório contra exportadores e/ou importadores efetivos e potenciais e permitiria a estruturação das cadeias produtivas nas quais residiriam as vantagens comparativas do país.

Em um quarto momento, deveria ocorrer a abertura comercial e acomodar uma forma sequencial própria, inicialmente com a eliminação gradual das quotas de importações e com a promoção da desvalorização da taxa de câmbio real, de modo a reduzir o denominado ‘viés antiexportador’ das “economias fechadas” e prevenir déficits na balança comercial. Posteriormente, as cotas de importação seriam convertidas em tarifas, de forma a eliminar as barreiras não-tarifárias. Por fim, seria estabelecida a plena conversibilidade na conta capital e reduzidas as tarifas médias de proteção, bem como não mais seriam estabelecidas quotas de importação como forma

de atenuar desequilíbrios na balança comercial e, por consequência, no balanço de pagamento.

Em um quinto momento, deveria ser conduzida a etapa final da liberalização financeira externa, mediante a facilitação dos residentes do país em poder adquirir ativos e passivos expressos em moeda estrangeira e dos não residentes em poder operar nos mercados financeiros nacionais.

Na perspectiva neoliberal, as economias nacionais operaram, operam ou operarão a transição de estruturas, modelos e padrões econômicos não plenamente modernos, racionais e eficientes, para outros, de qualidade superior, regidos por uma ordem natural formada a partir das livres decisões individuais e cuja mola-mestra seria os preços. Considerando a estabilidade macroeconômica proporcionada pelo disciplinamento da política monetária e financeira, que pressupunha a aplicação de políticas e ajustes fiscais severos, como pré-condição, e observadas a forma sequencial ideal de implementação das “reformas e ajustes econômicos estruturais”, seria possível, ao mesmo tempo, alcançar os “bons fundamentos econômicos” e criar as condições estruturais que permitiriam superar os contextos de crises de pouco ou nenhum crescimento econômico. Dessa forma, seria proporcionada a queda do “risco país” e o alcance da condição de “*Investment grade*”, respectivamente, medido e concedido por agências de corretagem internacional, “assegurando” condições “mais seguras” de continuidade de entrada de investimento direto estrangeiro (IDE) para financiar o desenvolvimento econômico.

#### **4. A FORMAÇÃO DO “CONSENSO DE WASHINGTON”**

O documento “Consenso de Washington”, concebido dentro dos parâmetros da teoria político-econômica neoliberal, foi confeccionado no final dos anos 1980. Ele propunha um conjunto de orientações político-econômicas para fazer frente à crise da dívida externa e à estagnação que os “países em desenvolvimento” conviviam desde o final dos anos 1970 e início dos anos de 1980.

As orientações encontravam-se centradas na estabilização monetária e financeira, na abertura e liberalização comercial e financeira, no programa de privatização das empresas estatais, na desregulamentação da economia e na redefinição do papel do Estado. A adesão da maior parte das elites políticas e econômicas dos

países de desenvolvimento capitalista periférico, em especial da América Latina, às orientações do documento representou uma inflexão na estratégia de desenvolvimento da maioria dos países, incluindo o Brasil. Esta inflexão, iniciada nos anos 1980, foi concentrada nos anos 1990.

Para o redator do documento “Consenso de Washington”, John Williamson (1990), ele seria uma lista de indicações de princípios de ajustamento da economia, de prudência macroeconômica e de liberalização comercial e orientação econômica voltada para o mercado externo. Como tal, estaria determinado por um contexto marcado pela crise da dívida externa, pela crise de crescimento e pela necessidade de “ajuste” das economias latino-americanas.

O “Consenso de Washington” orientar-se-ia por um conjunto de objetivos gerais. Primeiramente, propunha-se, como estratégia para a retomada do crescimento econômico, ‘ajustar’ e ‘reequilibrar’ macroeconomicamente as economias latino-americanas. Em segundo lugar, intentava-se conduzi-las ao crescimento com baixa inflação, equilíbrio no balanço de pagamentos e maior distribuição de renda<sup>7</sup> (WILLIAMSON, 1990).

---

<sup>7</sup> Os objetivos gerais seriam informados por meio de um conjunto de princípios norteadores das políticas econômicas, mas que também se estendiam para um redesenho político-institucional do Estado. Primeiramente era sinalizada a necessidade da adoção de uma rigorosa disciplina fiscal. A reposição da máquina administrativa, a condução de obras de infraestrutura e as necessidades sociais da população não poderiam se sobrepor aos “limites” fiscais do Estado e ao cumprimento dos contratos, o que significava que o Estado tinha como centralidade “honrar” obrigações financeiras junto a credores internos e externos. Daí, a geração de superávit primário como um dos eixos de política econômica. O Estado deveria direcionar os gastos públicos para a saúde, a educação e os investimentos em infraestrutura, de modo a restringir a sua presença e investimentos diretos no setor produtivo, bem como reduzir subsídios direcionados aos setores produtivos, como incentivos creditícios e financiamentos abaixo das taxas de juros de mercado. Os governos deveriam conduzir uma reforma tributária que desonerasse a produção e que gerasse a menor distorção possível no sistema de preços. As taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado, preferencialmente uma taxa real positiva e moderada que estimulasse a competição e restringisse as práticas rentistas. A taxa de câmbio nacional deveria ser competitiva em face das médias das taxas de câmbio internacionais, de modo a estimular a implementação de uma economia “orientada para fora”. A política comercial deveria ser concebida a partir da remoção das barreiras tarifárias e não tarifárias, tendo em vista a liberalização das importações. As economias dos “países em desenvolvimento” deveriam se abrir ao investimento direto externo (IDE), tendo em vista complementar as fontes internas de financiamento da economia. A condução do processo de privatização das empresas estatais asseguraria uma racionalidade econômica livre de qualquer amarra política e promoveria uma maior eficácia do setor privado na condução da atividade econômica. A condução de medidas jurídico-políticas que assegurassem a desregulamentação da economia, articuladas com a privatização das empresas estatais e a abertura da economia, potencializaria a livre iniciativa, a competitividade e os ganhos de produtividade. Por fim, haveria de ser aprimorado o marco jurídico-político dos direitos de propriedade, isto é, a segurança jurídica da propriedade em geral, em especial da propriedade privada.

## **5. O DISCURSO NEOLIBERAL REFORMADOR DO PÓS-CONSENSO DE WASHINGTON**

Com o advento das crises financeiras e cambiais dos anos 1990, teve início uma terceira fase de reformulação da teoria político-econômica neoliberal, incorporando inclusive elementos de crítica às políticas econômicas neoliberais conduzidas por economistas estruturalistas pós-keynesianos. Ela partiu do reconhecimento de que a reforma seqüencial não teria sido capaz de evitar as crises em função das “imperfeições” de mercado (CARCANHOLO, 2004, p. 306).

No plano do mercado financeiro, esta “imperfeição” se expressaria na existência de informações assimétricas. Ela decorreria do caráter incompleto de informações importantes para que os agentes tomassem suas decisões nos mercados financeiros. Informações assimétricas em um contexto de liberalização financeira poderiam acarretar racionamento de créditos, na medida em que os credores não teriam à sua disposição informações corretas sobre os tomadores de empréstimos; seleção adversa, no qual os investimentos de menores condições de êxito se sobreporiam àqueles de maior condição de êxito; risco moral, em que os emprestadores de última instância, com atuação não seletiva, possibilitariam que os investidores com menor margem de êxito se sentissem protegidos e em condições de investir em operações cada vez mais ariscadas; e comportamento de manada, no qual os agentes que possuísem informações privilegiadas tenderiam a acompanhar aqueles que eles suporiam as possuir (CARCANHOLO, 2004, p. 306 e 307).

Como as crises financeiras e cambiais não emergiriam da abertura comercial e da liberalização financeira, mas das informações assimétricas, exemplarmente presentes nos “países em desenvolvimento”, que são os que apresentam um “estado de fragilidade financeira crônica”, dever-se-ia contar com uma ação de Estado no sentido de corrigir estas “imperfeições”, isto é, proporcionar um ambiente econômico mais estável por meio de um aparato regulatório, sem que este pudesse vir a restringir a liberalização financeira. O mesmo deveria ocorrer na esfera comercial, no qual uma crise comercial setorial deveria receber prontamente ações pragmáticas de proteção do referido mercado e evitar o contágio da crise junto a outros setores da econômica, mas sem comprometer a abertura comercial.

A CEPAL (2000), nos anos 1990, incorporou a perspectiva teórica neoliberal, mas com a correção das “imperfeições” de mercado e a adequação dos processos de

desregulamentação da economia e da liberalização comercial e financeira às especificidades da América Latina e do Caribe. Sustentou que a liberalização da conta de capitais deveria ser ordenada e cautelosa; que deveria promover a entrada de capitais de investimento direto (produtivo) de longo prazo em detrimento dos capitais especulativos de curto prazo; que a política regulatória para o controle de capitais especulativos de curto prazo seria uma necessidade em face desse tipo de capital externo gerar instabilidades nas taxas de câmbio, no grau de controle da oferta de crédito e da demanda agregada, no preço dos ativos e dos passivos externos e na exposição da economia a futuros choques externos (CEPAL, 2000). Todavia, os benefícios da abertura comercial e da liberalização financeira superariam os problemas e os riscos inerentes a elas quando da utilização de políticas regulatórias, desde o controle dos fluxos de capitais à adoção de políticas restritivas de importações quando necessárias e transitoriamente.

O próprio endividamento externo foi admitido pela CEPAL como positivo no contexto de um plano e/ou sob dadas circunstâncias. Como ponto de partida, dever-se-ia realizar endividamento externo quando a poupança interna não viabilizasse os montantes de investimentos requeridos, isto é, o endividamento externo como estratégia complementar à poupança interna e às fontes de financiamento dos investimentos requeridos. Nesta fase, a dívida externa tenderia a crescer mais rapidamente do que o crescimento do PIB. Posteriormente, o crescimento econômico decorrido dos investimentos tenderia a proporcionar uma retomada do crescimento da poupança interna, o que permitiria pagar progressivamente os juros das dívidas contraídas. O saldo da balança comercial, por sua vez, passaria a ser positivo nesta fase. Assim, a taxa de crescimento do PIB tenderia a suplantear a taxa de crescimento da dívida e a expansão da poupança interna permitiria pagar os juros do endividamento e a dívida pararia de crescer. Por fim, o crescimento econômico e a expansão da poupança interna permitiriam que o país continuasse o pagamento dos juros da dívida e desse início à amortização do principal da mesma.

Para a CEPAL, o endividamento externo não poderia financiar o consumo interno, mas a estrutura de produção; o país não deveria se apoiar em endividamento de curto prazo, sujeito ao poder de arbitragem dos credores, mas sim de longo prazo; e os investimentos produtivos deveriam se concentrar nas estruturas produtivas que gerassem produtos para o mercado internacional e na infraestrutura necessária à expansão das referidas estruturas produtivas. As políticas comerciais seletivas poderiam

atenuar e/ou superar as “falhas” de mercado e permitir o usufruto das externalidades positivas, de modo que ocorresse a ampliação da capacidade produtiva e a promoção de exportações.

A idéia de desenvolvimento com “equidade” proposta pela CEPAL também parece situar-se no âmbito do gerenciamento das “imperfeições” do mercado, previsto pelas reformas neoliberais. É importante assinalar que a idéia de desenvolvimento com “equidade” aparece como crítica do desenvolvimento sob política de substituição de importações, o que teria aprofundado a concentração de renda nas camadas sociais superiores, mas também como constatação dos problemas sociais acarretados pelas reformas neoliberais, a exemplo do desemprego estrutural e da marginalização social. Ela enseja, de fato, não o desenvolvimento com “equidade”, mas o crescimento econômico acompanhado de políticas sociais de caráter compensatório flexíveis, isto é, que possam ser redesenhadas (reduzidas, verticalizadas etc.), tendo em vista a obtenção de superávits primários e/ou equilíbrios fiscais dos Estados.

## **6. A BASE TEÓRICA DO “NOVO MODELO ECONÔMICO”**

No Brasil, a adesão das elites políticas e econômicas à teoria político-econômica neoliberal e ao documento “Consenso de Washington” concorreu decisivamente para o surgimento de proposições político-econômicas que ficaram denominadas por “novo modelo econômico”.

O chamado “novo modelo econômico” teve como base analítica a teoria econômica tradicional e a suposta eficiência intrínseca do mercado, isto é, a compreensão de que a economia alcançaria a sua máxima eficiência quando o mercado funcionasse livre da regulamentação e da intervenção direta do Estado. Para esta concepção, não existiria nada essencialmente diferente entre os países, isto é, não se admitia especificidades históricas e contextuais entre os diversos países. Todos tenderiam conviver, sob o livre mercado, com uma dinâmica natural em direção ao desenvolvimento. Assim, não haveria países “subdesenvolvidos”, mas tão somente “países em desenvolvimento”. De certo modo, estava sendo reposta a teleologia do desenvolvimento, mas sobre novas bases.

O fundamento da base analítica do chamado “novo modelo econômico” era constituído pela defesa do sistema de mercado, pelo reconhecimento da sua eficiência

econômica intrínseca, em termos de racionalidade e produtividade crescente, e pelo reconhecimento do mercado como o agente primordial do desenvolvimento. O desempenho de um papel restrito por parte do Estado se constituiria em uma pré-condição para o bom funcionamento do mercado. O Estado, por meio do seu aparato burocrático-institucional e jurídico-político, deveria se voltar para assegurar o disciplinamento monetário e financeiro, a resolução de problemas sociais e o equacionamento das “falhas” do mercado e da relação estabelecida entre sociedade e mercado. Finalmente, esta base analítica encontrava-se expurgada de teorias, princípios e orientações de inspiração keynesiana clássica ou dela derivada, a exemplo das proposições de desenvolvimento estruturalista pós-keynesiana.

Franco (1998) sustentou que os alicerces do “novo modelo econômico” seriam a estabilidade econômico-monetária, a abertura econômica e a redução/redefinição do papel do Estado<sup>8</sup>. A perspectiva seria alcançar crescimento econômico sustentado por meio do aumento de produtividade e da acumulação de capital com eficiência, o que redundaria no aumento do produto por unidade de capital viabilizado por meio de investimentos internos (poupança privada interna) e, principalmente, de investimentos externos (poupança privada externa).

A abertura econômica asseguraria os fluxos comerciais e os fluxos de capitais. Para tanto, a estabilização monetária assumiria um papel prioritário, de um lado, necessário para atrair os investimentos diretos estrangeiros (IDE), e de outro, viável enquanto houvesse capital financeiro internacional disponível para o financiamento das dívidas públicas interna e externa.

O discurso político-econômico representado pelo “novo modelo econômico” foi, efetivamente, uma das referências políticas e teóricas das reformas liberalizantes conduzidas no Brasil no final dos anos 1980 e nos anos 1990. Em termos estritamente econômicos, os seus resultados foram modestos e ambíguos, pois, se por um lado gerou impactos positivos sobre a produtividade da economia, elevando-a; por outro, foi igualmente responsável por desencadear uma estrutura e dinâmica econômica que promoveu o setor da indústria de transformação de uso intensivo de recursos naturais em detrimento dos demais setores (de uso intensivo de tecnologia, de capital e de mão-de-obra), reduziu o coeficiente de nacionalidade presente nos produtos e processos

---

<sup>8</sup> Por meio de iniciativas como a privatização e a planificação econômica para alocação de capital.

produtivos, internacionalizou a propriedade de ativos econômicos públicos e piorou as condições de equilíbrio externo do país (CARVALHO, 2007, p. 26).

## CONCLUSÃO

A teoria político-econômica neoliberal, no processo de afirmação da sua hegemonia, marcada por crises econômicas e sociais decorridas das reestruturações econômico-produtivas sob sua inspiração e das crises financeiras e cambiais de um mercado globalizado (em termos mais financeiros do que comerciais), foi exposta a críticas severas. Para a conquista e preservação da sua hegemonia, foi capaz de incorporar orientações político-econômicas críticas, de inspiração estruturalista pós-keynesiana, o que lhe permitiu flexibilizar a condução do seu programa econômico.

Primeiramente, a defesa do tratamento de choque nos anos 1970, que correspondeu à ruptura com as estruturas econômicas conduzidas a partir de políticas de protecionismo comercial, repressão financeira e forte regulamentação do mercado. Posteriormente, a defesa da reforma seqüencial ótima nos anos 1990, que correspondeu a respostas às crises das estruturas produtivas e financeiro-cambiais, que desencadeou fenômenos como recessão e desemprego em massa, e à capacidade de exercício da hegemonia conquistada, com a incorporação de orientações heterodoxas de caráter tático e transitório de inspiração estruturalista pós-keynesiana. Por fim, a defesa da regulamentação realizada pelo Estado no contexto do revisionismo do pós-Consenso de Washington, que correspondeu à amplitude das forças destrutivas mobilizadas e à urgência de ações do Estado para moderá-las, isto é, o programa econômico neoliberal sob crise e contestação.

Em que pese a incorporação de orientações político-econômicas complementares, a teoria político-econômica neoliberal manteve, rigorosamente em termos estratégicos, a defesa da abertura comercial, da liberalização financeira interna e externa, da desregulamentação dos mercados, da privatização de estatais e serviços públicos e da eliminação de subsídios. A imperiosa intervenção regulamentadora do Estado, no contexto da crise financeira que eclodiu em 2008, foi clamada como medida *ah doc* necessária, mas tão somente de caráter transitório, sob pena de ameaçar a ordem natural estabelecida a partir das livres decisões individuais e dos mecanismos de preços.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Neoliberalismo e Desenvolvimento em uma Economia periférica. In: XAVIER, Clésio Lourenço (Org.). **Desenvolvimento Desigual**. Uberlândia: Editora da UFU, 2004.

CEPAL. Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe. In: BIEALSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

CARVALHO, Veridiana Ramos da Silva. **A Restrição Externa e a perda de dinamismo da Economia Brasileira: Investigando as relações entre estrutura produtiva e crescimento econômico**. Rio de Janeiro: BNDES, 2007.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

FRANCO, G. H. B. A Inserção Externa e o Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v.18, n.3, jul., 1998.

MARQUES, Hamilton Nonato. **Liberalização da Economia e Governabilidade**. Texto Para Discussão, nº 232. Brasília: IPEA, 1991.

McKINNON, R.I. **The order of economic liberalisation: financial control in the transition to a market economy**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1991.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Circulo do Livro, 1999.

WILLIAMSON, John. **What Washington mean by policy reform in a conference held by the Institute for International Economics in November, 1989**. Published as the opening chapter in the conference volume *The progress of policy reform in Latin America*, 1990.

## A ECONOMIA NACIONAL EM TEMPOS DE CRISE: REVISÃO E APONTAMENTOS DAS ANÁLISES DO DIEESE

Equipe Técnica do Observatório<sup>1</sup>

Desde que a crise atual (denominada crise dos *subprimes*<sup>2</sup>) começou a despontar, em 2007, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) vêm publicando textos que visam explicar as origens da crise e descrever seus efeitos, sobretudo sobre o Brasil. Esta resenha trata de três notas técnicas publicadas - *A turbulência financeira mundial e a conjuntura dos próximos meses* (Nota Técnica 48, Ago. 2007), *A crise financeira recente: fim de um padrão de funcionamento da economia mundial?* (Nota Técnica 78, out. 2008), *A crise econômica mundial e as turbulências recentes* (Nota Técnica 104, ago. 2011) – e de um capítulo de livro – (In.: *Mercado de Trabalho em Goiás: Estudos do Observatório do Trabalho*, 2010).

As duas primeiras notas técnicas (números 48 e 78) foram escritas logo no início da crise, motivo pelo qual tratam principalmente de descrever o processo que a desencadeou, sendo que a segunda nota é uma revisão ampliada da primeira. A nota técnica 104, por sua vez, já trata das consequências da crise em diversos países e no mundo como um todo e, especificamente, de seus impactos sobre o Brasil. Embora esta última apresente uma análise mais robusta (principalmente pelo fato de ser mais recente, depois de decorridos fatos difíceis de prever logo no início), não substitui a leitura das outras duas (especialmente a 78), que explicam mais detalhadamente os motivos de desencadeamento da crise.

O capítulo *Crise, economia e emprego* tem por objetivo descrever como a crise de 2008 afetou o mercado de trabalho brasileiro, em geral, e goiano, em particular, baseando-se principalmente em dados obtidos junto ao Ministério do Trabalho e Emprego. Possui o caráter de um relatório técnico, descrevendo as evoluções dos dados. As notas técnicas apresentam análises fortemente vinculadas à teoria keynesiana e

---

<sup>1</sup> Observatório da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Núcleo Centro-Oeste. Equipe Técnica do Observatório: Geraldo Coelho de Oliveira Júnior (Pesquisador Gestor), Maxmilian Lopes da Silva (Pesquisador Orientador), Walmir Barbosa (Pesquisador Orientador), Denise Talitha Soares Carneiro (Economista), Letícia Daniele Silva Ferreira (Aluna Bolsista), Luíza Batista da Costa (Aluna Bolsista), Marcelo Regis da Silva Filho (Estagiário).

<sup>2</sup> Empréstimos concedidos a tomadores cuja única garantia de pagamento é o imóvel no qual eles residem. São considerados de alto risco.

partem do pressuposto de que a causa principal da crise é a desregulamentação do mercado, como é visível no trecho:

“(...) já se sabe da importância de os mercados - financeiros e outros - serem regulados, já que os mercados livres são candidatos frequentes a crises. Para isso, deveriam funcionar os Estados Nacionais e os mecanismos de regulação financeira multilaterais.” (DIEESE, 2007, p. 4)

Segundo o DIEESE, o estouro da “bolha” especulativa no mercado imobiliário americano não foi a única e nem a principal causa da crise econômica, mas apenas o estopim. A crise tem origens variadas e mais profundas, remontando ao final da década de 1980, com a liberalização econômica em escala mundial:

Ao lado disso, a liberalização comercial; a promoção da liberalização de investimentos e dos setores de serviços, incluídos os financeiros; a privatização das empresas públicas, colocando combustível nos mercados de capitais; a desregulamentação dos mercados e outros mecanismos potencializavam um mundo em que os competidores deviam buscar novos espaços de valorização dos capitais, incentivando a financeirização da riqueza e das relações sociais. Todos os espaços abertos, toda criação humana, todo o planeta virava um imenso espaço de acumulação de riqueza financeira. (DIEESE, 2008, p. 6)

O sistema financeiro americano permitia que as pessoas se endividassem cada vez mais, sendo que grande parte desse endividamento era ligado ao setor imobiliário, seja para a compra de imóveis, seja pela sua hipoteca. Esse mecanismo não se limitou a emprestar dinheiro para quem tivesse condições de pagar, pois mesmo indivíduos que não tinham contrato de trabalho estável e nem patrimônio suficiente para garantir o pagamento das dívidas obtinham crédito com relativa facilidade. Os títulos podres (*subprimes*) são justamente esses empréstimos concedidos com pouca ou nenhuma garantia de quitação. O trecho a seguir retrata como ocorria o ciclo vicioso de endividamento por meio de um mercado imobiliário supervalorizado:

Com a aquisição do imóvel, o novo proprietário pode, sendo de alto ou de nenhum risco, obter crédito junto ao sistema financeiro usando agora o imóvel como garantia; ou seja, ao se tornar proprietário, o indivíduo tem acesso a um empréstimo bancário por meio de uma hipoteca. Contudo, pela generalização e expansão do próprio crédito imobiliário, o preço dos imóveis sobe permanentemente, o que leva a uma espiral de elevação do crédito: quanto maior o valor do imóvel, maior o volume de recursos que pode ser obtido junto ao sistema financeiro. E se o valor dos imóveis está subindo, é possível “renovar” a hipoteca, conseguindo um novo crédito maior com base nessa valorização, para pagar a hipoteca anterior e conseguir mais recursos.

Enquanto os preços dos imóveis sobem permanentemente, esse é um mecanismo que se alimenta dele mesmo. (DIEESE, 2008, p. 3)

Na classificação de títulos, *prime* são aqueles que apresentam menor risco e *subprimes*, os mais arriscados, geralmente empréstimos feitos a quem não oferece garantias de pagamento, seja por não possuir patrimônio suficiente, seja por possuir contratos de trabalho instáveis, ou outro motivo. Os créditos mais arriscados são atrativos por oferecerem maior retorno, especialmente na economia de países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde as taxas de retorno de títulos seguros são mínimas.

As instituições financeiras venderam esses títulos mais arriscados para se proteger de seu alto risco. Os títulos foram bem recebidos no mercado pela sua alta rentabilidade. Como o mercado americano é aberto para o mundo, “todos se transformaram, de alguma forma, em sócios da expansão do mercado imobiliário dos EUA” (DIEESE, 2008). Praticamente todos os setores foram afetados, porque o crédito era utilizado pelos consumidores para comprar, e com o aumento dos juros e redução do crédito, o mercado consumidor se retraiu, afetando também os produtores, que produziram com a expectativa de um mercado em expansão.

Com a crise internacional de 2008, viu-se a necessidade de maior regulamentação do mercado financeiro, visando corrigir desajustes. No entanto, a política de ação da maioria dos países limitou-se à recuperação das instituições financeiras que causaram a crise, gastando grande quantidade de recursos públicos na manutenção do sistema e evitando uma crise de insolvência. A crise “refletiu uma nova lógica da economia internacional, na qual as finanças assumiram um papel central” e muito pouco foi feito no sentido de tornar o sistema sustentável.

Apesar do crescimento da cooperação internacional, as medidas que visaram combater a crise, em sua maioria, foram tomadas em âmbito nacional, com exceção da União Europeia. Entre os impactos negativos causados pela crise se encontram: queda na qualidade dos empregos, ampliação da desigualdade de renda e queda dos rendimentos do salário.

No Brasil, a crise resultou em queda do PIB, dos investimentos estrangeiros e da produção industrial, além da maior concentração de produtos primários na exportação e ampliação das importações de manufaturados. Uma das causas é que, a fim de equilibrar as perdas do mercado financeiro, muitos títulos brasileiros que estavam em carteiras internacionais foram vendidos e, o que é mais agravante, vários títulos não poderiam

mais ser expedidos por não possuir mercado. Por exemplo, na semana de 13 a 17 de agosto, o Tesouro Nacional teve que suspender um leilão de títulos públicos, pois o mercado exigia taxas de juros muito altas.

O mercado de trabalho batia recordes de oferta de postos de trabalho em 2007, e a expectativa era de permanência desse quadro até meados de 2008, porém o mercado de trabalho foi afetado pela crise, fato que levou a um crescimento abaixo do estimado. Apesar de ser típico do mercado brasileiro o recuo dos postos de trabalho no final do ano<sup>3</sup>; em 2009, esse recuo foi muito mais intenso. Outro fator relevante a ser analisado: houve um ajuste no mercado de trabalho o que levou a remunerações mais baixas. Muitos dos trabalhadores despedidos encontraram empregos na mesma função anterior, só que com salários inferiores<sup>4</sup>.

Tais impactos negativos foram freados pela política macroeconômica pró-ativa adotada pelo governo (ampliando o crédito para investimento e consumo, valorizando o salário mínimo, concedendo isenções fiscais para os setores mais afetados e ampliando os investimentos públicos) e pelo próprio fortalecimento do mercado de trabalho nos últimos anos, responsável por gerar grande número de postos de trabalho. Assim, apesar da crise, o mercado brasileiro criou, em 2008, 1,4 milhão de novos postos de trabalho formais e, em 2009, 995 mil. Quanto ao PIB, já apresentou alta no segundo trimestre de 2009, tornando o Brasil um dos primeiros países a se recuperar da crise.

O impacto da crise no Estado de Goiás foi diferenciado devido às divergências das atividades econômicas predominantes nacionalmente. No Brasil como um todo, a indústria de transformação foi a mais afetada - seguiu acumulando perdas de empregos até março de 2009, e os saldos positivos até agosto de 2009 não compensaram tais perdas. O Estado de Goiás concentra apenas 2,5% do emprego industrial nacional, que foi justamente o setor com maior número de desligamentos, mas em Goiás esse setor apresentou crescimento do número de empregos, ao contrário da tendência nacional. Também contrariando essa tendência, o Estado já apresentava saldo positivo de postos de trabalho em janeiro de 2009, dando sinais de superação da crise, apesar desse saldo ser menor se comparado ao de anos anteriores.

---

<sup>3</sup> Tradicionalmente, o nível de empregos formais apresenta uma redução em dezembro, devido a diversos fatores, como, por exemplo, o fim da intensificação do consumo de final de ano, a entressafra agrícola, o término do ciclo escolar e fatores climáticos.

<sup>4</sup> Característica dos períodos de ajuste da mão de obra.

A mesorregião<sup>5</sup> goiana que sofreu as maiores perdas nos postos de trabalho foi a Centro Goiano, justamente a que concentra o maior número de empregos no estado, embora todas tenham apresentado recuo dos empregos formais. Os setores mais afetados em Goiás foram: indústria de alimentos e bebidas, agricultura, comércio e construção civil. Além dessa perda de postos de trabalho, seguindo a tendência nacional, houve rebaixamento dos salários, por meio da contratação de trabalhadores para uma mesma função por salários inferiores. A grande maioria dos afetados foram trabalhadores com menos de um ano de permanência no emprego e as maiores diferenças entre a remuneração anterior e posterior foram registradas nos setores com maior número empregos. O trecho a seguir analisa a perda salarial:

A análise destes dados permite constatar, primeiramente, uma queda de 10,4% na remuneração média total do estado entre dezembro e janeiro, que passa de R\$ 686,02, em dezembro de 2008, pra R\$ 614,91 em janeiro de 2009, o que apresenta um recuo de R\$ 71,10. Também há uma diferença significativa na remuneração média de admitidos e desligados, quando são consideradas as ocupações que apresentaram maior movimentação no mercado de trabalho neste período. (DIEESE, 2010, p. 70 - 72)

Para um melhor enfrentamento da crise, o DIEESE sugere desviar do discurso presente de reajuste fiscal (que intensificaram a crise nos Estados Unidos e na Europa), retomar a ampliação do crédito e do gasto público e, principalmente, executar uma política industrial que abranja toda a cadeia de produção, reduzindo a dependência do setor primário.

As notas técnicas sobre a crise estão disponíveis no portal do DIEESE<sup>6</sup> e constituem uma boa referência para quem busca uma apreciação geral e sucinta sobre a crise. O capítulo 3 - *Crise, economia e emprego* -, do livro *Mercado de Trabalho em Goiás* - é uma leitura mais aprofundada, de grande valor para quem busca uma compreensão mais detalhada das consequências da crise no mercado de trabalho goiano.

---

<sup>5</sup> Segundo o DIEESE (2010), “O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subdivide Goiás em cinco mesorregiões: Centro Goiano, Norte Goiano, Noroeste Goiano, Sul Goiano e Leste Goiano. As mesorregiões foram identificadas a partir da análise do processo social, de suas características regionais e espaciais.”

<sup>6</sup> <http://www.dieese.org.br>

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Nota Técnica 48:** A turbulência financeira mundial e a conjuntura dos próximos meses. São Paulo: DIEESE, 2007. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec48turbulenciaFinanceira.pdf> Acesso em: 01 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica 78:** A crise financeira recente: fim de um padrão de funcionamento da economia mundial. São Paulo: DIEESE, 2008. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notatec78criseAtual.pdf> Acesso em: 01 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. **Nota Técnica 104:** A crise econômica mundial e as turbulências recentes. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/notatecnica/notaTec104CriseEconomica.pdf> Acesso em: 01 nov. 2012.

\_\_\_\_\_. Crise, Economia e Emprego. In: \_\_\_\_\_. **Mercado de Trabalho em Goiás:** Estudos do Observatório do Trabalho. Goiás: DIESSE, 2010. cap. 3, p. 57 – 74.

## **DADOS E INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E EDUCACIONAIS DA MICRORREGIÃO DO ENTORNO DE BRASÍLIA PARA SUBSIDIAR A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO**

Equipe Técnica do Observatório<sup>1</sup>

**RESUMO:** O objetivo deste estudo é estabelecer uma interconexão entre os aspectos econômicos, demográficos, sociais e educacionais da Microrregião do Entorno de Brasília, tendo em vista subsidiar as ações educacionais relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão das instituições públicas de ensino. A primeira parte caracteriza a Microrregião, apresentando dados relativos à sua área, população, número de municípios, entre outros. A segunda parte traça os aspectos econômicos, com foco no mercado de trabalho. Em seguida, na terceira parte, são apresentados os aspectos demográficos e sociais da Microrregião. Na quarta parte, há levantamentos e análises a respeito dos aspectos educacionais. A última parte, Conclusões Gerais, se constitui em um quadro analítico do conjunto e sugere atuações para a oferta de cursos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Microrregião do Entorno de Brasília; Entorno de Brasília; Oferta de cursos.

### **INTRODUÇÃO**

A Microrregião do Entorno de Brasília possui 38.123,74Km<sup>2</sup> de área total e uma população de 1.052.406 (27,6 de densidade populacional), distribuída em 20 municípios. Desse total, 89,41% vive em área urbana e apenas 10,59% em área rural. A população masculina (49,88%) é levemente inferior à feminina (50,12%). Um total de 53,88% dos habitantes da microrregião reside em suas quatro cidades mais populosas,

---

<sup>1</sup> Observatório da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Núcleo Centro-Oeste. Equipe Técnica do Observatório: Geraldo Coelho de Oliveira Júnior (Pesquisador Gestor), Maxmillian Lopes da Silva (Pesquisador Orientador), Walmir Barbosa (Pesquisador Orientador), Denise Talitha Soares Carneiro (Economista), Letícia Daniele Silva Ferreira (Aluna Bolsista), Luíza Batista da Costa (Aluna Bolsista), Marcelo Regis da Silva Filho (Estagiário).

as quais são (em ordem decrescente): Luziânia, Águas Lindas de Goiás, Valparaíso de Goiás e Formosa. Segundo a tipologia da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), esta é uma microrregião estagnada.

Os 20 municípios que compõem a Microrregião do Entorno de Brasília são: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício. A Figura 1 apresenta o mapa dessa Microrregião.

A Microrregião concentra em torno de 90% da população, dos empregos formais, do total de alunos matriculados nas redes de ensino federal, estadual, municipal e particular da Mesorregião Leste Goiano, na qual está localizada.

Quanto ao contingente populacional, em 2010, apresentou um aumento de 29,1% em relação aos dados do ano 2000 do mesmo órgão. Portanto, trata-se de uma microrregião que convive com um processo acelerado de expansão demográfica, que tende a carregar desdobramentos sociais graves como demanda por emprego muito acima da sua oferta e inadequação entre a necessidade e a disponibilidade efetiva de equipamentos e políticas sociais.

**Figura 1: Microrregião do Entorno de Brasília**



Fonte: Segplan/IMB.

## **1 ASPECTOS ECONÔMICOS**

### **1.1 Dados Setoriais**

A Tabela 1.1 apresenta o PIB da Microrregião do Entorno de Brasília desagregado por municípios, bem como uma diversidade de dados complementares relacionados ao PIB. Mais da metade do PIB da microrregião foi originado do setor de Serviços. Em termos de significância para o PIB da microrregião, nenhum município se comparou a Luziânia, cujo valor do PIB foi mais que o dobro do segundo lugar, Cristalina. O município de Luziânia polarizou 20,52% da população, 33,82% da arrecadação de impostos, 14,75% das atividades agropecuárias, 50% das indústrias e 22,23% da área de serviços.

Conforme apresenta a Tabela 1.2<sup>2</sup>, o setor de Serviços foi, de modo geral, o que ofereceu as condições de trabalho mais vantajosas na microrregião: foi o que concentrou o maior número de trabalhadores, o que possuía a melhor remuneração média, a menor jornada de trabalho semanal e a maior duração média do emprego. Em número de estabelecimentos, perdeu apenas para o setor de Comércio, o qual deteve 42,7% do total. Utilizando os mesmos parâmetros de comparação, o setor de Indústria foi o segundo em termos de condições de trabalho mais vantajosas, porém este setor possuía poucos estabelecimentos em comparação aos demais, sugerindo uma maior concentração de trabalhadores por estabelecimento.

Conforme é possível verificar na Tabela 1.3, os setores que mais concentraram empregos formais na microrregião foram, em ordem decrescente: Administração Pública (28%), Comércio (25%) e Serviços (22%). Tanto no Comércio quanto na Administração Pública, a microrregião apresentou uma maior concentração de trabalhadores quando comparada ao país e ao Estado de Goiás. No entanto, a concentração de empregos na Construção Civil foi inferior, o que pode ser decorrente do menor crescimento dessa atividade e/ou da presença de estabelecimentos e trabalhos informais.

---

<sup>2</sup> No cálculo do PIB, os grandes setores de Indústria e Construção Civil são agregados sob a nomenclatura “Indústria”. Também são agregados os grandes setores de Comércio e Serviços, sob a nomenclatura “Serviços”.

**Tabela 1.1 – Produto Interno Bruto do Estado de Goiás, da Microrregião do Entorno de Brasília e de seus Municípios - 2009**

Municípios	Agropecuária (R\$ mil)	Indústria (R\$ mil)	Serviços (R\$ mil)	VA <sup>3</sup> (R\$ mil)	Impostos (R\$ mil)	PIB <sup>4</sup> (R\$ mil)	População	PIB Per capita (R\$)
Estado de Goiás	<b>10.593.189</b>	<b>20.409.683</b>	<b>44.548.965</b>	<b>75.551.837</b>	<b>10.063.506</b>	<b>85.615.344</b>	<b>5.926.300</b>	<b>14.446,68</b>
Abadiânia	19.185	9.912	48.632	77.729	4.671	82.400	13.378	6.159,40
Água Fria de Goiás	57.921	4.662	24.044	86.627	2.378	89.004	5.318	16.736,45
Águas Lindas de Goiás	2.119	83.236	435.659	521.013	27.616	548.630	143.179	3.831,77
Alexânia	26.600	115.228	113.284	255.112	49.250	304.362	20.706	14.699,21
Cabeceiras	73.541	6.119	29.782	109.442	2.972	112.414	6.794	16.546,09
Cidade Ocidental	9.961	30.687	160.890	201.538	11.371	212.909	52.380	4.064,71
Cocalzinho de Goiás	25.358	26.970	53.817	106.144	6.656	112.800	15.296	7.374,50
Corumbá de Goiás	17.249	7.512	35.492	60.253	2.520	62.773	9.372	6.697,92
Cristalina	471.825	60.857	321.973	854.655	47.177	901.833	38.504	23.421,79
Formosa	64.591	122.958	493.866	681.415	64.942	746.357	96.284	7.751,62
Luziânia	173.978	763.179	926.227	1.863.383	177.444	2.040.828	210.064	9.715,27
Mimoso de Goiás	17.246	1.507	10.268	29.021	701	29.722	2.941	10.106,04
Novo Gama	2.075	58.199	273.615	333.888	18.697	352.585	88.835	3.968,99
Padre Bernardo	41.578	18.530	93.762	153.871	6.235	160.106	28.012	5.715,61
Pirenópolis	38.586	44.793	88.067	171.445	10.632	182.077	20.945	8.693,12
Planaltina	32.033	48.507	276.652	357.192	19.077	376.269	79.651	4.723,97
Santo Antônio do Descoberto	11.186	33.096	177.596	221.879	11.516	233.395	58.474	3.991,43
Valparaíso de Goiás	146	78.934	555.820	634.901	55.798	690.698	123.444	5.595,23
Vila Boa	33.951	6.725	23.352	64.028	2.758	66.786	4.578	14.588,56
Vila Propício	60.053	4.389	23.037	87.479	2.297	89.775	5.359	16.752,27
Microrregião do Entorno de Brasília	<b>1.179.182</b>	<b>1.526.000</b>	<b>4.165.835</b>	<b>6.871.015</b>	<b>524.708</b>	<b>7.395.723</b>	<b>1.023.514</b>	<b>7.226</b>

Fonte: Elaborado pela Segplan – GO/ Sepin/ Gerência de Contas Regionais e Indicadores – 2011/ Adaptada.

<sup>3</sup> Nessa tabela, o Valor Agregado é dado pela soma dos PIBs agropecuário, industrial e de serviços.

<sup>4</sup> Soma do VA e dos Impostos.

**Tabela 1.2 – Empregos e Estabelecimentos por Grandes Setores de Atividade: Quantidade, Remuneração Média, Jornada de Trabalho e Duração Média - 2011**

	Empregos					Estabelecimentos	
	Quantidade	%	Remuneração Média	Jornada de Trabalho (Horas/Semana)	Duração média do emprego (meses)	Quantidade	%
1 - Indústria	9.684	9,3	2,2	43,0	29,8	826	6,6
2 - Construção Civil	4.684	4,5	1,9	43,8	11,3	730	5,8
3 - Comércio	25.506	24,5	1,8	43,5	21,0	5.361	42,7
4 - Serviços	52.684	50,7	2,3	40,0	68,9	3.028	24,1
5 - Agropecuária	11.339	10,9	1,9	43,7	29,1	2.621	20,9
<b>Total</b>	<b>103.897</b>	<b>100,0</b>	<b>2,1</b>	<b>41,7</b>	<b>46,5</b>	<b>12.566</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 1.3 também revela que o setor da Indústria de Transformação na microrregião encontrou-se abaixo das médias do Brasil e do Estado de Goiás em número de empregos formais. Deve-se salientar que este setor de atividade encontra-se concentrado no município de Luziânia, conforme demonstra a Tabela 1.1 (participação da Indústria no PIB) e a tabela 1.2 (que apresenta a magnitude dos empregos formais).

**Tabela 1.3– Distribuição dos Empregos Formais por Setor de Atividade no Brasil, em Goiás e na Microrregião do Entorno de Brasília – 2010 (%)**

IBGE Setor	Brasil	Goiás	Microrregião do Entorno de Brasília
1 - Extrativa mineral	0,48	0,59	0,86
2 - Indústria de transformação	17,89	15,57	9,34
3 - Serviços industriais de utilidade pública	0,91	0,68	0,30
4 - Construção Civil	5,69	5,82	3,75
5 - Comércio	19,02	19,12	24,65
6 - Serviços	32,55	26,23	22,26
7 - Administração Pública	20,25	25,76	27,74
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	3,20	6,22	11,09
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Conforme a Tabela 1.4, no setor de Indústria de Transformação, houve uma grande concentração dos trabalhadores na indústria de alimentos e bebidas (que agrupou mais da metade dos trabalhadores do setor) e também houve uma quantidade

significativa em produção de mineral não metálico. Já no setor de Comércio, 87% dos trabalhadores estavam concentrados no ramo varejista. No setor de Serviços, o mais importante da microrregião em termos de participação no PIB, os postos de trabalho estavam relativamente bem distribuídos, destacando-se o subsetor de Transporte e Comunicações.

**Tabela 1.4 – Distribuição dos Trabalhadores por Setor e Subsetor Econômico na Microrregião do Entorno de Brasília - 2010**

IBGE Subsetor	Total	Total (%)	Remuneração Média (SM)	Jornada de Trabalho (Horas/ Semana)	Duração Média do Emprego (meses)
<b>01-EXTRATIVA MINERAL</b>	<b>844</b>	<b>100</b>	<b>2,3</b>	<b>43</b>	<b>24,7</b>
01-Extrativa Mineral	844	100	2,3	43	24,7
<b>02-INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO</b>	<b>9.173</b>	<b>100</b>	<b>2</b>	<b>44</b>	<b>28,2</b>
02-Prod. Mineral Não Metálico	1.387	15,12	1,63	44	25,6
03-Indústria Metalúrgica	571	6,22	1,93	43	18,4
04-Indústria Mecânica	144	1,57	2,75	37	9,6
05-Elétrico e Comunicação	6	0,07	1,2	44	8,9
06-Material de Transporte	14	0,15	1,93	44	12,2
07-Madeira e Mobiliário	396	4,32	1,26	44	30,8
08-Papel e Gráfica	260	2,83	2,01	43	28
09-Borracha, Fumo, Couros	133	1,45	1,43	44	26,3
10-Indústria Química	1.158	12,62	2,37	44	26,7
11-Indústria Têxtil	272	2,97	1,27	44	22,6
12-Indústria Calçados	4	0,04	1,05	44	20,5
13-Alimentos e Bebidas	4.828	52,63	2,15	44	31,2
<b>3 - SERVIÇOS INDUSTRIAIS DE UTILIDADE PÚBLICA</b>	<b>294</b>	<b>100</b>	<b>5</b>	<b>43</b>	<b>60,9</b>
14-Serviço Utilidade Pública	294	100	5	43	60,9
<b>4 - CONSTRUÇÃO CIVIL</b>	<b>3.688</b>	<b>100</b>	<b>1,89</b>	<b>44</b>	<b>11,6</b>
15-Construção Civil	3.688	100	1,86	44	11,6
<b>5 - COMÉRCIO</b>	<b>24.211</b>	<b>100</b>	<b>1,65</b>	<b>44</b>	<b>20</b>
16-Comércio Varejista	21.123	87,25	1,53	43	20,1
17-Comércio Atacadista	3.088	12,75	2,52	44	19,3
<b>6 - SERVIÇOS</b>	<b>21.867</b>	<b>100</b>	<b>1,83</b>	<b>42</b>	<b>33,5</b>
18-Instituição Financeira	793	3,63	6,39	36	62,4
19-Adm Técnica Profissional	3.920	17,93	1,62	43	25,9
20-Transporte e Comunicações	6.482	29,64	1,89	44	41,1
21-Alojamento e Alimentação	5.707	26,1	1,42	43	26,6
22-Médicos Odontológicos e Veterinários	1.393	6,37	1,56	42	34,2
23-Ensino	3.572	16,33	1,71	36	32,3

<b>7 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	<b>27.246</b>	<b>100</b>	<b>2,52</b>	<b>38</b>	<b>92,6</b>
24-Administração Pública	27.246	100	2,52	38	92,6
<b>8 - AGROPECUÁRIA, EXTRAÇÃO VEGETAL, CAÇA E PESCA</b>	<b>10.893</b>	<b>100</b>	<b>1,86</b>	<b>44</b>	<b>29,2</b>
25-Agricultura	10.893	100	1,86	44	29,2

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

## 1.2 Dados Municipais

A Tabela 1.5 apresenta a distribuição dos empregos formais da microrregião por município. Luziânia concentrou o maior número de empregos formais nas três áreas apresentadas (Indústria de Transformação, Comércio e Serviços), com destaque para o setor de Indústria de Transformação: o município concentrou quase metade dos empregos formais nesse setor em toda a microrregião.

**Tabela 1.5 – Distribuição dos Empregos Formais na Indústria de Transformação, no Comércio e nos Serviços na Microrregião do Entorno de Brasília por município – 2010 (%)**

Município	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços
Abadiânia	2,91	0,94	2,15
Água Fria de Goiás	0,09	0,12	0,24
Águas Lindas de Goiás	3,23	8,22	11,84
Alexânia	6,74	2,08	2,81
Cabeceiras	0,34	0,14	0,63
Cidade Ocidental	1,30	2,81	4,73
Cocalzinho de Goiás	0,72	1,15	0,58
Corumbá de Goiás	0,46	0,39	0,65
Cristalina	5,06	7,39	4,73
Formosa	10,47	17,29	12,21
Luziânia	48,06	22,24	23,33
Mimoso de Goiás	0,00	0,04	0,05
Novo Gama	1,38	4,52	5,30
Padre Bernardo	1,42	1,33	1,21
Pirenópolis	8,34	2,02	2,94
Planaltina	2,11	6,01	4,83
Santo Antônio do Descoberto	1,44	3,25	4,50
Valparaíso de Goiás	5,05	19,69	16,98
Vila Boa	0,89	0,26	0,19
Vila Propício	0,00	0,12	0,10
Total	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

O Gráfico 1.1 apresenta a taxa de crescimento do número de empregos formais no Estado de Goiás e na Microrregião do Entorno de Brasília, de 2001 a 2010. Pode-se constatar que a empregabilidade na microrregião (em média, 9,24%) cresceu a uma taxa superior à do Estado de Goiás (em média, 6,82%) e que, também, as duas oscilaram juntas e no mesmo sentido ao longo dos anos. A empregabilidade na microrregião foi levemente mais instável que a do Estado, ou seja, sofreu flutuações com maior frequência, o que é possível constatar pelo seu desvio padrão superior (0,025 para a microrregião, 0,014 para o estado).

A taxa de crescimento dos empregos formais decresceu levemente de 2001 a 2006, com um leve aumento em 2004, para a Microrregião do Entorno de Brasília, e em 2005, para o Estado de Goiás. A partir de 2006, a taxa de crescimento voltou a subir, mas sofreu novamente uma queda em 2008 e em 2009, anos da eclosão crise financeira originada na bolha especulativa do mercado imobiliário americano, denominada “Crise do *Subprime*”<sup>5</sup>. A crise afetou a empregabilidade da microrregião com maior força do que a do Estado. O que pode estar relacionado à amplitude que as atividades industriais intensivas no uso de recursos naturais assumem nessa microrregião e ao impacto da redução das exportações de bens produzidos por essas atividades.

Dentre os fatores responsáveis por essa maior vulnerabilidade presente na microrregião, pode-se destacar a exposição dessa microrregião às flutuações e instabilidades econômicas. Deve-se considerar também que o estado é formado por várias microrregiões e, por ser maior e mais diversificado, o que perde em um setor ou região, pode compensar em outros; enquanto a microrregião, por ser menor, tem reduzida possibilidade de ter uma economia mais diversificada.

---

<sup>5</sup> *Subprimes* são empréstimos concedidos a tomadores cuja única garantia de pagamento é o imóvel no qual eles residem. São considerados de alto risco.

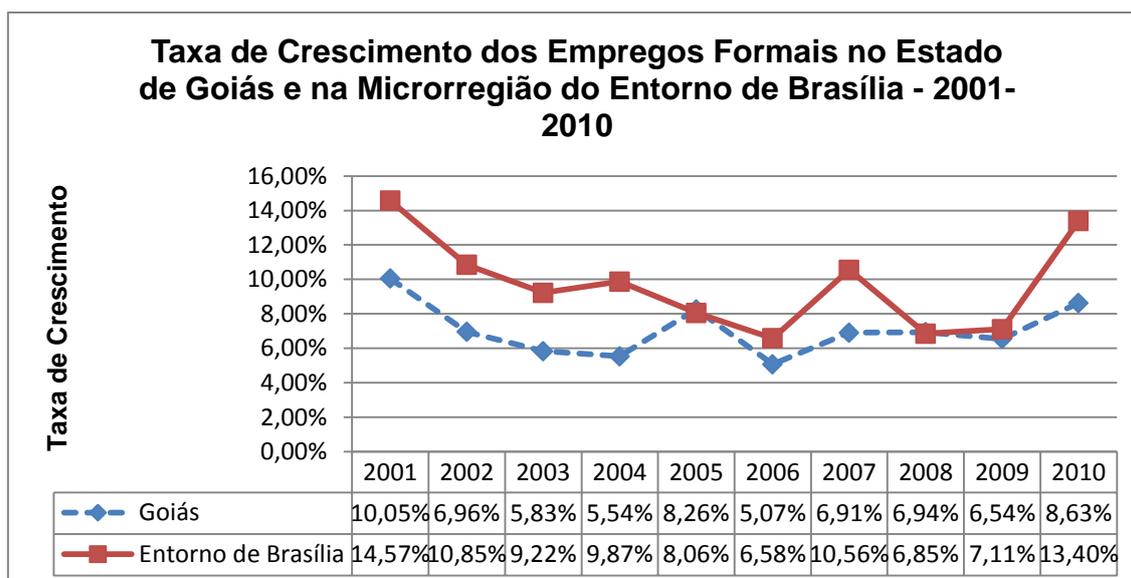


Gráfico 1.1 – Taxa de Crescimento dos Empregos Formais em Goiás e na Microrregião do Entorno de Brasília – 2001 – 2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

### 1.3 Faixa Salarial

A Tabela 1.6 apresenta a distribuição dos empregos formais na Microrregião do Entorno de Brasília de 2002 a 2010. A concentração de empregos formais das faixas de remuneração mais baixas, exceto até 0,5 salário mínimo, aumentou de 2002 a 2010, enquanto a concentração dos empregos nas faixas de maior remuneração diminuiu, exceto a concentração na faixa de 5,01 a 7 salários mínimos, que aumentou de 2,8% (2002) para 3,6% (2010).

**Tabela 1.6 – Distribuição dos Empregos Formais (em Salários Mínimos) na Microrregião do Entorno de Brasília por Faixa de Remuneração (%)**

Ano/Remuneração	2002	2004	2006	2008	2010
Até 0,50	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
0,51 a 1,00	7,0	7,1	7,7	7,4	8,2
1,01 a 1,50	32,4	35,1	41,9	43,1	42,2
1,51 a 2,00	22,7	22,0	19,8	19,9	19,7
2,01 a 3,00	18,9	17,6	15,5	15,3	15,0
3,01 a 4,00	8,9	8,5	6,4	5,7	5,3
4,01 a 5,00	3,7	3,6	2,9	2,6	3,0
5,01 a 7,00	2,8	2,8	2,5	2,8	3,6
7,01 a 10,00	1,7	1,4	1,4	1,2	1,1
10,01 a 15,00	0,9	0,8	0,7	0,6	0,5
15,01 a 20,00	0,4	0,3	0,2	0,2	0,1

Mais de 20,00	0,3	0,2	0,2	0,1	0,1
Não Classificado	0,1	0,3	0,8	1,0	1,0
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Conforme a Tabela 1.7, metade dos trabalhadores da microrregião recebia até 1,5 salário mínimo no ano de 2010. A faixa de remuneração que mais concentrou trabalhadores foi a de 1,01 a 1,5 salário mínimo (42%), seguida da faixa de 1,51 a 2 salários mínimos (20%).

Em comparação com o Brasil e o Estado de Goiás, a concentração de trabalhadores por faixa salarial na microrregião foi maior nas faixas salariais mais baixas; acima de 2 salários mínimos, a concentração caiu e foi menor quanto maior a faixa salarial. Apenas nas remunerações de até 0,5 salário mínimo (a menor faixa salarial) essa tendência foi contrariada: a microrregião possuía bem menos empregos formais nessa faixa salarial do que o Brasil e o Estado Goiás.

**Tabela 1.7 – Remuneração Média no Brasil, no Estado de Goiás e na Microrregião do Entorno de Brasília por Faixa Salarial – 2010 (Salários Mínimos)**

	Até 0,5	0,51 a 1	1,01 a 1,5	1,51 a 2	2,01 a 3	3,01 a 4	4,01 a 5	5,01 a 7	7,01 a 10	10,01 a 15	15,01 a 20	Mais de 20,00
Brasil	0,4	4,5	26,5	18,3	18,8	9,0	5,5	6,1	4,1	2,8	1,2	1,8
Goiás	0,6	7,4	35,9	18,2	15,7	6,8	4,1	5,6	2,4	1,3	0,5	0,6
Microrregião do Entorno de Brasília	0,1	8,2	42,2	19,7	15,0	5,3	3,0	3,6	1,1	0,5	0,1	0,1

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

Apesar da microrregião apresentar pequeno número de empregos formais para trabalhadores com até 17 anos de idade, como é possível perceber pela Tabela 1.8, esse grupo é relativamente bem remunerado em comparação com o Brasil e o Estado de Goiás. Ao contrário dos trabalhadores dessas faixas mais jovens, todos os demais receberam, em média, remuneração mais baixa na microrregião, tanto em comparação com o Estado Goiás quanto com o Brasil. Sendo, em média, 1,09 ponto percentual menor do que a do país e 0,58 ponto percentual menor do que a de Goiás. Ao contrário da tendência geral, os trabalhadores com mais de 50 anos não receberam remunerações

mais elevadas; o salário praticamente ficou estagnado nas faixas etárias a partir dos 40 anos.

**Tabela 1.8 – Remuneração Média no Brasil, no Estado de Goiás e na Microrregião do Entorno de Brasília por Faixa Etária – 2010 (Salários Mínimos)**

	10 A 14	15 A 17	18 A 24	25 A 29	30 A 39	40 A 49	50 A 64	65 OU MAIS	Média
Brasil	0,77	1,04	1,71	2,48	3,14	3,84	4,50	4,70	3,11
Goiás	0,76	0,91	1,58	2,20	2,65	3,18	3,68	4,05	2,60
Microrregião do Entorno de Brasília	0,98	1,02	1,43	1,86	2,16	2,37	2,35	2,37	2,02

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

#### 1.4 Escolaridade

De acordo com o Gráfico 1.2, mais da metade dos trabalhadores empregados na Microrregião do Entorno de Brasília possuía, em 2010, escolaridade do nível médio completo ao ensino superior completo. No entanto, a quantidade de trabalhadores com baixo nível educacional ainda foi alta. A soma dos trabalhadores com até o 5º ano incompleto ao ensino médio incompleto totalizou 45% em 2010.

Nos níveis de ensino acima do médio, a microrregião possui um número de trabalhadores bem abaixo, proporcionalmente, do que o Estado de Goiás e o Brasil. Este é um dos fatores que concorre para que a remuneração média da microrregião seja baixa (2,02 salários mínimos) e a valorização da educação, elevada.

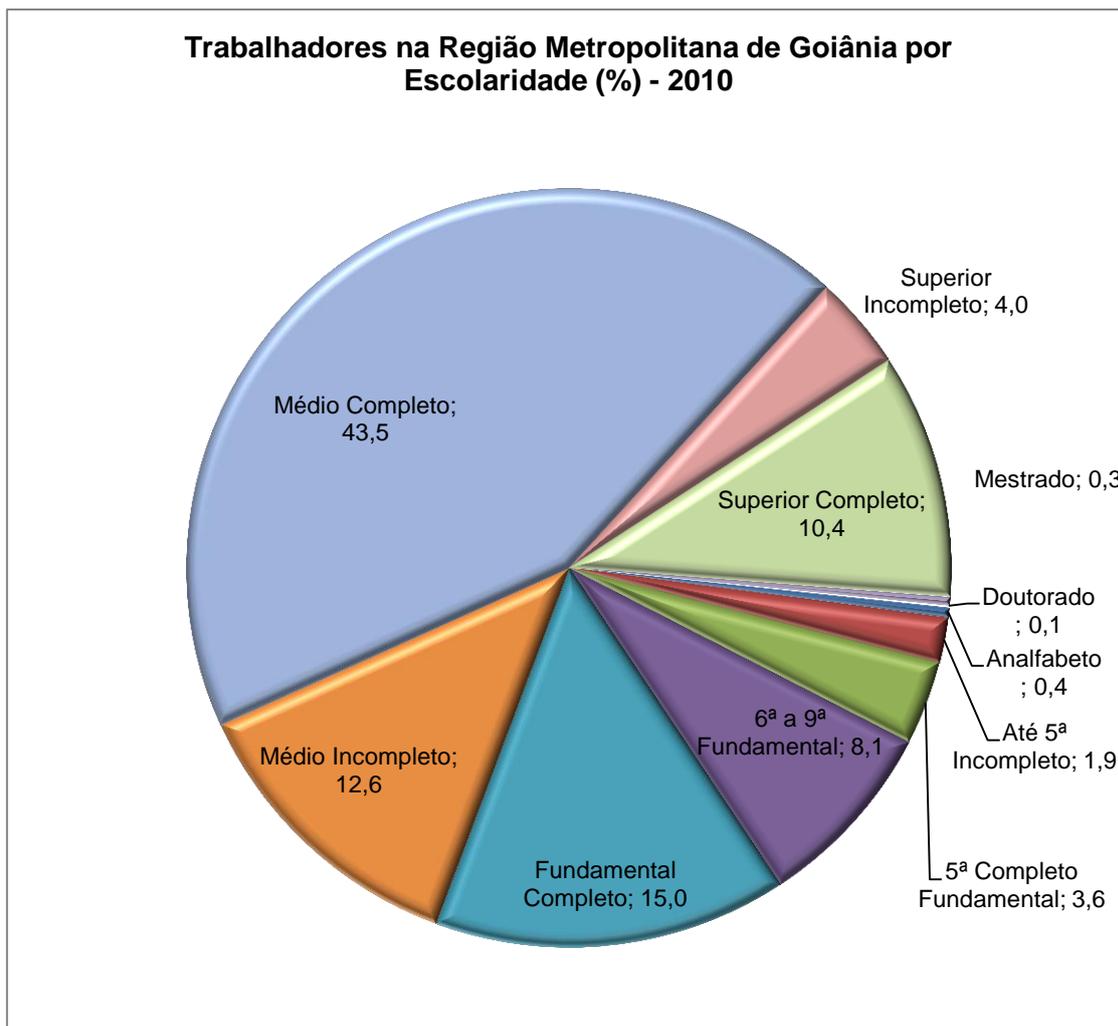


Gráfico 1.2 – Trabalhadores na Microrregião do Entorno de Brasília por Escolaridade - 2010

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

### 1.5 Ocupações por Quantidade de Trabalhadores e Remuneração

A Tabela 1.9 apresenta as 20 ocupações que mais ofereceram postos de trabalho em 2010, assim como suas taxas de crescimento médio nos últimos 5 anos e a suas remunerações médias (salários mínimos). A maior parte dos empregos estava vinculada à administração e às vendas. Com exceção de duas ocupações (“professores de nível médio na educação infantil, no ensino fundamental e no profissional” e “Gerentes de áreas de apoio”), a remuneração média dessas ocupações foi inferior a 3 salários mínimos.

**Tabela 1.9 – As 20 ocupações que mais empregam na Microrregião do Entorno de Brasília, sua taxa de crescimento média anual (média de 2005 a 2010) e sua remuneração média (em salários mínimos - SM) - 2010**

<b>CBO 2002 subgrupo</b>	<b>2010</b>	<b>Média</b>	<b>SM</b>
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	12.296	-0,13	2,12
Vendedores e demonstradores	9.338	-0,09	1,49
Trabalhadores nos serviços de administração, conservação e manutenção de edifícios	6.386	-0,03	1,38
Condutores de veículos e operadores de equipamentos de elevação e de movimentação	5.508	-0,07	2,08
Trabalhadores na exploração agropecuária em geral	3.948	-0,07	1,49
Trabalhadores dos serviços de hotelaria e alimentação	3.882	-0,06	1,29
Professores de nível médio na educação infantil, no ensino fundamental e no profissional	3.356	-0,04	3,55
Membros superiores do poder legislativo, executivo e judiciário	3.154	-0,25	2,70
Embaladores e alimentadores de produção	2.919	-0,08	1,31
Trabalhadores nos serviços de proteção e segurança	2.712	-0,02	1,73
Caixas, bilheteiros e afins	2.443	-0,17	1,37
Trabalhadores da construção civil e obras públicas	2.244	-0,13	1,94
Ajudantes de obras	1.804	-0,14	1,27
Trabalhadores artesanais na agroindústria, na indústria de alimentos e do fumo	1.776	-0,07	1,56
Trabalhadores agrícolas	1.718	-0,02	1,56
Trabalhadores dos serviços de transporte e turismo	1.670	-0,01	1,21
Gerentes de áreas de apoio	1.625	-0,14	3,52
Professores de nível superior na educação infantil e no ensino fundamental	1.578	0,12	2,48
Trabalhadores dos serviços de saúde	1.503	-0,24	1,47
Trabalhadores elementares da manutenção	1.364	-0,11	1,50

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

A Tabela 1.10 apresenta as 20 ocupações que melhor remuneraram em 2010. Em geral, foram ocupações ligadas à atividade industrial e que exigem nível técnico ou superior. As profissões mais bem remuneradas são indicadores importantes sobre qual tipo de trabalho é mais valorizado na região e apresentam um possível foco para a atuação das instituições de educação, sobretudo daquelas que oferecem educação técnica e profissional.

**Tabela 1.10 – As 20 ocupações que melhor remuneraram em 2010 – Microrregião do Entorno de Brasília (Salários Mínimos)**

<b>CBO 2002 subgrupo</b>	<b>Total</b>
Diretores de produção e operações	11,2
Diretores gerais	8,7
Agrônomos e afins	6,8
Operadores na geração e distribuição de energia (centrais hidrelétricas, termelétrica etc)	6,6
Engenheiros, arquitetos e afins	6,5
Físicos, químicos e afins	6,4
Supervisores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo	6,2
Diretores de áreas de apoio	6,1
Supervisores na exploração florestal e pesca	5,2
Supervisores de manutenção eletroeletrônica e eletromecânica	5,2
Profissionais de relações públicas, publicidade, marketing e comercialização	5,1
Técnicos em navegação aérea, marítima e fluvial	5,1
Supervisores da produção de utilidades	5,0
Supervisores em serviços de reparação e manutenção mecânica	5,0
Advogados do poder judiciário e da segurança pública	4,8
Técnicos em mineralogia e geologia	4,8
Advogados, procuradores, tabeliões e afins	4,8
Supervisores da transformação de metais e de compósitos	4,4
Professores leigos no ensino fundamental e no profissionalizante	4,4
Pesquisadores	4,3

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir de dados da RAIS/MTE.

## 1.6 Planos Governamentais de Desenvolvimento

Dentre os principais objetivos do Governo do Estado de Goiás até 2015, previstos no plano plurianual (PPA 2012/2015: Plano de Desenvolvimento Estratégico. GOIÁS, 2012), encontram-se: aumento da eficiência dos órgãos públicos, educação básica de qualidade (por meio da qualificação do quadro de professores e aprimoramento dos métodos pedagógicos, entre outros), programas de ampliação da segurança (inclusive melhoria da polícia técnico-científica), fortalecimento do setor agropecuário, melhoria na infraestrutura urbana (ênfase em estradas e saneamento), otimização industrial (ênfase na indústria química), desenvolvimento do turismo, melhora do sistema de saúde (ênfase no acompanhamento da gravidez e no atendimento de crianças até 2 anos).

Os projetos diretamente ligados à microrregião do Entorno de Brasília são:

- Polo de Desenvolvimento Turístico-Histórico do Eixo Brasília/Corumbá/Pirenópolis/Jaraguá/Goiás: possui por objetivo o desenvolvimento sócio-cultural-econômico desse eixo histórico, promovendo a capacitação profissional e fomento às atividades ligadas ao turismo e à cultura.
- Programa de Desenvolvimento Integrado da Região do Entorno do Distrito Federal: entre suas linhas de ação estão a promoção da educação, o esgotamento sanitário e abastecimento de água, pavimentação das vias e estradas, implantação de infraestrutura urbana e rural, promoção do acesso e integralidade da assistência materno infantil e ampliação da segurança e do sistema público de saúde.
- Irriga Mais Goiás: dentre suas linhas de ação está a implantação de barragens em Cristalina, visando o aumento da produção irrigada.

### 1.7 Arranjos Produtivos Locais

O Quadro 1.1 apresenta os Arranjos Produtivos Locais presentes na Região de Planejamento do Entorno do Distrito Federal. Todas as cidades polos são pertencentes à Microrregião do Entorno de Brasília. A confecção de roupas se destaca por possuir quatro APLs.

**Quadro 1.1 – Arranjos Produtivos Locais Articulados na Região de Planejamento do Entorno do Distrito Federal**

<b>Arranjo Produtivo Local</b>	<b>Produtos</b>	<b>Cidade Polo</b>
Mineral/quartzito de Pirenópolis	Quartzito	Pirenópolis
Apicultura do Entorno Norte do DF	Mel	Formosa
Artesanato da Cidade Ocidental	Artesanato	Cidade Ocidental
Artesanato Mineral de Cristalina	Gemas e joias	Cristalina
Confecções de Águas Lindas	Confecções – roupas	Águas Lindas
Confecções de Novo Gama	Confecções – roupas	Novo Gama
Confecções de Planaltina	Confecções – roupas	Planaltina
Confecções de Santo Antônio do Descoberto	Confecções – roupas	Santo Antônio do Descoberto
Fruticultura de Luziânia	Frutos de Pomares	Luziânia
Móveis de Valparaíso	Móveis	Valparaíso de Goiás
Turismo de Pirenópolis	Turismo	Pirenópolis
Lácteo da Microrregião de Formosa <sup>1</sup>	Leite e Derivados	Formosa

Mandioca em Cristalina, Luziânia e Planaltina <sup>2</sup>	Mandioca e Derivados	Cristalina
Minhocultura na Cidade Ocidental <sup>2</sup>	Minhoca e Humus	Cidade Ocidental

Fonte: SEGPLAM-GO/IMB – 2012. Adaptada.

<sup>1</sup>Arranjo em articulação.

<sup>2</sup>Arranjo apoiado pelo Ministério da Integração/RIDE.

## 2 DADOS DEMOGRÁFICOS E ASPECTOS SOCIAIS

### 2.1 Dados Demográficos

Na microrregião do Entorno de Brasília, os municípios de Formosa e de Luziânia possuem unidades de Instituições de Ensino Superior Públicas, mais especificamente, câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, câmpus da Universidade Estadual de Goiás. O município de Águas Lindas de Goiás terá um câmpus do IFG em 2013. Os municípios de Novo Gama e de Valparaíso de Goiás receberão câmpus do IFG em 2014.

Esta microrregião tem a segunda maior população do Estado de Goiás, atrás somente da microrregião de Goiânia, correspondendo a 17,52% da população do estado. Dependente do Distrito Federal, esta microrregião conta também com um crescimento populacional acelerado e desordenado, concorrendo para indicadores sociais ruins e má distribuição das riquezas.

Nos municípios que sediam e que sediarão unidades das IES Públicas (Tabela 2.1), o número de habitantes no ano de 2010, segundo o Censo do IBGE, foi de 661.994, sendo que o município de Novo Gama apresentou o menor contingente populacional, com 95.018 habitantes e o de Luziânia apresentou o maior contingente populacional, com 174.531 habitantes. A população desses municípios equivale a 44,06% do total da população da Microrregião do Entorno de Brasília.

O número de pretos e de pardos nesses municípios, segundo o Censo de 2010 do IBGE, é significativamente maior que a população de brancos, sendo que em cada um dos municípios, pretos e pardos somam mais 60% da população.

**Tabela 2.1 - População residente, por cor ou raça, segundo os municípios da microrregião do Entorno de Brasília que Sediam IES Públicas – Goiás – 2010**

Microrregiões e Municípios	População residente						
	Total	Cor ou raça					
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Sem declaração
Águas Lindas de Goiás	159 378	47 216	14 007	4 837	93 058	260	-
Formosa	100 085	33 230	8 877	2 180	55 634	163	1
Luziânia	174 531	60 114	14 033	3 464	96 598	318	4
Novo Gama	95 018	26 661	10 030	2 501	55 661	161	4
Valparaíso de Goiás	132 982	46 650	11 985	1 993	72 148	205	1
Microrregião do Entorno de Brasília	1 052 411	342 139	89 328	22 682	596 514	1 738	10
<b>Goiás</b>	<b>6 003 788</b>	<b>2 502 119</b>	<b>391 918</b>	<b>98 478</b>	<b>3 002 673</b>	<b>8 533</b>	<b>67</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

## 2.2 Aspectos Sociais

Conforme a Tabela 2.2, cerca de 30% da população de cada um dos cinco municípios que sediam e sediarão IES Públicas, frequentavam algum nível ou modalidade de ensino em 2010. Em três desses municípios (Águas Lindas, Luziânia e Novo Gama), o maior número de alunos se encontrava no Ensino Fundamental, seguido do Ensino Médio e, por fim, da Pré-Escola, assim como na Microrregião Entorno de Brasília. Nos outros dois municípios (Formosa e Valparaíso de Goiás), após da predominância do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, apresentou em terceiro lugar alunos que frequentavam o Ensino Superior.

**Tabela 2.2 - Pessoas que frequentavam escola ou creche, por curso que frequentavam, segundo os municípios da Microrregião do Entorno de Brasília que Sediam IES Públicas – 2010**

Municípios	Pessoas que frequentavam escola ou creche								
	Total	Curso que frequentavam							
		Creche	Pré-escolar	Classe de alfabetização	Alfabetização de jovens e adultos	Fundamental	Médio	Superior	Especialização de nível superior, mestrado ou doutorado
Águas Lindas de Goiás	53 902	1 164	5 683	3 597	625	32 382	8 396	1 867	188
Formosa	32 381	401	2 252	1 969	341	16 559	6 175	4 332	352
Luziânia	56 035	1 471	4 209	3 864	547	31 537	10 000	4 100	306
Novo Gama	31 599	641	2 729	1 911	294	18 408	5 883	1 614	120
Valparaíso de Goiás	45 376	1 754	4 652	2 213	199	23 108	7 991	4 976	483
Microrregião do Entorno de Brasília	344 901	8 815	29 320	21 352	3 351	194 850	59 540	25 407	2 267
<b>Goiás</b>	<b>1 787 847</b>	<b>45 620</b>	<b>137 316</b>	<b>99 304</b>	<b>17 289</b>	<b>905 673</b>	<b>337 198</b>	<b>218 548</b>	<b>26 900</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Das pessoas que tem 10 anos ou mais de idade nos municípios em análise e de toda a Microrregião do Entorno de Brasília (Tabela 2.3), cerca de 50% não possuem instrução ou cursaram o Ensino Fundamental de forma incompleta. Também é baixo, o número de pessoas que concluem o Ensino Médio e o Ensino Superior, quando se considera o número de habitantes de cada município.

Por meio desses dados, pode-se inferir que crianças e jovens dessa microrregião abandonam a vida escolar, seja para contribuir com a renda da família, seja por dificuldades para acessar ao ensino formal. Assim, devem ser aprofundadas as políticas públicas de acesso e permanência dessas crianças e jovens na escola, bem como a oferta de cursos na modalidade Educação de Jovens e Adultos por instituições como o próprio IFG ou unidades escolares mantidas pelo Estado ou pelos respectivos Municípios.

Deve-se salientar a necessidade de programas de extensão das IES Públicas voltadas para a reversão desse quadro. Instituições como a UFG e a UEG podem assumir um papel destacado nesse processo mediante a condução de projetos interinstitucionais, estabelecidos com as secretarias municipais e estadual de educação, tendo em vista conduzir cursos para o corpo docente envolvidos com a oferta de cursos de EJA, elaborar estudos e pesquisas sobre as experiências de EJA na microrregião, coordenar projetos e ações de EJA nessa microrregião e assim por diante.

**Tabela 2.3 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução, segundo os municípios da Microrregião do Entorno de Brasília que Sediam IES Públicas – 2010**

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Nível de instrução				
		Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Águas Lindas de Goiás	126 526	72 702	26 326	24 822	1 846	831
Formosa	82 901	40 381	14 444	20 604	7 160	314
Luziânia	141 872	77 304	25 712	32 364	5 439	1 053
Novo Gama	76 276	42 689	13 758	17 006	1 727	1 095
Valparaíso de Goiás	108 743	45 166	22 054	34 124	6 545	853
Microrregião do Entorno de Brasília	855 576	464 307	158 384	193 352	34 007	5 527
<b>Goiás</b>	<b>5 092 674</b>	<b>2 527 434</b>	<b>924 234</b>	<b>1 213 946</b>	<b>394 491</b>	<b>32 568</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os dados apresentados na Tabela 2.4 a seguir demonstram que em cada município que sedia Instituições de Ensino Superior Públicas, mais de 90% da população economicamente ativa encontrava-se ocupada em 2010. É importante perceber que cerca de 5% das crianças com idade entre 10 a 13 anos possui algum tipo de ocupação, entretanto, a definição de ocupação pelo IBGE é muito ampla. Em termos absolutos, este é um número alto, tendo em vista que essas crianças estão em idade escolar. É válido ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa declaratória pode haver distorções de informações.

**Tabela 2.4 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de idade, condição de atividade e de ocupação na semana de referência, segundo os municípios da Microrregião do Entorno de Brasília que Sédiam IES Públicas – Goiás – 2010**

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade				
	Total	Condição de atividade na semana de referência			
		Economicamente ativas			Não economicamente ativas
		Total	Condição de ocupação na semana de referência		
	Ocupadas*		Desocupadas		
Águas Lindas de Goiás	126 526	77 174	70 380	6 793	49 352
Formosa	82 901	52 358	48 530	3 829	30 543
Luziânia	141 872	85 753	77 240	8 513	56 118
Novo Gama	76 276	44 531	39 444	5 087	31 745
Valparaíso de Goiás	108 743	67 466	62 440	5 026	41 276
Microrregião do Entorno de Brasília	855 576	514 349	470 387	43 962	341 227
<b>Goiás</b>	<b>5 092 674</b>	<b>3 158 254</b>	<b>2 959 329</b>	<b>198 924</b>	<b>1 934 420</b>
Pessoas com Idade entre 10 a 13 anos					
Águas Lindas de Goiás	14 770	817	667	150	13 952
Formosa	7 850	472	347	125	7 378
Luziânia	14 856	627	488	139	14 228
Novo Gama	8 316	317	230	87	8 000
Valparaíso de Goiás	10 597	404	363	41	10 193
Microrregião do Entorno de Brasília	89 043	4 449	3 566	882	84 594
<b>Goiás</b>	<b>422 417</b>	<b>27 289</b>	<b>23 067</b>	<b>4 222</b>	<b>395 128</b>
Pessoas com 14 anos ou mais					
Águas Lindas de Goiás	111 756	76 356	69 713	6 643	35 400
Formosa	75 051	51 886	48 183	3 703	23 165
Luziânia	127 016	85 126	76 752	8 374	41 890
Novo Gama	67 959	44 214	39 214	4 999	23 746
Valparaíso de Goiás	98 145	67 062	62 077	4 985	31 084
Microrregião do Entorno de Brasília	766 534	509 900	466 821	43 079	256 633
<b>Goiás</b>	<b>4 670 258</b>	<b>3 130 965</b>	<b>2 936 262</b>	<b>194 703</b>	<b>1 539 292</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

Nota: O IBGE entende como pessoas ocupadas os indivíduos que tinham trabalho durante todo ou parte do período em que a pesquisa foi feita. Incluíram-se, ainda, como ocupadas, as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado por motivo de férias, licença, greve, etc.

A Tabela 2.5 indica o número de pessoas com 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, a média e a mediana do rendimento mensal dessas pessoas.

Nota-se que o número de mulheres ocupadas e sua renda são inferiores ao número de homens ocupados e a renda mensal deles. Do total de ocupados na microrregião do Entorno de Brasília, 59,92% são homens e a renda mensal deles chega a ser R\$308,23 maior que a renda das mulheres. Esse é um problema que deve ser enfrentado para a construção da igualdade de gênero.

**Tabela 2.5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, e valor do rendimento nominal médio e mediano mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, por sexo, segundo os municípios da Microrregião do Entorno de Brasília que Sediam IES Públicas – Goiás – 2010**

Municípios	Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho			Valor do rendimento nominal mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (R\$)					
				Médio			Mediano		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	Homens		Mulheres	
Águas Lindas de Goiás	68 523	41 379	27 144	847,21	952,73	686,36	600,00	700,00	510,00
Formosa	46 788	27 699	19 090	1 311,06	1 447,23	1 113,47	700,00	765,00	510,00
Luziânia	74 979	45 054	29 924	1 079,23	1 195,96	903,50	700,00	800,00	561,00
Novo Gama	38 392	22 501	15 890	972,40	1 078,61	822,00	700,00	800,00	600,00
Valparaíso de Goiás	61 241	34 694	26 547	1 312,34	1 482,00	1 090,62	800,00	1 000,00	700,00
Microrregião do Entorno de Brasília	453 288	271 650	181 638	972,61	1086,17	777,94	600,00	700,00	510,00
<b>Goiás</b>	<b>2 844 988</b>	<b>1 686 143</b>	<b>1 158 844</b>	<b>1 323,53</b>	<b>1 509,42</b>	<b>1 053,04</b>	<b>750,00</b>	<b>800,00</b>	<b>600,00</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do IBGE, Censo Demográfico 2010.

### 2.3 Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH nos permite avaliar o nível de vida médio nos municípios em estudo. Observa-se, pela Tabela 2.6, que os índices sociais devem ser melhorados para atingir padrões satisfatórios, ou seja, que se encontrem igual ou superior a 0,800. Percebe-se que apenas o IDH-M/Educação conseguiu registrar resultados acima de 0,800 no ano de 2000.

**Tabela 2.6 - Índice de Desenvolvimento Humano nos municípios que sediam Instituições de Ensino Superior Públicas por Microrregião. Microrregião do Entorno de Brasília.**

Índices	Águas Lindas de Goiás		Formosa		Luziânia		Novo Gama		Valparaíso de Goiás	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
IDH-M/Renda	0,599	0,61	0,682	0,681	0,636	0,665	0,621	0,646	0,692	0,692
IDH-M/Educação	0,612	0,815	0,766	0,840	0,736	0,850	0,763	0,855	0,837	0,837
IDH-M/Longevidade	0,691	0,726	0,647	0,730	0,663	0,752	0,602	0,726	0,687	0,687
<b>IDH - Municipal</b>	<b>0,634</b>	<b>0,717</b>	<b>0,698</b>	<b>0,750</b>	<b>0,678</b>	<b>0,756</b>	<b>0,662</b>	<b>0,742</b>	<b>0,739</b>	<b>0,739</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados da Segplan/Sepin – 2012.

## 2.4 Endemias

O número de casos registrados de dengue na Microrregião do Entorno de Brasília (Tabela 2.7) foi alto no ano de 2011. Foram totalizados 329 casos entre dengue clássica e febre hemorrágica. O poder público tem procurado contar com a participação da população para a diminuição dos casos de dengue, posto que sem esse envolvimento da população não é possível controlar a propagação dessa doença.

**Tabela 2.7 - Número de Casos de Dengue Registrados por Microrregião. Microrregião do Entorno de Brasília– 2011**

Endemias	Microrregião do Entorno de Brasília
Dengue [dengue clássico]	317
Febre hemorrágica devido ao vírus da dengue	12
<b>TOTAL</b>	<b>329</b>

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir dos dados do DATASUS.

## 3 ASPECTOS EDUCACIONAIS

### 3.1 Levantamento de Cursos e Identificação de Eixos Científicos e Tecnológicos nas Instituições Públicas de Educação da Microrregião do Entorno de Brasília

O Campus Luziânia do IFG apresenta como prioridade institucional a oferta de cursos técnicos integrados e de cursos superiores articulados a partir das áreas constituídas para a oferta desses cursos técnicos. Essa prioridade está orientada

fundamentalmente para o setor de Indústria de Transformação, por meio dos Cursos Técnicos Integrados em Química e em Mecânica. O campus também está orientado para os setores de Indústria de Construção Civil, por meio do Curso Técnico Integrado de Edificações, de serviços, por meio dos Cursos Técnico Integrado de Informática para Internet e do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e de ensino, por meio do Curso de Licenciatura em Química.

Pode-se verificar, por meio do Quadro 3.1, que os cursos e modalidades ofertados no Campus Luziânia do IFG se distribuem nos eixos tecnológicos Informação e Comunicação, Controle e Processos Industriais e Infraestrutura, e no eixo científico Ciências Exatas e da Terra, conforme pode ser confirmado por meio da tabela apresentada abaixo.

**Quadro 3.1 - Cursos Ofertados no IFG – Câmpus Luziânia. Microrregião do Entorno de Brasília.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>TURNO</b>	<b>VAGAS POR EDITAL</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b>
Mecânica	Técnico Integrado	Integral	30	Controle e Processos Industriais
Informática para Internet	Técnico Integrado	Integral	30	Informação e Comunicação
Química	Técnico Integrado	Integral	30	Controle e Processos Industriais
Edificações	Técnico Subsequente	Noturno	30	Infraestrutura
Manutenção e Suporte em Informática	PROEJA	Noturno	30	Informação e Comunicação
Química	Licenciatura	Noturno	30	Ciências Exatas e da Terra
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	CST	Noturno	30	Informação e Comunicação

Fonte: <<http://www.ifgoias.edu.br/>>. Acessado em março de 2012.

Observa-se que os cursos e modalidades atualmente oferecidos pelo Campus Luziânia do IFG estão voltados prioritariamente para o atendimento do arco de ocupações profissionais vinculados às atividades das indústrias de transformação e de construção civil e de administração. Esses cursos e modalidades, embora apresentem uma relativa articulação entre si, não compõe eixo científico-tecnológico estabelecido, mas tão somente em processo de estabelecimento e potencial.

O eixo científico-tecnológico Ciências Exatas e da Terra e Processos Industriais é o eixo que deve ser priorizado na primeira fase de estruturação dos eixos científico-tecnológicos adequados ao Câmpus Luziânia do IFG. Essa estruturação requer a criação de outros cursos no seu âmbito, coerentemente articulados aos cursos já implantados, sendo pelo menos um curso de engenharia. O eixo científico-tecnológico Engenharia, Informação e Comunicação deve receber atenção prioritária em seguida, também por meio da implantação de outros cursos articulados aos já oferecidos, bem como pelo menos um curso em engenharia.

O eixo científico-tecnológico Engenharia Civil e Áreas Afins, embora exista como demanda socioeconômica no Município de Luziânia e região limítrofe, a sua consolidação estará condicionado à oferta de cursos em várias opções de modalidades, Edificações, de Construção de Edifícios e de Engenharia Civil, nas Microrregiões Brasília e Entorno de Brasília.

**Quadro 3.2 - Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – IFG Câmpus Luziânia. Microrregião do Entorno de Brasília.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO</b>
Mecânica	Técnico Integrado	Ciências Exatas e da Terra e Processos Industriais
Química	Técnico Integrado	
Química	Licenciatura	
Informática para Internet	Técnico Integrado	Engenharia e Informação
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	CST	Ciências Exatas e da Terra e Processos Industriais
Manutenção e Suporte em Informática	PROEJA	
Edificações	Técnico Subsequente	
<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL</b>
Edificações	Técnico Subsequente	Engenharia Civil e Afins

Fonte: <<http://www.ifgoias.edu.br/>>. Acessado em março de 2012.

O Câmpus Formosa do IFG também apresenta como prioridade institucional a oferta de cursos técnicos integrados e de cursos superiores articulados a partir das áreas constituídas para a oferta dos cursos técnicos. Essa prioridade está orientada fundamentalmente para os setores de Serviços e de Indústria de Construção Civil, por meio, respectivamente, dos Cursos Técnicos Integrados em Controle Ambiental, em Biotecnologia, em Informática para Internet e em Manutenção e Suporte em Informática, e do Curso Técnico Integrado em Edificações. O Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas também se articula com o setor de serviços por meio da atividade de ensino.

Pode-se verificar que os cursos e modalidades ofertados no Campus Formosa do IFG se distribuem nos eixos Tecnológicos Infraestrutura, Informação e Comunicação e Ambiente, Saúde e Segurança, e no eixo científico Ciências Biológicas, conforme pode ser confirmado por meio do Quadro 3.3.

**Quadro 3.3 - Cursos Ofertados no IFG – Câmpus Formosa. Microrregião do Entorno de Brasília.**

CURSO	MODALIDADE	TURNO	VAGAS POR EDITAL	EIXO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
Manutenção e Suporte em Informática	PROEJA	-	-	Informação e Comunicação
Informática para Internet	Técnico Integrado	Integral	30	Informação e Comunicação
Edificações	Técnico Integrado	Integral	30	Infraestrutura
Biotecnologia	Técnico Integrado	Integral	30	Ambiente, Saúde e Segurança
Controle Ambiental	Técnico Integrado	Integral	30	Ambiente, Saúde e Segurança
Edificações	Técnico Subsequente	Noturno	30	Infraestrutura
Ciências Biológicas	Licenciatura	Noturno	30	Ciências Biológicas

Fonte: <<http://www.ifgoias.edu.br/>>. Acessado em março de 2012.

Observa-se (Quadro 3.4) que os cursos e modalidades atualmente oferecidos pelo Campus Formosa do IFG estão voltados prioritariamente para o atendimento de um

arco de ocupações profissionais vinculados a diversas atividades do setor de serviços, com foco nos ambientais, e, secundariamente, de construção civil. Os cursos e modalidades aglutinados no eixo tecnológico Ambiente, Saúde e Segurança, e no eixo científico Ciências Biológicas apresentam uma profunda articulação entre si, o que permite a consolidação do eixo científico-tecnológico Ciências Biológicas e Ambiente e Saúde, em processo de estabelecimento.

Há espaço para o estabelecimento do eixo científico-tecnológico Engenharia Civil e Afins mediante a oferta de cursos superiores no âmbito deste eixo, sobretudo de Engenharia Civil. Todavia, esse estabelecimento está condicionado à perspectiva de conformação de um polo de ensino e formação no âmbito desse eixo, com vista ao atendimento de necessidades e demandas socioeconômicas da região que se entende ao norte e leste do Município de Formosa, compreendendo regiões dos Estados de Goiás, do Tocantins e da Bahia.

O estabelecimento do eixo científico-tecnológico Engenharia de Computação, Informática e Comunicação, por sua vez, está condicionado ao estabelecimento dos eixos anteriores e à expansão da oferta de cursos e modalidades nesse eixo nos demais câmpus dos institutos federais e universidades públicas presentes nas Microrregiões Brasília e Entorno de Brasília.

**Quadro 3.4 - Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – IFG Câmpus Formosa. Microrregião do Entorno de Brasília.**

CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTIFICO-TECNOLOGICO ESTABELECIDO
		Não estabelecido.
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTIFICO-TECNOLOGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO
Biotecnologia	Técnico Integrado	Ciências Biológicas e Ambiente e Saúde
Controle Ambiental	Técnico Integrado	
Ciências Biológicas	Licenciatura	
CURSO	MODALIDADE	EIXO CIENTIFICO-TECNOLOGICO POTENCIAL
Edificações	Técnico Integrado	Engenharia civil e Afins
Edificações	Técnico Subsequente	
Manutenção e Suporte em Informática	PROEJA	Engenharia, Informática e Comunicação
Informática para Internet	Técnico Integrado	

Fonte: <<http://www.ifgoias.edu.br/>>. Acessado em março de 2012.

O Câmpus Formosa da UEG constituiu-se como de cursos de graduação em licenciatura, com base nos seguintes eixos científicos: Ciências Exatas e da Terra, Linguística, letras e Artes e Ciências Humanas. Os cursos ofertados estão prioritariamente voltados para a formação de professores para a educação básica.

**Quadro 3.5 - Cursos Ofertados na UEG – Câmpus Formosa. Microrregião do Entorno de Brasília.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>TURNO</b>	<b>VAGAS POR EDITAL</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b>
Química	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Exatas e da Terra
Geografia	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Humanas
História	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Humanas
Letras – Português/Inglês	Licenciatura	Noturno	-	Linguística, Letras e Artes
Matemática	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Exatas e da Terra
Pedagogia	Licenciatura	Matutino	-	Ciências Humanas

Fonte: <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

Conforme anteriormente indicado, o Câmpus Formosa da UEG articulou-se, até o presente momento, para a oferta de cursos de licenciatura voltado para a educação básica, tendo como eixo científico-tecnológico amplo o eixo Ciências Exatas e da Terra, lingüística e ciências humanas. Esse câmpus da UEG não apresenta outros eixos científicos ou tecnológicos em processo de conformação, ou mesmo potencial, conforme retratado na tabela apresentada abaixo.

O Câmpus Luziânia da UEG restringiu-se à oferta dos cursos de Bacharelado em Administração e de Licenciatura em Pedagogia, com base, respectivamente, nos eixos científicos Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Os cursos ofertados estão voltados para a formação de profissionais administradores, para o setor de Serviços, e gestores, para o setor de Ensino, conforme pode ser apreendido por meio da tabela abaixo.

**Quadro 3.6 - Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – UEG Câmpus Formosa. Microrregião do Entorno de Brasília.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO</b>
Química	Licenciatura	Ciências Exatas e da Terra, linguística e Ciências Humanas
Geografia	Licenciatura	
História	Licenciatura	
Letras – Português/Inglês	Licenciatura	
Matemática	Licenciatura	
Pedagogia	Licenciatura	
<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO</b>
		Não conformado.
<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL</b>
		Não estabelecido.

Fonte: <<http://www.ifgoias.edu.br/>>. Acessado em março de 2012.

**Quadro 3.7 - Cursos Ofertados na UEG – Câmpus Luziânia. Microrregião do Entorno de Brasília.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>TURNO</b>	<b>VAGAS POR EDITAL</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO</b>
Administração	Bacharelado	Noturno	-	Ciências Sociais Aplicadas
Pedagogia	Licenciatura	Noturno	-	Ciências Humanas

Fonte: <<http://www.ueg.br/>>. Acessado em março de 2012.

O Câmpus Luziânia da UEG não possui uma definição quanto à função social a ser desempenhada no Município de Luziânia e região limítrofe. Por conseqüência, não possui outros eixos científicos ou tecnológicos em processo de conformação, ou mesmo potencial, que pudesse ser retratado na tabela abaixo.

**Quadro 3.8 - Identificação de eixos científico-tecnológicos estabelecidos, em processo de estabelecimento e potencial – UEG Câmpus Luziânia. Microrregião do Entorno de Brasília.**

<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO ESTABELECIDO</b>
		Não estabelecido.
<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO EM PROCESSO DE CONFORMAÇÃO</b>
		Não conformado.
<b>CURSO</b>	<b>MODALIDADE</b>	<b>EIXO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICO POTENCIAL</b>
		Não estabelecido.

Fonte: <<http://www.ifgoias.edu.br/>>. Acessado em março de 2012.

## CONCLUSÕES GERAIS

A análise do desempenho econômico da Microrregião do Entorno de Brasília, entre 2002 e 2010, permitiu as seguintes conclusões:

1. Recomenda-se que a oferta de cursos de formação inicial e continuada, de técnico integrado e de ensino superior, ocorra com base em eixos científico-tecnológicos, tendo em vista:
  - A racionalização de servidores e instalações físicas (laboratórios, títulos bibliográficos etc.);
  - A articulação com a pesquisa e a pós-graduação, na medida em que facilita, respectivamente, a consolidação de núcleos de estudo e pesquisa e a concepção de pós-graduação estrito senso, convergindo áreas afins;
  - A conformação de polos de ensino e formação, com atuação de excelência, segundo uma perspectiva educacional politécnica.
2. As atividades de comércio e de serviços assumiram destaque na Microrregião do Entorno de Brasília. Esse destaque foi confirmado quando comparado às médias do país e do Estado de Goiás. Esse contexto indica a crescente importância, nos diversos municípios que compõem a

microrregião, de itinerários formativos com atenção para as categorias profissionais, demandados para os setores de atividade de comércio e de serviços. Todavia, deve-se definir as instituições públicas que oferecerão itinerários formativos voltados para as atividades de serviços e de comércio, tendo em vista a evitar a super oferta de cursos voltados para essas atividades.

3. A Indústria de Transformação, embora com menor participação no PIB e no número de empregos formais quando comparada ao Brasil e ao Estado de Goiás, apresentou-se concentrada na Microrregião do Entorno de Brasília. Primeiramente, altamente concentrada no município de Luziânia. Em segundo lugar, fortemente concentrada no setor de indústria de alimentos e de bebidas. Essas concentrações tenderão a ser acentuadas em face da consolidação do complexo de transporte e logística envolvendo as microrregiões de Brasília e do Entorno de Brasília. Conclui-se que a crescente importância das indústrias de alimentos e bebidas no município de Luziânia e as transformações da microrregião do Entorno de Brasília como um todo demandam a oferta de cursos de formação inicial e continuada, de médio integrado e de ensino superior, que tenham como eixos científico-tecnológicos a produção alimentícia e os recursos naturais, bem como de controle e processos industriais e de logística e transporte. A oferta de cursos nesses eixos no município supracitado e na microrregião também atenderão às demandas de profissionais formadas nesses eixos, na Microrregião de Brasília e, sobretudo, na Cidade Satélite de Santa Maria (Região Administrativa XIII), na qual se encontra estruturado o polo industrial J.K., mas também em microrregiões mais afastadas, à exemplo da microrregião de Anápolis.
4. Os baixos salários da Microrregião do Entorno de Brasília, mesmo quando comparados às médias do Estado de Goiás e do Brasil, podem evidenciar uma pequena oferta relativa de empregos e uma pequena organização sindical e política dos trabalhadores. Nesse contexto, ocupa grande importância a atuação das instituições públicas de educação que ofertam cursos superiores, e cursos técnicos e cursos profissionalizantes, sendo que estes últimos devem ser necessariamente concebidos com elevação de escolaridade e de nível cultural.

5. As universidades e institutos devem trabalhar em conjunto com os planos governamentais para o desenvolvimento regional, oferecendo cursos que capacitem o trabalhador em áreas estratégicas. Alguns exemplos de cursos alinhados ao último plano plurianual (PPA 2012/2015) são: Gestão Pública; cursos de capacitação de professores, tanto em sua área quanto em Pedagogia; Agronomia e Agronegócios; Técnico em Estradas; Tecnólogo em Saneamento Básico; cursos na área de infraestrutura urbana em geral; Engenharia Química; Turismo; Pedagogia e pós-graduação em Obstetrícia.
6. Com o objetivo de desenvolver e fortalecer os APLs presentes na microrregião, as universidades e institutos podem oferecer cursos de formação profissional em Design de Moda, Mineração, Joias e Gemas, Artes Plásticas, Turismo, Veterinária, Agronomia, Apicultura e Artesanato.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOVERNO DE GOIÁS. **Plano Plurianual 2012-2015: Plano de Desenvolvimento Estratégico**. Goiânia: Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca do IBGE**. Disponível em:  
<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/senadorcanedo.pdf>> Acesso em: nov. 2012.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Perfil e Potencialidades dos Municípios Goianos**. Goiânia: IMB, 2012. Disponível em:  
<[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/perfil\\_e\\_potencialidades\\_dos\\_munic%C3%ADpios\\_goianos.pdf](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/perfil_e_potencialidades_dos_munic%C3%ADpios_goianos.pdf)> Acesso em: 12 nov. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Disponível em:  
<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=5362&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=5362&Itemid=>)> Acesso em: 15 nov. 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Disponível em:  
<<http://catalogonct.mec.gov.br/>> Acesso em: 05 nov. 2012.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. Disponível em: <[www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)> Acesso em: 05 nov. 2012.